

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

Mauricio Jose Avilez Alvarez

OS LIMITES DA DEMOCRACIA COLOMBIANA
Uma análise a partir da oposição política
Nas décadas de 1980 e 1990

Porto Alegre
2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

Mauricio Jose Avilez Alvarez

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano

Porto Alegre
2014

CIP - Catalogação na Publicação

Alvarez, Mauricio J. A.

Os limites da democracia colombiana: uma análise a partir da oposição política nas décadas de 1980 e 1990 / Mauricio J. A. Alvarez. -- 2014.

103 f.

Orientador: Alfredo A. Gugliano.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Qualidade Democrática. 2. Direitos Humanos. 3. Partidos de Oposição. I. Gugliano, Alfredo A., orient. II. Título.

*À memória de todas as pessoas que deram sua vida lutando pela
construção do Partido Unión Patriótica e do Partido Alianza
Democrática M-19.*

*Yo te daré
Te daré patria hermosa
Te daré una rosa
Y esa rosa se llama UP
UP!!!*

Florescerá a memória...

Voltará a primavera...

MAURICIO JOSE AVILEZ ALVAREZ

OS LIMITES DA DEMOCRACIA COLOMBIANA

Uma análise a partir da oposição política

Nas décadas de 1980 e 1990

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

BANCA EXAMINADORA REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2014:

Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano – PPGCP (Orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman – PPGCP
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi - IUFRRGS
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prf. Dr. Solon Eduardo Annes Viola – PPGCS
Universidade do Vale dos Sinos.

Porto Alegre

2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Agradeço ao professor Alfredo Alejandro Gugliano por sua orientação e amizade.

Agradeço aos professores componentes da banca da Dissertação de Mestrado pelos aportes que contribuíram no processo do artigo final.

Agradeço a minha mãe Eli Alvarez e a meu pai Adolfo Avilez por me ensinarem a lutar, a ser perseverante e a sentir indignação perante as injustiças. Vocês vão sempre comigo.

Agradeço a meu irmão Adrian e a minha irmã Renata por seu apoio incondicional e confiança, apesar da distância sempre estamos juntos.

Agradeço a meus sogros, Eni e Celestino Schneider por me acolherem como família, por toda sua ajuda e afeto.

Agradeço a minha companheira, camarada, cúmplice e amante Élen pelas trocas acadêmicas, por seus ensinamentos, por sua luta e coração militante, por seus olhos de horizonte e esperança que olham e *siembran* futuro, “*porque sos pueblo [...] y porque en la calle codo a codo somos mucho más que dos*”.

RESUMO

Nesta pesquisa, analisa-se a qualidade democrática colombiana nas décadas de 1980 e 1990, período de tempo no qual existiram os partidos de oposição Alianza Democrática M-19 e a Unión Patriótica. Estudam-se dois teóricos que analisaram esse período da democracia colombiana, Scott Mainwaring e Arend Lijphart, desde uma revisão bibliográfica. Realiza-se análise de dados de: eleições presidenciais; dos resultados eleitorais dos partidos políticos Alianza Democrática M-19 e a Unión Patriótica (1986 à 1998) e dados dos direitos humanos desse mesmo tempo. Analisa-se o sistema partidário, o sistema eleitoral e a dinâmica dos direitos humanos. Mostra-se que as análises da democracia colombiana, que utilizaram parâmetros institucionais, não conseguem caracterizar a complexa situação de violência e violações aos direitos humanos. Neste trabalho, verifica-se, portanto, que, para dimensionar a qualidade democrática, faz-se necessário estabelecer como parâmetro os direitos humanos, pois, esse permitiria identificar os mecanismos da sistematicidade e permanência das violações contra os setores de oposição política, aguçados quando esses setores se fazem mais relevantes politicamente. Nos países democráticos, onde há elevadas situações de violência e de violações aos direitos humanos, torna-se intrincado mensurar a qualidade da democracia. A partir deste estudo, pode-se considerar que a utilização dos direitos humanos, como parâmetro, ajudaria a entender melhor processos democráticos como o do caso colombiano.

PALAVRAS- CHAVE

Qualidade Democrática; Direitos Humanos; Partidos de Oposição.

ABSTRACT

In this research the Colombian democratic quality during the decades of 1980 and 1990 is analyzed, a period of time in which the opposing parties Alianza Democrática M-19 and Unión Patriótica existed. We perform data analysis from: presidential elections; election results from both aforementioned parties (from 1986 to 1998); and human rights data from the same time frame. We also analyze the party system, the electoral system and the human rights dynamics. It is shown that the analysis of the Colombian democratic quality, in which institutional parameters were used, fails to properly characterize the complex situation of violence and human rights violations. This work therefore finds that in order to evaluate the democratic quality, it becomes necessary to establish the human rights as parameter, because this would help to identify the mechanism of systematical and permanent violation against sectors of the political opposition, heightened when those sectors become more relevant politically. In democratic countries where violence and human rights violations are elevated, it becomes difficult to measure democratic quality. From this work it can be considered that the use of human rights as a parameter would help to better understand democratic processes similar to the the Colombian case.

KEYWORDS

Quality of Democracy; Human Rights; Opposition Parties.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I A QUALIDADE DEMOCRÁTICA E A DEMOCRACIA COLOMBIANA.....	18
CAPÍTULO II CARACTERIZAÇÃO DA DEMOCRACIA COLOMBIANA.....	27
1. A avaliação de Dahl sobre a democracia colombiana	28
2. O Sistema partidário colombiano como um sistema institucionalizado: Mainwaring e Scully	33
3. A democracia colombiana como uma democracia plena e exemplo de gabinetes de amplas maiorias: Lijphart	35
CAPÍTULO III A TRAJETÓRIA DA DEMOCRACIA COLOMBIANA (1958-1982).....	44
CAPÍTULO IV A ALIANZA DEMOCRÁTICA M -19 E A UNIÓN PATRIÓTICA.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS	97

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Tipologias dos regimes de R. Dahl.....	28
---	-----------

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1: Plebiscito 1957.....	44
Gráfico 2: Eleições Presidenciais Colômbia 1958.....	46
Gráfico 3: Eleições Presidenciais Colômbia 1962.....	47
Gráfico 4: Eleições Presidenciais Colômbia 1966.....	49
Gráfico 5: Eleições Presidenciais Colômbia 1970.....	51
Gráfico 6: Eleições Presidenciais Colômbia 1974.....	53
Gráfico 7: Eleições Presidenciais Colômbia 1978.....	55
Gráfico 8: Eleições Presidências Colômbia 1982.....	60
Gráfico 9: Eleições Presidenciais Colômbia 1986.....	64
Gráfico 10: Eleições Presidenciais Colômbia 1990.....	70
Gráfico 11: Participação na Assembléia Nacional Constituinte 1991.....	75
Gráfico 12: Eleições Presidenciais Colômbia 1994, Primeiro Turno.....	79
Gráfico 13: Eleições Presidenciais Colômbia 1994, Segundo Turno.....	80
Gráfico 14: Eleições Presidenciais Colômbia 1998, primeiro turno.....	85
Gráfico 15: Eleições Presidenciais Colômbia 1998, segundo turno.....	86

LISTA DE QUADRO

Quadro 1: Dimensões da democracia e diferenças segundo Lijphart..... 35

Quadro 2: Principais Medidas aprovadas no plebiscito da Frente Nacional..... 45

Quadro 3: Principais Medidas Aprovadas na Reforma Constitucional de 1968.....50

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Modalidades e Número de Casos de Violações dos Direitos Humanos contra Militância do Partido Unión Patriótica 1985-2000.....	22
Tabela 2: Classificação dos Sistemas Partidários baseada no número e tamanho relativos dos Partidos Políticos.....	37
Tabela 3: Resultados da Eleição para a Assembléia Nacional Constituinte.....	73
Tabela 4: Relação das Violações dos Direitos Humanos e a Dinâmica Eleitoral Departamental da Unión Patriótica.....	87
Tabela 5: Votação do Partido Unión Patriótica nas Eleições Presidenciais.....	89
Tabela 6: Votação do Partido Unión Patriótica nas Eleições Legislativas.....	89
Tabela 7: Assassinatos de Militantes Políticos e Candidatos do Partido Alianza Democrática M – 19 1990-1998.....	91
Tabela 8: Votação do Partido Alianza Democrática M-19 nas Eleições Presidenciais.....	92
Tabela 9: Votação do Partido Alianza Democrática M-19 nas Eleições Legislativas 1990 – 1998.....	92

LISTA DE SIGLAS

ADM-19 – Alianza Democrática Movimiento Diecinueve de Abril

ANAPO – Alianza Nacional Popular

CIDH – Comissão Interamericana dos Direitos Humanos

FARC-EP – Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo

FUP – Frente de Unidad Popular

ELN – Ejército de Liberación Nacional

EPL – Ejército Popular de Liberación

LASO – Latin American Security Operation

MAQL – Movimiento Armado Quintin Lame

M-19 – Movimiento Diecinueve de Abril

MOIR – Movimiento Obrero Independiente e Revolucionario

MRL – Movimiento de Recuperación Liberal

PCC – Partido Comunista Colombiano

PRT – Partido Revolucionario de los Trabajadores

UNIR – Unión Nacional de Izquierda Revolucionaria

UNO – Unión Nacional de Oposición

UP – Unión Patriótica

INTRODUÇÃO

A presente dissertação *Os Limites da Democracia Colombiana, uma análise a partir da oposição política nas décadas de 1980 e 1990*, analisa a qualidade da democracia colombiana a partir da trajetória de dois partidos de oposição política: o *Partido Unión Patriótica (UP)* e o *Partido Alianza Democrática M-19*. As discussões sobre qualidade democrática na América Latina centram-se, geralmente, nos países que padeceram regimes militares, buscando verificar qual é o nível das democracias consolidadas após a liberalização, a transição e a consolidação.

A Colômbia é considerada como uma das democracias mais antigas da América Latina, com processos eleitorais ininterruptos e sucessão de governantes eleitos democraticamente desde 1958. Para uma série de cientistas políticos que analisaram este país nas décadas de 1980 e 1990, a partir dos parâmetros poliárquicos de R. Dahl (1997), este possuía uma das democracias-modelo no mundo, como o definiu Lijphart (2008); ou uma democracia com um sistema partidário consolidado, como analisou Mainwaring (1997); ou ao menos uma poliarquia heterodoxa, como considerou O'Donnell (1993).

A democracia colombiana, porém, possui aspectos particulares que indicam a necessidade de avaliá-la enquanto a sua qualidade, isto não só em seu atual momento político, mas na forma como foi desenvolvendo-se no passado. Sinalizam-se pelo menos três aspectos que corroboram com esta afirmação: a) como demonstra Leongómez (2006), a Colômbia tem uma dinâmica de violência que é concomitante ou mais longa que o processo democrático; b) na Colômbia existe um conflito armado, que se prolonga há mais de cinquenta anos, entre o Estado e organizações insurgentes armadas – de raízes marxistas-leninistas pró-soviéticas e pró-cubanas, conforme definiram Caycedo (2007) e Pécaut (2010); c) a democracia colombiana está marcada pelo assassinato de lideranças políticas de partidos de oposição como a *Alianza Democrática M-19* e o extermínio sistemático do partido *Unión Patriótica (UP)* com mais de três mil lideranças mortas nas décadas de 1980 e 1990, como o denunciou Castro (2006).

Este panorama contraditório da democracia colombiana gera questionamentos sobre a maneira que se desenvolve o processo democrático neste país. Pergunta-se inicialmente: Como lideranças reconhecidas de partidos políticos podem ser

assassinadas sem que a democracia mesma seja afetada? Como é possível considerar a democracia colombiana como poliárquica ou como uma democracia com um sistema partidário consolidado, se, nesse mesmo período um partido político foi exterminado?

Para buscar respostas, analisa-se a qualidade democrática colombiana nas décadas de 1980 e 1990. Como pontos de partida tomam-se escritos dos teóricos Mainwaring (1997) e Lijphart (2008), visto que, os autores analisaram em suas obras esse mesmo período da democracia colombiana. Realiza-se ainda, uma análise de dados das eleições presidenciais, com foco nos resultados eleitorais dos partidos políticos *Alianza Democrática M-19* e a *Unión Patriótica (UP)*, desde o ano de 1986, quando surgiu a *Unión Patriótica*, até o ano de 1998, quando aconteceu a última participação eleitoral destes dois partidos. Também são analisados dados desse mesmo período em termos do sistema partidário, sistema eleitoral e da dinâmica dos direitos humanos. Para a análise é adotado, como parâmetro, os direitos humanos.

Mostra-se, com esse parâmetro, que muitas das análises sobre a democracia colombiana desconsideraram o papel das violações aos direitos humanos como um fator que afeta o processo democrático nesse país. As violações aos direitos humanos não aconteceram de forma isolada, elas foram fatos permanentes e sistemáticos que influenciaram e influenciam a dinâmica política em escala nacional. O que evidencia que os estudos sobre a democracia colombiana, elaborados somente a partir de parâmetros institucionais, como o sistema partidário e o sistema eleitoral, não refletem a dimensão ampla a realidade política. Observaremos na dissertação que isto se percebe nos casos dos partidos de oposição *Alianza Democrática M-19* e a *Unión Patriótica*, os quais sofreram maiores violações dos direitos humanos, justamente nos períodos em que tinham maior relevância política.

Para compreender a problemática acima mencionada, o trabalho se desenvolve em quatro capítulos. No primeiro se esboça a necessidade de avaliar a qualidade da democracia na Colômbia, os motivos da escolha de análise do processo democrático colombiano nas décadas de 1980 e 1990, e a relação conceitual entre democracia e direitos humanos.

O segundo capítulo inicia com a análise das considerações de R. Dahl (1997) sobre o conceito de poliarquia, a forma como se desenvolve um regime político para ser poliarquia, e as análises que o autor realizou sobre a Colômbia. Dahl (1997) definiu a Colômbia como uma quase-poliarquia, devido a existência de uma emenda

constitucional, chamada Frente Nacional, que só permitia participação política a dois partidos, mas sinalizou que, com a superação da emenda, o país poderia se converter em poliarquia plena. Em seguida, se trabalha com duas análises da democracia colombiana: a que faz A. Lijphart (2008), na qual classifica a Colômbia como uma das trinta e seis democracias modelos no mundo; e a segunda análise de S. Mainwaring em companhia de T. Scully (1997), nas quais colocam uma definição positiva da democracia colombiana em relação aos países da América Latina e consideram que o sistema partidário colombiano é um dos poucos consolidados no continente.

No terceiro capítulo examina-se a democracia colombiana desde 1958, quando se superou o regime militar, até 1982, período no qual surgiu o partido político de oposição *Unión Patriótica* e em que a organização guerrilheira M-19 se encaminhava para ser o *Partido Alianza Democrática M-19*. Neste capítulo, examinam-se também as eleições presidenciais no intervalo de tempo descrito, bem como, a forma de aplicação da emenda constitucional da Frente Nacional e suas implicações sobre o sistema eleitoral e o sistema partidário. Descreve-se, ainda, a situação dos direitos humanos nesse período e as origens de expressões políticas de oposição: as democráticas, que buscavam constituir partidos políticos e coligações de oposição em meio das restrições; e as violentas, como as que se traduzem no surgimento de organizações guerrilheiras de esquerda.

No quarto capítulo são analisadas as trajetórias dos partidos políticos de oposição *Alianza Democrática M-19* e a *Unión Patriótica* em um período de tempo de duas décadas, mais exatamente desde o início do período presidencial de B. Betancur Cuartas, em 1982-1986, até 1998, no qual ocorreu a última participação eleitoral desses partidos. Analisa-se, também o modo como foi se desenvolvendo o sistema eleitoral, o sistema partidário e os direitos humanos na Colômbia. Mostram-se os dados estimados das violações de direitos humanos contra estes dois partidos e a relação destas com sua participação eleitoral.

Assim sendo, no presente trabalho, verifica-se como há relação direta entre as violações dos direitos humanos, cometidas contra os partidos de oposição *Alianza Democrática M-19* e a *Unión Patriótica*, e o desenvolvimento democrático no país. Mostram-se como essas violações aconteceram de forma permanente e sistemática afetando as instituições políticas, sem paralisá-las, até atingir o ponto de excluir totalmente os partidos de oposição. O *Partido Alianza Democrática M-19* foi extinto

após das eleições presidenciais de 1998 e o *Partido Unión Patriótica* foi exterminado. Desta maneira, ver-se-á que é possível conceber os direitos humanos como um parâmetro útil na compreensão da qualidade democrática de países como a Colômbia, onde formalmente a democracia funciona, cumprindo com todos os requisitos de uma poliarquia, porém, quando se distancia de uma análise institucional, encontram-se incongruências que merecem apreensão, a fim de obter outras perspectivas teóricas que poderiam fortalecer a democracia e responder às necessidades políticas de cada povo.

Algunos estamos amenazados de muerte por nuestra fidelidad, desde nuestra juventud, a la causa de los trabajadores, a la causa de la paz, a la causa del socialismo. Mi vida pertenece a los trabajadores, pero en el evento que el enemigo lograra arrebatarnos la vida; moriremos tranquilos porque sabemos que del seno de la Unión de Jóvenes Patriotas, saldrán los dirigentes que habrán de reemplazarnos y empuñar las banderas en la lucha por una Colombia justa y democrática para todos¹.

Jaime Pardo Leal, candidato à presidênciã da Colômbia pelo Partido Unión Patriótica, assassinado em 11 de outubro de 1987.

¹ FUNDACIÓN CEPS, 2006, p. 109.

CAPÍTULO I

A QUALIDADE DEMOCRÁTICA E A DEMOCRACIA COLOMBIANA

A construção da democracia na vida política dos povos – pelo menos do ocidente – tem um longo processo histórico marcado de debates referentes à forma de interpretá-la e à forma de qualificá-la em seus verdadeiros alcances e suas possíveis virtudes. Desde os tempos da antiga Grécia há registros que mostram isso como os escritos de Platão e de Aristóteles.

Platão, na República, em seu livro VIII, descreve a democracia de seu tempo fazendo valorações qualitativas dela, como um regime que leva à anarquia e ao desconhecimento da natureza humana, e a classifica como inferior à tirania (PLATON, 1993, p. 795 - 812). Da mesma forma Aristóteles disserta sobre a democracia em sua obra a Política, considera este regime, também, de forma negativa, avalia-o como um governo que é das pessoas pobres e que, por isso, não poderia servir a um bom governo (ARISTOTELES, 2006, p. 114). Mas, nas descrições que esses dois grandes pensadores fazem sobre a democracia, descrevem-na como um sistema político onde se procura a igualdade, onde há liberdade, onde há direito de falar, mostram que muitas pessoas daquele tempo consideravam-na como a forma mais bela de governo e, além disso, descrevem que havia nela mecanismos de participação política direta para os cidadãos.

A democracia é discutida há mais de 2.500 anos e não se desenvolveu como um processo linear. Possivelmente esse imenso legado histórico é o que ajudou a que se originassem diferentes formas de interpretá-la e que existissem discordâncias e confusões sobre seu conceito (DAHL, 2001, p. 13). A democracia pode ser considerada como polissêmica embora exista um mínimo de critérios que descrevem o que é uma democracia moderna ou poliarquia (DAHL, 2001, p. 43).

Nos critérios que caracterizam a democracia estão situados os direitos políticos e direitos civis, sendo esses elementos básicos dentro de uma democracia moderna. A forma como esses direitos são aplicados por cada povo ajuda a determinar o nível democrático que essa sociedade pode ter. Assim, quando há mais possibilidade de ter direitos políticos e civis a democracia poderia ser ampliada e enriquecida. No caso contrário, quando esses direitos são restringidos a democracia é limitada e pode ser

substituída por uma forma de governo autoritária como aconteceu nas décadas de 1960 e 1970 em muitos países da América Latina com as ditaduras militares.

Nas duas últimas décadas do século XX os sistemas políticos dos países da América Latina onde a democracia sucumbiu voltaram novamente a ser democráticos pela luta e a construção de direitos de seus povos. As necessidades de superar os regimes autoritários pela via democrática levaram a discussões sobre a transição e posteriormente sobre a consolidação democrática. A democracia como fenômeno foi fortalecendo-se e gerando suas próprias mudanças. Com a redemocratização os direitos políticos em boa medida puderam ser restabelecidos com o fortalecimento das instituições democráticas. Isso poderia sinalizar a consolidação da democracia dentro de um regime (MOISÉS, 1995, p. 24–34; STEPAN, 1986, p. 12).

Cada país construiu os arranjos institucionais possíveis segundo as lutas sociais e seu contexto histórico-político como forma de governar. Mesmo não havendo consenso há critérios estabelecidos para que essas formas de governo se considerem democráticas, já que a maneira como cada país fortalece suas intuições para o desfrute das liberdades e dos direitos de seus povos pode variar.

Algumas democracias podem ser concebidas como tendo um conjunto de direitos políticos que estão rodeados, sustentados e reforçados por uma densa rede de direitos civis. Outras democracias, por outro lado, exibem (por definição de um regime democrático) esses direitos políticos, mas o tecido de direitos civis é tênue e/ou desigualmente distribuídos entre diferentes tipos de indivíduos, categorias sociais e regiões. Parece-me óbvio que as diferenças nessas dimensões – de caso a caso e ao longo do tempo – têm forte relação com a qualidade da democracia em cada caso e período (O'DONNELL, 2013, p. 45).

Após a superação das ditaduras na América Latina, a discussão sobre a democracia passou das temáticas de transição e consolidação para a “qualidade democrática” (GUGLIANO, 2013; O'DONNELL, 2013). Nos países desse continente começaram a indagar-se sobre o estado real de suas democracias e como elas poderiam ter melhores atributos e garantiriam direitos universais para o povo. O debate foi levado a que se considerasse que a melhor maneira de dimensionar o desenvolvimento da democracia após a transição e a consolidação, é aferindo sua qualidade (GUGLIANO, 2013, p. 330).

Segundo O'DONNELL (2013) a qualidade democrática seria a forma de poder dimensionar como as democracias, em seus contextos históricos-políticos e seus arranjos institucionais permitem o desfrute dos direitos a seus povos e garantem que

esses direitos não sejam restringidos. O'DONNELL (2013), fazendo precisões sobre a qualidade da democracia, alude que “[...] com esta expressão à existência de diferentes graus de democracia ou, equivalentemente, de democraticidade” (O'DONNELL, 2013, p. 89). Complementando MEJÍA precisa que “[...] no puede entenderse democracia sin libertad e igualdad, ni derechos humanos sin libertad e igualdad, ni democracia sin derechos humanos” (MEJÍA, 1987, p. 64).

Embora a Colômbia seja considerada como uma das democracias mais antigas da América Latina, com eleições ininterruptas e sucessão de governantes desde 1958, ela não está isenta do debate sobre qualidade democrática (LEONGÓMEZ, 2006, p. 154-155). O país tem umas características particulares que mostram a necessidade que há de avaliá-lo, não somente em sua condição política atual, mas na forma como foi desenvolvendo-se no passado e como se mantém o processo democrático. Há três aspectos que mostram essa situação: o primeiro é que a Colômbia tem uma “tradição” de violência que é concomitante ou mais longa que o processo democrático (LEONGÓMEZ, 2006, p. 155); o segundo é que na Colômbia existe um conflito armado que se tem prolongado por mais de cinquenta anos entre o Estado e organizações insurgentes armadas de raízes marxistas-leninistas pró-soviéticas e pró-cubanas (CAYCEDO, 2007, P. 52-54); e o terceiro é que a democracia colombiana está marcada pelo assassinato de lideranças políticas de partidos de oposição como a *Alianza Democrática M-19* e o extermínio sistemático do partido de oposição *Unión Patriótica* (UP) nas décadas de 1980 e 1990 (CASTRO, 2006).

Em referência ao terceiro aspecto, que é utilizado para mostrar o porquê se faz necessário fazer uma análise da qualidade democrática colombiana das décadas de 1980 e 1990, O'Donnell (2013) afirmou, numa das suas últimas análises sobre as democracias da América Latina, que a democracia colombiana “[...] mereceria uma classificação especial, em virtude da extraordinária falta de alcance do estado e sistema legal sobre seu território, bem como a extrema violência que tem sido aplicada contra candidatos de partidos de esquerda” (2013, p. 65).

Nesta pesquisa analisa-se a qualidade democrática colombiana nas décadas de 1980 e 1990 período no qual existiram os partidos de oposição *Alianza Democrática M-19* e a, *Unión Patriótica* tendo como ponto de partida escritos de dois teóricos que analisaram esse período da democracia colombiana: Mainwaring (1997) e Lijphart (2008). Realiza-se análise de dados de eleições presidenciais, principalmente dos resultados eleitorais dos partidos políticos *Alianza Democrática M-19* e a *Unión*

Patriótica (1986 a 1998), e dados sobre o estado do país em termos dos direitos humanos nesse mesmo período em termos do sistema partidário, sistema eleitoral e dinâmica dos direitos humanos. Por meio dessa análise procura-se entender a trajetória política dos partidos de oposição *Alianza Democrática M-19* e principalmente da *Unión Patriótica* como casos emblemáticos para entender a qualidade da democracia colombiana.

Assim pretende-se demonstrar que muitas das análises sobre a democracia colombiana praticamente desconsideram o papel das violações aos direitos humanos como um fator que influencia a dinâmica política colombiana. Esse aspecto leva a que os estudos sobre a democracia colombiana elaborados somente a partir de parâmetros institucionais, como o sistema partidário e o sistema eleitoral, não reflitam numa dimensão ampla a realidade política, fato especialmente comprometedor considerando que as violações aos direitos humanos não aconteceram de forma isolada, foram fatos permanentes e sistemáticos que influenciaram a dinâmica política em escala nacional até os dias atuais.

Utilizando como parâmetro aos direitos humanos é possível perceber que na Colômbia não só há graves violações aos direitos humanos planejadas e organizadas que se prolongam no tempo, afetando aos setores políticos de oposição, mas, que quanto maior a relevância política dos setores de oposição, como é o caso da *Alianza Democrática M-19* e a *Unión Patriótica* nas décadas de 1980 e 1990, maiores são as violações aos direitos humanos.

De acordo com O'Donnell (2013) há uma relação estreita entre desenvolvimento humano, democracia e direitos humanos: “os direitos humanos são um aspecto que conduz a avaliar a qualidade das democracias existentes” (Op. Cit., p. 20). Para o autor, um regime democrático somente pode desenvolver-se com o uso pleno da cidadania, mas, para que se possa exercer essa cidadania não só se precisa das instituições de uma democracia formal ou poliárquica, mas do reconhecimento e prática dos direitos humanos (2013, p. 88). Mejía (1987) igualmente afirma que os direitos humanos e a democracia têm uma estreita relação desde sua origem no século XVIII: “Han surgido y evolucionado paralelamente, de tal manera que no puede hablarse de una sin hacer referencia implícita a la otra” (MEJÍA, 1987, p. 63). Assim sendo, o maior ou menor nível de desenvolvimento dos direitos humanos num sistema democrático é diretamente proporcional ao maior ou menor nível de democratização da sociedade (MEJÍA, 1987, p. 64).

Tabela 1: Modalidades e Número de Casos de Violações dos Direitos Humanos contra Militância do Partido Unión Patriótica 1985-2000

Modalidade de Violação	Nº Casos
Assassinatos	3136
Desaparições (Sequestro político)	514
Tentativa de Assassinato	290
Torturas	130
Violência Sexual	3
Ameaças de morte	501
Deslocamento Forçado (Expulsão dos Lares)	1601
Detenção arbitrária (Prisão Ilegal)	234
Criminalização	129
TOTAL	6528

Fonte: elaboração própria com dados retirados de CARRILLO, 2013.

Dentro das análises que há sobre a democracia colombiana nessas duas décadas – 1980 e 1990 – encontramos os trabalhos de dois autores muito reconhecidos que têm sido considerados referências indispensáveis para falar sobre o processo democrático colombiano, Arend Lijphart (2008) e Scott Mainwaring (1997). Se bem que os trabalhos dos dois autores não são especificamente sobre a Colômbia, são muito relevantes pelos apontamentos conclusivos do processo democrático e do sistema partidário colombiano, assim como pela ampla bagagem descritiva de suas análises.

Lijphart, em *Modelos de Democracia*, compara a democracia presidencialista da Colômbia com outras trinta e cinco democracias contemporâneas e caracteriza os principais aspectos. Ele mostra os elementos da democracia presidencialista colombiana a partir da comparação que faz de dez dimensões entre sistemas democráticos parlamentares e presidencialistas. Dentro de seu estudo destaca esse país como um exemplo bem sucedido na construção de gabinetes de amplas maiorias desde o ano de 1958 até 1986 e aponta que posteriormente a democracia colombiana foi aprofundada. Lijphart seleciona a Colômbia para seu estudo comparativo porque a considera uma democracia plena dentro dos “[...] países em desenvolvimento da América Latina, Caribe, África e do Pacífico” (LIJPHART, 2008, p. 10).

No caso de Mainwaring ele realizou sua análise em conjunto com Timotty Scully. O trabalho chama-se a *Institucionalização dos sistemas partidários na América Latina*, e analisa o nível de consolidação dos sistemas partidários dos países da América Latina, dedicando uma parte considerável de seu trabalho ao sistema partidário colombiano. O período de tempo para o estudo é do ano de 1966 até 1995. Nesse estudo definem a Colômbia como um dos poucos países da América Latina com uma tradição democrática ininterrupta de décadas e como um dos sistemas partidários mais institucionalizado junto com Chile, Costa Rica, Venezuela e Uruguai (MAINWARING; SCULLY, 1997, p.91).

Nos dois trabalhos os autores adotam como base para definir democracia as características que Dahl define de poliarquia. É importante salientar que, diferentemente da forma como sua obra foi interpretada em termos do caso em questão, Dahl considerou a Colômbia como uma quase-poliarquia (DAHL, 2009, p. 221). Esse autor realizou seu estudo analisando de finais da segunda guerra mundial até o término da década de 1960 e seu livro *Poliarquia* converteu-se para muitos pesquisadores numa referência obrigatória gerando estudos que seguiram essa linha.

A partir da interpretação do livro de Dahl foi-se originando uma espécie de consenso sobre a democracia colombiana e a forma em que ela se encaminhava para ser uma poliarquia. Tanto Lijphart quanto Mainwaring e Scully seguem essa linha interpretativa sobre a Colômbia que considera o país como uma poliarquia.

Mas essas caracterizações parecem desconsiderar aspectos factuais que mostram outra face da realidade da democracia colombiana nessas duas décadas. Nesse período, houve um aumento desmedido das denúncias de violações aos direitos humanos por parte do Estado (BEJARANO, 1990; BASTA YA, 2013); muitos dos guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia Exército do Povo (FARC-EP), do Movimento Dezenove de Abril (M-19) e o Exército Popular de Libertação (EPL), que deixaram as armas para organizarem-se legalmente em partidos políticos, foram assassinados (BASTA YA, 2013, p. 44; VILLARRAGA, 2006, p. 80-81); o partido político Unión Patriótica sofreu uma permanente e sistemática perseguição com ameaças, mortes e chacinas até seu extermínio chegando a ser considerado como um caso paradigmático na democracia colombiana de violações contra a humanidade (CASTRO; ORTIZ, 2006, p. 149).

Outro aspecto é que embora as guerrilhas do M-19 e o EPL entregassem armas, como também o fizeram outras duas guerrilhas menos fortes - o Partido Revolucionário

dos Trabajadores (PRT) e o Movimiento Armado Quintin Lame (MAQL) - o conflito armado não diminuiu (BEJARANO; LEONGÓMEZ, 2002, p. 7). As guerrilhas das FARC-EP e o Exército de Libertação Nacional (ELN), que não entregaram as armas, se fortaleceram e o conflito teve uma elevação significativa das confrontações no final da década de 1980 e ao longo de toda a década de 1990 (PÉCAUT, 2010, p. 42-46).

A análise da democracia colombiana é complexa e os analistas desse processo muitas vezes apresentam análises contraditórias. Há propostas de análise que expõem uma democracia consolidada gerada pelas mudanças que fortaleceram as instituições democráticas com novos arranjos (LIJPHART, 2008; MAINWARING; SCULLY, 1997). Desde outra perspectiva há análises que dão conta de violações aos direitos humanos que contradizem a ideia de que o fortalecimento das instituições com novos arranjos consolidou a democracia na Colômbia (CASTRO, ORTIZ, 2006; DE LA TORRES, 2005; QUINTANA, 2007; POSSO et.al., 2010)

Essa ambiguidade leva a vários questionamentos referentes à qualidade do sistema democrático colombiano e seus limites assim como sobre as análises – e os analistas - que definem a democracia colombiana como sendo consolidada:

Como entender a trajetória do Partido *Unión Patriótica* que foi exterminado e do Partido *Alianza Democrática M-19*, o qual teve vários de seus dirigentes assassinados se, segundo Scott Mainwaring e Timothy Scully (op. cit., p. 91) a Colômbia era um país com uma tradição democrática ininterrupta desde 1958 e um dos poucos países da América Latina que contavam com um sistema partidário institucionalizado? Poder-se-ia considerar a democracia colombiana como consolidada ou plena, como a avalia Lijphart (Op. cit.) considerando o extermínio dos dirigentes políticos da oposição nas décadas de 1980-1990? E ainda: se a Colômbia é ou foi uma quase-poliarquia em trânsito para uma poliarquia plena como entender que há um conflito armado por mais de cinco décadas e que este está vigente até os dias atuais?

Como base de apoio desta pesquisa parte-se da ideia de que uma parte das análises sobre a democracia na Colômbia não reflete de forma plena a complexa situação de violência e violações aos direitos humanos que afetam diretamente a dinâmica política nacional e em certo sentido paralisam as instituições democráticas. A tradição democrática colombiana se desenvolve em conjunto com uma tradição de violência e impunidade.

Para tratar dessas questões o texto terá três momentos: o primeiro visa uma revisão bibliográfica sobre a forma como diversos teóricos analisaram a democracia

colombiana; o segundo momento busca caracterizar o contexto histórico e político do período desde 1958 até a década de 1980; e o terceiro faz uma análise da trajetória dos partidos de oposição *Unión Patriótica* (UP) e *Alianza Democrática M-19*, mostrando a relação entre o sistema partidário, o sistema eleitoral e a situação dos direitos humanos.

[...]
*Desconfiai do mais trivial,
na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.*

*Suplicamos expressamente:
não aceiteis o que é de hábito como coisa natural,
pois em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada, de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural
nada deve parecer impossível de mudar.*

Bertold Brecht – A Exceção e a Regra².

² BRECHT, Bertolt. (1995). A Exceção e a regra. In: **Teatro completo**. V. 12. Rio de Janeiro: Paz e Terra..

CAPÍTULO II

CARACTERIZAÇÃO DA DEMOCRACIA COLOMBIANA

1. A avaliação de Dahl sobre a democracia colombiana

Dahl desenvolve um trabalho teórico muito importante a partir da concepção pluralista, buscando mostrar quais são as condições para que se possa estabelecer uma democracia. Dahl reserva o termo democracia “[...] para um sistema político que tenha, como uma de suas características, a qualidade de ser inteiramente ou quase inteiramente, responsivo a todos os seus cidadãos” (DAHL, 1997, p. 26). Esse autor explica que essa maneira de entender a democracia como poliarquia deveria ser vista como uma forma de avaliar os sistemas de governo em diferentes países e estabelece três condições que ele considera necessárias:

Como sistema hipotético, ponto extremo de uma escala, ou estado de coisas delimitador, ele pode (como um vácuo perfeito) servir de base para se avaliar o grau com que vários sistemas se aproximam deste limite teórico. Parto do pressuposto também de que, para um governo continuar sendo responsivo durante certo tempo, às preferências de seus cidadãos, considerados politicamente iguais, todos os cidadãos plenos devem ter oportunidades plenas:

1. De formular suas preferências.
2. De expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e da coletiva.
3. De ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte da preferência (DAHL, 1997, p. 26).

Esses três pressupostos se desdobram em oito garantias que seriam os requisitos para que a democracia possa se dar entre um número grande de habitantes ou, dito de outra forma, em um estado moderno. As sete primeiras se relacionam aos três pressupostos e a oitava garantia tem somente uma relação com o terceiro pressuposto ratificando que é totalmente responsabilidade da construção do estado e o desenvolvimento do regime. As oito garantias são as seguintes:

I) liberdade de associação; II) liberdade de expressão; III) liberdade de voto; IV) liberdade e direito para que as lideranças políticas compitam em busca de apoio; V) diversidade de fontes de informação; VI) elegibilidade para a *cosa pública*; VII) eleições livres e imparciais; VIII) instituições que garantam que a política do governo dependa dos votos e demais formas de expressar as preferências (DAHL, 1997, p. 27).

No livro *Poliarquia* (1997) Dahl emprega os três pressupostos e as garantias para desenvolvê-las dentro de duas condições: debate público e participação. Isso é feito a partir de um gráfico onde o debate público é o eixo Y e a participação é o eixo X, criando quatro tipologias de regimes: as “hegemonias fechadas” onde não há debate público nem participação; “oligarquias competitivas” que acontecem quando o regime fechado toma como tendência abrir-se ao debate público; a terceira é a das “hegemonias inclusivas” nas quais o regime fechado toma uma tendência para mais participação; e a quarta tipologia é a “poliarquia” que é quando o regime fechado ou as outras duas tipologias se abrem a níveis altos de debate público e participação (DAHL, 1997, p. 30).

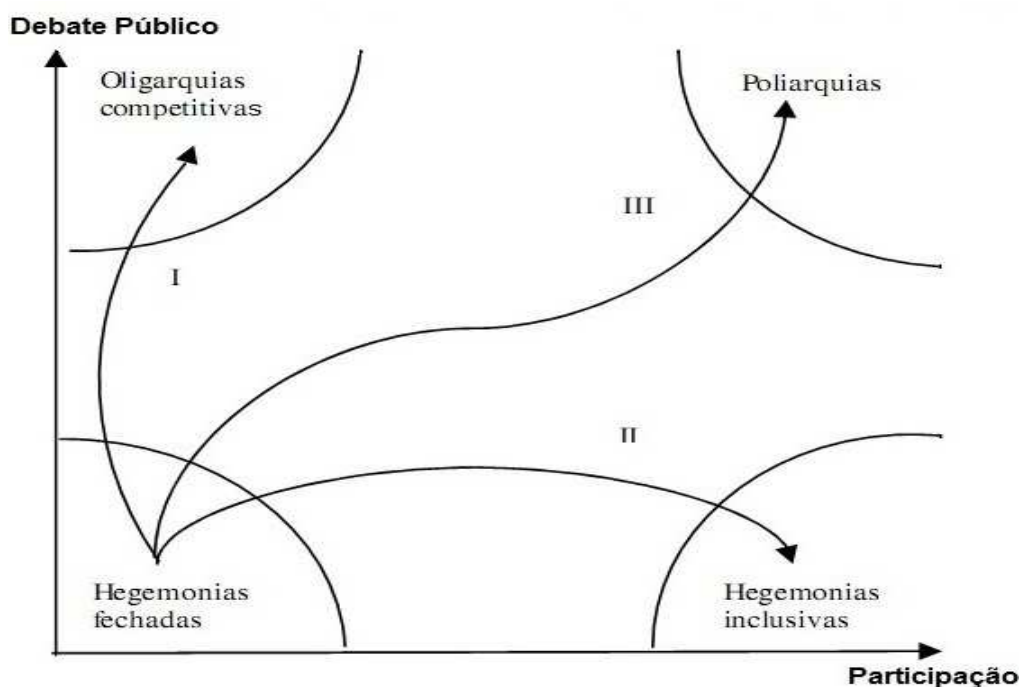


FIGURA 1: Tipologias dos regimes de R. Dahl

Fonte: DAHL, 1997, p. 30.

Dahl explica que nos espaços vazios que há no gráfico, principalmente na parte central, há regimes políticos. Esses regimes, não classificados, podem ser definidos a partir da dinâmica que estabeleçam de participação e de debate público, situação que os leva a ser mais próximos ou afastados da poliarquia. O autor ainda explicita a

possibilidade de existirem quase-poliarquia, um regime que pode ser “[...] bastante inclusiva, mas [que] ofereceria restrições mais sérias à contestação pública do que uma poliarquia plena, ou poderia proporcionar oportunidades de contestação pública comparáveis às de uma poliarquia plena e ser, no entanto, um pouco menos inclusiva” (DAHL, 1997, p. 31).

O autor considera que a democratização compreende transformações históricas bem definidas, sendo o trânsito de hegemonias e oligarquias competitivas a regimes quase-poliárquicos a primeira dessas transformações. Considera que o século XIX se caracterizou no mundo ocidental por essa primeira transformação. A segunda transformação aconteceu em três décadas, final do século XIX até a primeira guerra mundial, sendo o passo das quase-poliarquias a poliarquias. Para Dahl a terceira transformação está marcada por uma plena democratização das poliarquias e se encontra em dois momentos: o primeiro que é coincidente com o desenvolvimento do Estado de bem-estar, após a depressão econômica, sendo interrompido pela segunda guerra mundial, e o segundo momento a situa a finais da década de 1960 (DAHL, 1997, p. 33).

Dessa forma define as tipologias como um processo de mudanças que se dirige à construção de poliarquias e estabelece três caminhos possíveis para que um regime chegue a ser poliárquico. O primeiro é que o debate público-liberação preceda a capacidade de participação-representação. Acontece quando uma hegemonia fechada aumenta as oportunidades de debate público e assim aumenta as chances de converter-se em uma oligarquia competitiva; no caso das oligarquias competitivas quando essas aumentam a capacidade de representação do regime podendo transformar-se em poliarquias (DAHL, 1997, p. 51). O segundo caminho é quando a participação-representação precede o debate público-liberação. Para o autor a forma em que acontece é quando existe uma hegemonia fechada e esta vai aumentando sua capacidade representativa, participativa até ser uma hegemonia representativa, e no caso de uma hegemonia representativa, se esta aumenta o debate público, é dizer a liberalização, poderia transformar-se em poliarquia por ter aumentado o debate público (DAHL, 1997, p. 52). O terceiro caminho é o que considera como a via rápida, acontece quando uma hegemonia fechada se converte abruptamente em poliarquia por ter outorgado de forma repentina o direito a sufrágio universal e de debate público (op. cit., p. 52).

Dahl afirma que possivelmente as poliarquias mais antigas e estabilizadas estejam mais próximas ao primeiro caminho (DAHL, 1997, p. 53). Quanto aos outros dois caminhos ele os considera mais perigosos para chegar a ser poliarquia. “El tercer

camino acorta drásticamente el tiempo para aprender las complejas artes de la mutua comprensión y para llegar al sistema, tal vez exageradamente sutil, de la seguridad mutua” (DAHL, 1997, p. 54).

Quanto aos riscos do segundo caminho, afirma que:

Quando o sufrágio é ampliado antes das artes da política competitiva terem sido assimiladas e aceitas como legítimas entre as elites, a busca de um sistema de garantias mútuas provavelmente será complexa e consumirá tempo. Durante a transição, quando surge um conflito, nenhum dos lados pode estar inteiramente confiante de que é seguro tolerar o outro. Como as regras do jogo são ambíguas e a legitimidade da política competitiva é fraca, os custos da supressão podem não ser exageradamente altos (DAHL, 1997, p. 55).

Para Dahl, em seu estudo *Poliarquia: participação e oposição*, vinte e nove países tinham passado o teste das seis garantias ou instituições políticas para serem consideradas poliarquias. Além desse grupo, outros seis países estiveram próximos de superar o teste, assim, os considerou como quase-poliarquias. A Colômbia foi incluída dentro da classificação como uma quase-poliarquia (DAHL, 1997, p. 226).

Dahl explica que considerou a Colômbia como uma quase-poliarquia porque desde 1958 tem mantido uma democracia com as seis instituições políticas que definem a uma poliarquia. Porém a democracia colombiana funcionava com uma emenda constitucional que impunha limitações à disputa dos partidos políticos nas eleições, o que significava que na participação política não se permitia uma competição plena. Observa também que em todas as quase-poliarquias, as instituições poliárquicas eram recentes e frágeis, o que faz que seja difícil saber se elas poderão resistir às tensões e aos conflitos internos (DAHL, 1997, p. 226).

Essa emenda constitucional a que se refere Dahl foi conhecida como a Frente Nacional, um pacto para governar entre os dois partidos tradicionais da Colômbia: o partido Liberal e o partido Conservador. Foi estabelecido como mecanismo para buscar a estabilidade política e a capacidade de governança na Colômbia após um período de violência que deixou mais de duzentos mil mortos. Esse pacto entrou em vigor no ano de 1958 e tinha como data final 1974, mas foi ampliado até 1986 (PÉCAUT, 1991, p. 40 – 59).

É por este pacto ou emenda constitucional que Dahl não considerou a Colômbia como uma poliarquia. Mas na lógica dos argumentos de Dahl por ser um país de tradição democrática que cumpre todos os requisitos das poliarquias a Colômbia se converteria automaticamente em poliarquia quando superasse a Frente Nacional,

situação que aconteceu formalmente em 1970, embora os acordos se mantivessem de fato até 1986. Isto é: em 1986 a Colômbia estava pronta para ser considerada uma poliarquia.

Na análise de Dahl isso é entendido dessa forma porque ele considerou a supremacia das eleições como critério para que se possa ter democracia. Dahl afirma que no direito a votar em eleições livres se reúnem a participação e o debate público: “[...] quanto maior a proporção de cidadãos que desfruta do direito, mais inclusive é o regime” (1997, p. 25).

O’Donnell revisou os critérios estabelecidos por Dahl para considerar a um país como poliarquia, encontrando algumas características que o levaram a fazer distinções entre as poliarquias. “Entre los países que satisfacen los criterios de la poliarquía pueden distinguirse diferentes grados y dimensiones de ‘democraticidad’, según los grados de justicia e igualdad en varias esferas sociales (democratización social y económica)” (O’DONNELL, 1993, p.16). O’Donnell não contesta a teoria de Dahl, mas tenta complementá-la fazendo subdivisões dentro da classificação de poliarquias. Para O’Donnell as democracias não são homogêneas, elas podem ter vazios de representação em instituições, em espaços territoriais ou em setores sociais (1993, p. 9).

O autor afirma que, no caso da América Latina, “[...] los países con una homogeneidad relativamente importante (sobre todo territorial) cuentan con una tradición democrática más antigua y sólida [...]” (O’Donnell, 1993, p. 9). Mas a Colômbia que é um dos poucos países com uma tradição democrática mais antiga encontra-se mais perto de um polo de “heterogeneidade extrema”. Para ele a Colômbia mostrava problemas no começo da década de 1990 e por isso ficava localizada em um ponto intermediário entre a homogeneidade e a heterogeneidade extrema (O’Donnell, 1993, p. 9).

A essa heterogeneidade O’Donnell chamou de regiões de cor marrom onde formalmente existem todas as instituições políticas que necessita um país para ser considerado como poliarquia, mas há vazios na forma como essa funciona, até porque o Estado não tem capacidade para cobrir todos os espaços territoriais. Uma situação gerada, segundo o autor, por dois aspectos: porque há setores do governo que não permitem que as instituições funcionem da forma adequada ou porque há setores sociais que por sua condição econômica, política ou étnica estão sendo excluídos (O’Donnell, 1993, p. 12).

Pode-se concluir que para Dahl a Colômbia se encaminhava para ser uma poliarquia. O único impedimento que se mostrava neste caminho era a restrição da participação de novos partidos, o que significava que o sistema partidário colombiano estava estabelecido como um sistema bipartidário a partir da emenda da Frente Nacional. Mas que se poderia considerar-se poliarquia quando carecesse a vigência dessa emenda. É por isso que O'Donnell julga a Colômbia como uma poliarquia, embora a considerasse como em um ponto intermediário entre o desenvolvimento democrático homogêneo e heterogêneo por ter regiões de cor marrom.

2. O Sistema partidário colombiano como um sistema institucionalizado: Mainwaring e Scully

Segundo Scott Mainwaring e Timothy Scully (1997) a Colômbia é um país que mostra uma tradição democrática ininterrupta desde 1958 e até meados de 1990 encontrava-se junto com Chile, Costa Rica, a Venezuela e Uruguai dentro dos países da América Latina que contavam com um sistema partidário institucionalizado. No caso colombiano essa política eleitoral foi feita na base de decênios de competência política contínua, sendo a Colômbia classificada como uma das democracias mais estáveis da América (MAINWARING, SCULLY, 1997, p. 121; MAINWARING, 1995).

Mainwaring e Scully fazem uma pesquisa sobre a institucionalização dos sistemas de partidos na América Latina onde estabelecem caracterizações sobre o sistema partidário colombiano da década de 1960 até o ano de 1996. A partir dessa análise a democracia colombiana seria considerada uma das melhores da América Latina.

Para chegar a essa conclusão Mainwaring e Scully definem o sistema partidário como um conjunto de normas que interagem na competição dos partidos. Essas normas são as que permitem que se mantenha a competição dos partidos e são relativamente permanentes porque podem ser mudadas nos acordos dos atores políticos. Isso implicaria que os partidos políticos tenham estabilidade e permanência no tempo. Outro aspecto relevante é que para que seja caracterizado um sistema partidário é necessário que existam pelo menos dois partidos para a competição (MAINWARING, SCULLY, 1997, p. 92).

Os autores estabelecem quatro condições para que um sistema partidário possa ser considerado institucionalizado: a) a estabilidade nas regras e na natureza da competência entre partidos, porque onde não há estabilidade a institucionalidade fica afetada e gera índices de volatilidade; b) os partidos mais importantes devem possuir enraizamento mais ou menos estáveis na sociedade, essa estabilidade faz que sejam conseqüentes com suas posições ideológicas; c) os principais atores políticos reconhecem os partidos e as eleições como instituições legítimas, onde os partidos são atores chaves para chegar ao poder e as eleições a forma de determinar quem governa; e d) a existência de estruturas nos partidos que estejam estabelecidas, tenham extensão territorial, estejam bem organizadas e possuam recursos próprios (MAINWARING, SCULLY, 1997, p. 92-93)

De acordo com Mainwaring e Scully (1997, op. cit.) a Colômbia faria parte do seleto grupo de países latino-americanos nos quais o sistema partidário pode ser considerado institucionalizado:

“Venezuela, Costa Rica, Chile, Uruguay, Colombia y en menor grado Argentina, satisfacen los criterios de un sistema de partidos institucionalizado democrático delineado anteriormente (...) Los partidos principales están institucionalizados y su porcentaje de votos habitualmente es razonablemente estable de una elección en otra. En términos de volatilidad electoral, los sistemas de partidos institucionalizados ocupan (...) Los partidos tienen a lo menos raíces relativamente fuertes en la sociedad, además de identidades relativamente fuertes. Los partidos son actores claves en la estructuración del proceso electoral y en determinar quién ha de gobernar, y las organizaciones partidistas no son simplemente expresiones de los deseos políticos de dirigentes carismáticos.” (MAINWARING E SCULLY, 1997, p.99)

Segundo os mesmos autores na Colômbia há plena estabilidade nas regras que fazem com que o sistema mantenha a competição dos partidos e os principais partidos colombianos, o Partido Liberal e o Partido Conservador³, são partidos com raízes na sociedade e vínculos com setores específicos do eleitorado, o qual se sente identificado nos partidos. Consideram que os partidos na Colômbia não são centralizados nem coesos, embora os dois partidos colombianos Partido Liberal e Partido Conservador estejam entre os mais antigos da América Latina, tendo suas origens no século XIX

O que leva a concluir, novamente segundo Mainwaring e Scully (op. cit.), que a Colômbia seria uma das democracias que tem mais longevidade na América Latina, com um sistema partidário de um nível alto de consolidação. Há elementos, segundo

³ Mainwaring e Scully tomam a fórmula de Sartori para classificar os partidos políticos que devem ser analisados tendo em conta sua relevância política a partir de seu caudal eleitoral com uma porcentagem mínima de representação e capacidade de coalizão, o que os leva a considerar somente o partido Liberal e o partido Conservador (SARTORI, 1976, p. 122-123).

esta análise, que corroborariam isso: o país tem partidos que estão entre os mais antigos da América e eleições ininterruptas por um tempo considerável. No estudo feito por esses autores não há espaço para valorar as situações de violações aos direitos humanos nem da violência e da forma como esses fatos puderam ter afetado o desenvolvimento democrático na Colômbia nesse período.

3. A democracia colombiana como uma democracia plena e exemplo de gabinetes de amplas maiorias: Lijphart

Lijphart (2008) desenvolve um estudo sobre trinta e seis democracias comparando-as em termos de um modelo majoritário e outro consensual. Olha também para as diferentes formas de democracia que combinam distintas formas de sistemas. Sua análise observa democracias existentes em países africanos, americanos, europeus, asiáticos e da Oceania. No estudo são consideradas as múltiplas formas pelas quais a democracia pode acontecer assim como também a diversidade de instituições de governo, forma de legislar, sistema eleitoral, sistema judicial, sistemas partidários e também grupos de interesses.

O autor inicia sua obra com a definição de democracia de Abraham Lincoln. Afirma que “definir a democracia como ‘governo pelo povo e para o povo’ levanta uma questão fundamental: quem governará, e a quais interesses deverá o governo atender quando o povo estiver em desacordo e as suas preferências divergirem?” (LIJPHART, 2008, p. 17).

A partir dessa pergunta o autor desenvolve seu estudo e disserta sobre as diferenças entre a democracia majoritária e consensual. Ele descreve as democracias que considera puras segundo os dois modelos. Para fazer essa descrição estabelece dez diferenças divididas em duas dimensões: a primeira ele chama de executivos-partidos; e a segunda dimensão chama de federal–unitária. Fazendo referência aos governos federais e aos governos unitários; cada dimensão contém cinco diferenças (LIJPHART, 2008, p. 18).

Quadro 1: Dimensões da democracia e diferenças segundo Lijphart

Dimensão executivos-partidos	Dimensão federal
1. Concentração de Poder Executivo em gabinetes monopartidários de maioria <i>versus</i> distribuição do Poder Executivo em amplas coalizões multipartidárias;	1. Governo unitário <i>versus</i> governo federal e descentralizado;
2. Relações entre Executivo e Legislativo em que o Executivo é dominante <i>versus</i> relações equilibradas entre ambos os poderes;	2. Concentração do Poder Legislativo numa legislatura unicameral <i>versus</i> divisão do Poder Legislativo entre duas casas igualmente fortes, porém diferentemente constituídas;
3. Sistemas bipartidários <i>versus</i> sistemas multipartidários;	3. Constituições flexíveis, que podem receber emendas por simples maioria, <i>versus</i> constituições rígidas, que só podem ser modificadas por maiorias extraordinárias;
4. Sistemas eleitorais majoritários e desproporcionais <i>versus</i> representação proporcional;	4. Sistemas em que as legislaturas têm a palavra final sobre a constitucionalidade da legislação <i>versus</i> sistemas nos quais as leis estão sujeitas à revisão judicial de sua constitucionalidade, por uma corte suprema ou constitucional;
5. Sistemas de grupos de interesses pluralistas, com livre concorrência entre grupos <i>versus</i> sistemas coordenados e “corporativistas” visando ao compromisso e à concertação.	5. Bancos centrais dependentes do Executivo <i>versus</i> bancos centrais independentes (2008 p. 19).

Fonte: elaboração autor

Lijphart usa no seu estudo o conceito de democracia de Robert Dahl (op.cit.) de poliarquia com seus oito critérios e diz que dentro da definição de Lincoln “esses requisitos já estavam implícitos [...]” (LIJPHART, 2008, p. 69). Para o autor a democracia como é definida por Dahl se converteu em um fenômeno do século XX e seus critérios ajudam a saber qual país é democrático e qual não o é (2008, p. 70).

Sobre a Colômbia afirma que o país está junto com a Índia, Papua-Nova Guiné e a Venezuela como casos indeterminados de democracia. Explica que sobre o tema há várias análises contraditórias (Op. Cit., p. 71).

Outra pesquisa sobre os sistemas políticos do mundo, de 1994, que usa uma escala de dez pontos, sendo 10 a nota mais alta -, classifica os quatro países mencionados com notas abaixo da perfeição do 10 [...]. Por outro lado, os quatro casos intermediários ainda merecem notas razoavelmente altas, e vários outros países têm também nota inferior a 10. A Colômbia recebeu nota 9 (Jagers e Gurr, 1995). Segundo dados colhidos por Mark J. Gasiorowski (1996: 480-81), rastreando mudanças em regimes políticos durante o ano de 1992, todos os quatro países mantiveram um regime democrático até o final de 1992 (LIJPHART, 2008, p. 72).

Mostrando as discrepâncias que há entre os diferentes estudos Lijphart justifica a posição da Colômbia como uma democracia considerada modelo dentro de seu seletivo grupo de países democráticos. Na caracterização que vai fazendo para mostrar os critérios de escolha aponta que esse país tem um baixo grau de divisão na sociedade e que essa divisão acontece entre forças pró-Igreja e as forças anticlericais que têm contribuído historicamente para dar forma à dinâmica política. Desse modo é como se originaram e se desenvolveram até 1958 o Partido Liberal, anticlerical e o Partido Conservador pró- Católico (LIJPHART, 2008, p. 78). Assim sendo Colômbia é considerada pelo autor como uma sociedade semiplural.

Na análise dos sistemas partidários entre padrões de bipartidarismos e multipartidarismo Lijphart estabelece um mecanismo para contabilizar partidos e para tratar com “o problema de contar partidos faccionados” e definir o número efetivo de partidos nas trinta e seis democracias (2008, p. 87). Para tal iniciativa e a partir do critério-geral de Sartori que “[...] sugere que os partidos que não conseguem obter cadeiras no Parlamento sejam descartados dessa contagem” (LIJPHART, 2008, p. 88), o autor calcula a força partidária relativa por meio principalmente do número de cadeiras no parlamento (Op. Cit., 88).

Porém para Lijphart:

Os critérios de Sartori são muito úteis para se distinguir entre os partidos significativos para o sistema político e os que só desempenham um papel menor. [...] Mas esses mesmos critérios não se aplicam bem à contagem do número de partidos num sistema partidário. Em primeiro lugar, embora os critérios de Sartori se baseiem em duas variáveis – o tamanho e a compatibilidade ideológica –, o tamanho é o fator crucial. Só os partidos suficientemente grandes podem ter o potencial de persuasão, mas este mesmo tamanho também constitui o principal determinante do potencial de coalizão: partidos muito pequenos, com apenas algumas cadeiras no Legislativo, podem ser totalmente moderados e, por isso, são ideologicamente aceitáveis para a maioria dos outros partidos. Mas dificilmente terão potencial de coalizão, por não terem “peso” suficiente para contribuir com um gabinete. Por esse motivo, os partidos a serem contados, sejam eles ideologicamente compatíveis ou não, são, em especial, os maiores (LIJPHART, 2008, p. 89).

Perante esta situação Lijphart explica que adapta a fórmula de Sartori com as modificações introduzidas por Jean Blondel o qual propõe uma classificação para os sistemas partidários que leve em consideração tanto seu número quanto seus tamanhos relativos. Define quatro categorias: 1) sistemas bipartidários são aqueles dominados por dois grandes partidos, embora possa haver alguns outros pequenos no Parlamento; 2) sistema de dois partidos e meio é quando além de dois grandes partidos há outro

consideravelmente menor, porém com potencial de coalizão e que desempenha um papel político significativo; 3) sistemas multipartidários com um partido dominante **ocorrem** quando existe um sistema que tem mais de dois partidos e meio e há um partido que é o maior; e, 4) sistemas multipartidários sem um partido dominante (BLONDEL, 1968, p. 187 apud LIJPHART, 2008, p. 90).

Tabela 2: Classificação dos Sistemas Partidários baseada no número e tamanho relativos dos Partidos Políticos

Sistemas Partidários	Exemplo hipotético de cotas de cadeiras	Número efetivo de partidos
Sistema Bipartidário	55 - 45	2,0
Sistema de Dois Partidos e Meio	45 - 40 - 15	2,6
Sistema Multipartidário com um Partido Dominante	45 - 20 - 15 - 10 - 10	3,5
Sistema Multipartidário sem um Partido Dominante	25 - 25 - 25 - 15 - 10	4,5

Fonte: LIJPHART, 2008, p. 90.

A partir desta categorização derivada da fórmula de Sartori e complementada por Blondel o autor vai desenvolvendo uma classificação do sistema partidário das trinta e seis democracias e estabelecendo critérios para moldar as mais variadas construções dos sistemas partidários.

Um problema enfrentado por Lipjhart é que no caso colombiano o Partido Liberal e o Partido Conservador são considerados como partidos extremamente faccionados, junto com o Partido do Congresso Indiano, o Democrata Cristão da Itália, o Partido Liberal Democrático do Japão e o Partido Democrata dos Estados Unidos que, “[...] são os únicos partidos, nas democracias modernas, que carecem de perfeita coesão” (LIJPHART, 2008, p. 95). Diante disso o autor se pergunta como contar estes partidos faccionados e a resposta que cria é contar cada partido faccionado como um partido e meio. No resultado obtido observa que “[...] o ajuste para partidos faccionalizados tem grande impacto no sistema partidário colombiano, porque afeta os dois partidos mais importantes. O tratamento convencional resulta em 2,22 partidos em comparação com o número ajustado de 3,32” (LIJPHART, 2008, p. 98).

Das dimensões temáticas extraídas dos programas dos partidos que geram conflitos, analisa que os programas dos dois grandes partidos da Colômbia têm altas discrepâncias nas temáticas socioeconômicas e discrepâncias médias nas temáticas regionais, urbano-rurais e de apoio ao regime (LIJPHART, 2008, p. 102). Mas em relação à dimensão temática de apoio ao regime, o autor considera a relevância de um terceiro partido, o Partido Alianza Democrática M-19 nas eleições do ano de 1990.

A Colômbia recebeu um conceito “médio” por uma razão completamente diferente: o importante papel do Partido AD- M19, que se originou como um movimento revolucionário, mas que depois participou das eleições, ingressando mesmo no gabinete, no início da década de 1990 (LIJPHART, 2008, p. 107).

Lijphart usa também como variável de análise a composição dos gabinetes e busca definir essas composições. Indaga se os gabinetes se concentram em partidos dominantes ou pelo contrario se há partilha do poder do Executivo. Ele diz que neste ponto está uma das diferenças mais expressivas nos modelos democráticos (LIJPHART, 2008, p. 115). E na descrição que faz sobre a construção de gabinetes de minoria e de ampla maioria destaca o caso colombiano como um “exemplo claro e incomum” de gabinetes bem sucedidos de ampla maioria (LIJPHART, 2008, p. 126). Para o autor os gabinetes de ampla maioria são de grandes coalizões compostas pelos dois maiores partidos de um país, que seriam, entretanto, “gabinetes minimamente vitoriosos, em termos puramente técnicos” (2008, p. 131).

Em termos concretos, essas grandes coalizões obviamente deveriam ser consideradas como de ampla maioria. Dessa forma, classifico como de ampla maioria qualquer gabinete de coalizão baseado numa folgada supermaioria de quatro quintos, ou mais – 80 por cento – das cadeiras na legislatura (LIJPHART, 2008, p. 131).

O caso colombiano ganha destaque nessa análise a partir de 1958 quando foi constituído um gabinete de ampla maioria entre os partidos Liberal e Conservador:

Os gabinetes de ampla maioria podem também ser estimulados por cláusulas institucionais particulares. Um exemplo claro e incomum foi o acordo da Frente Nacional, entre os partidos Liberal e Conservador, que acabou com a violenta guerra civil na Colômbia, em fins da década de 1940 e início da década de 1950. A Constituição determinou a representação igual de ambos os partidos no gabinete, e também sua alternância na presidência, de 1958 a 1974. Estendeu-se por mais quatro anos o requisito para os gabinetes de ampla coalizão, mas, mesmo depois de 1978, uma representação “adequada e equitativa” no gabinete teve de ser oferecida ao segundo maior partido [...]. Isto levou ao prosseguimento das coalizões bipartidárias até 1986, quando então os conservadores se recusaram a participar do gabinete do presidente liberal Virgilio Barco (LIJPHART, 2008, p. 127).

Outra característica que é apontada é que as medidas legislativas também foram definidas a partir do gabinete de maioria ampla pois na época “[...] a maior parte das medidas legislativas requeria maiorias de dois terços para sua aprovação, durante os primeiros dez anos da Frente Nacional” (LIJPHART, 2008, p. 128).

Quanto à separação de poderes e o equilíbrio destes o autor sublinha dois aspectos: num extremo a separação do Legislativo e o Executivo; no outro a subordinação do Legislativo ao Executivo; concluindo que a Colômbia se encontra em uma posição intermediária entre essas duas posições (LIJPHART, 2008, p. 151). No caso colombiano ainda há um mecanismo que permite ao presidente ter poder de decreto e de veto, é o poder constitucional assinado no Executivo fruto de uma “[...] substancial ampliação do poder presidencial ocorrida na Colômbia como resultado da revisão constitucional de 1968, seguida da ligeira redução em 1991” (2008, p. 152).

Quanto ao sistema eleitoral a Colômbia adota a representação proporcional em listas (LIJPHART, 2008, p. 171). Nas eleições presidências da Colômbia até 1990 foi usado o método de maioria simples *first past the post* que segundo o autor “[...] é de longe a mais simples de todas: o candidato que receber a maior quantidade de votos, seja de maioria absoluta, seja de maioria simples, será eleito” (2008, p. 172). Após a Constituição de 1991 este método foi modificado no artigo 190 que estabelece um segundo turno nas eleições para presidente se no primeiro turno das eleições nenhum dos candidatos obtiver maioria absoluta. No segundo turno participariam os dois candidatos que obtiverem mais votos e se definiria a disputa por maioria simples.

Outro elemento que destaca Lijphart é que o sistema eleitoral pode influir sobre os partidos nas definições das cadeiras para o Legislativo.

O sistema presidencialista pode exercer um efeito indireto, porém forte, sobre o número efetivo dos partidos parlamentares. Uma vez que a presidência constitui o mais alto prêmio político que se possa receber, e já que só os partidos maiores têm a chance de ganhá-la, esses partidos grandes levam uma vantagem considerável sobre os menores, vantagem que se pode prolongar até as eleições legislativas, mesmo quando estas são por representação proporcional, como na Costa Rica, Colômbia e Venezuela (LIJPHART, 2008, p.181).

Quanto à concentração ou divisão do poder no legislativo o autor destacou diversas características: Na Colômbia existem duas Câmaras, a Câmara alta, o Senado, e a Câmara baixa que é a Câmara de Representantes. De acordo com Lijphart “os únicos exemplos de legislaturas bicamerais com poderes formalmente iguais, em nosso

conjunto de democracias, são as legislaturas da Colômbia, Itália, Suíça e Estados Unidos” (LIJPHART, 2008, p. 234).

Na Colômbia ocorre que as duas Câmaras são eleitas de forma direta pelo voto dos eleitores motivo pelo qual as Câmaras são consideradas simétricas (LIJPHART, 2008, p. 235):

As duas casas do Congresso da Colômbia costumavam ser eleitas por métodos semelhantes – a representação proporcional em distritos de relativamente baixa magnitude –, mas em 1991 o Senado se tornou incongruente, porque seu sistema eleitoral foi mudado para representação proporcional num grande distrito de âmbito nacional – tornando muito mais fácil para os partidos e candidatos minoritários serem eleitos (LIJPHART, 2008, p. 238).

Lijphart (op. cit.) considera que há sistemas bipartidários que têm mais que dois partidos, mas, somente dois partidos grandes. Assim sendo Colômbia é vista pelo autor como um sistema bipartidário, tomando em conta somente o Partido Liberal e o Partido Conservador⁴.

Um segundo aspecto relevante dentro da análise que se está propondo é que Lijphart valoriza como um caso positivo a construção de um gabinete de ampla maioria estabelecido por cláusulas institucionais, no caso uma emenda constitucional que teve por nome Frente Nacional. Aponta que a Frente Nacional foi uma medida de sucesso para a democracia colombiana e que sua duração que estava estipulada de 1958 até 1974 foi prolongada por quatro anos mais, mas, de fato esses arranjos institucionais se mantiveram até 1986, doze anos além do previsto.

Esta análise de Lijphart contradiz o que concluiu Dahl (op. cit.) a respeito da Frente Nacional. Para Dahl essa emenda constitucional restringiu a participação política, caracterização que o levou o autor a definir a Colômbia como uma quase-poliarquia, mas não uma poliarquia.

Outro aspecto a destacar é que, no estudo “*Modelos de Democracia*” de Lijphart a Colômbia é apresentada como um caso no qual houve concentração de poder no Executivo gerando um desequilíbrio perante o Legislativo. Essa concentração de poder aumentou em 1968 e se manteve dessa forma até 1991.

Para Lijphart, a Colômbia faz parte do grupo de democracias consolidadas com uma estabilidade razoável em função de sua permanência no tempo. Isto é uma

⁴ É de sublinhar que em 1990 Lijphart passou a considerar a existência do Partido Alianza Democrática M- 19, contudo só nas eleições desse ano. Já o Partido Unión Patriótica passou praticamente despercebido na análise do autor.

caracterização que ele mantém embora encontre opiniões contrárias em várias pesquisas que abordam o caso da Colômbia e apontam o impacto negativo dos problemas de corrupção e violência política depois de 1990 na avaliação da democracia no país. Mas é importante sublinhar que em geral não são encontradas críticas à democracia colombiana no período 1958-1990, exceto aquela feita por Dahl (op. cit.) sobre a Frente Nacional com a qual Lijphart (op. cit.) não concordou.

Neste apartado do estudo, sobre a caracterização da democracia colombiana sublinhamos que, apesar de algumas críticas, para Dahl (op. cit.) a Colômbia mostrava todas as condições para ser uma poliarquia, necessitando apenas superar os arranjos institucionais definidos na Frente Nacional. Lijphart (op. cit.) e Mainwaring e Scully (op. cit.) seguiram caminho semelhante desenvolvendo suas análises partindo das definições sobre a democracia colombiana feitas por Dahl. Lijphart (op. cit.) sublinhou que os arranjos institucionais da Frente Nacional eram um exemplo de construção democrática e capacidade de governança. Já Mainwaring e Scully (op. cit.) consideraram que o sistema partidário colombiano da década dos anos de 1980 até meados da década de 1990 era um sistema partidário institucionalizado.

Esses autores não ponderam as violações dos direitos humanos como um fator que influencia a dinâmica política colombiana, fato que fez com que suas análises desconsiderassem os partidos políticos de oposição como a *Unión Patriótica* e *Alianza Democrática M-19*. Essas análises poderiam ser contrastadas revisando o contexto histórico e político da democracia colombiana, de 1958 até o surgimento dos partidos em questão⁵.

⁵ Como uma exceção, entre diversos autores que discorreram sobre o tema, encontramos especialmente O'Donnell (2013) que mostrou inquietação com as violações dos direitos humanos na Colômbia contra os militantes dos partidos de oposição e argumentou sobre a necessidade de considerar de forma diferenciada a democracia do citado país.

[...] La violencia y el dolor desmesurados de nuestra historia son el resultado de injusticias seculares y amargas sin cuento, y no una confabulación urdida a 3 mil leguas de nuestra casa. Pero muchos dirigentes y pensadores europeos lo han creído, con el infantilismo de los abuelos que olvidaron las locuras fructíferas de su juventud, como si no fuera posible otro destino que vivir a merced de los dos grandes dueños del mundo. Este es, amigos, el tamaño de nuestra soledad. [...] Ante esta realidad sobrecogedora que a través de todo el tiempo humano debió de parecer una utopía, los inventores de fábulas que todo lo creemos nos sentimos con el derecho de creer que todavía no es demasiado tarde para emprender la creación de la utopía contraria. Una nueva y arrasadora utopía de la vida, donde nadie pueda decidir por otros hasta la forma de morir, donde de veras sea cierto el amor y sea posible la felicidad, y donde las estirpes condenadas a cien años de soledad tengan por fin y para siempre una segunda oportunidad sobre la tierra.

Discurso de Gabriel García Márquez, Premio Nobel de Literatura de 1982⁶.

⁶ MARQUEZ, Gabriel G. La Soledad de América Latina. Discurso de Gabriel Garcia Marquez Premio Nobel de Literatura de 1982 (1983). In. ODELBERG, Wilhelm. **The Nobel Prizes**. Stockholm: Nobel Foundation.

CAPITULO III

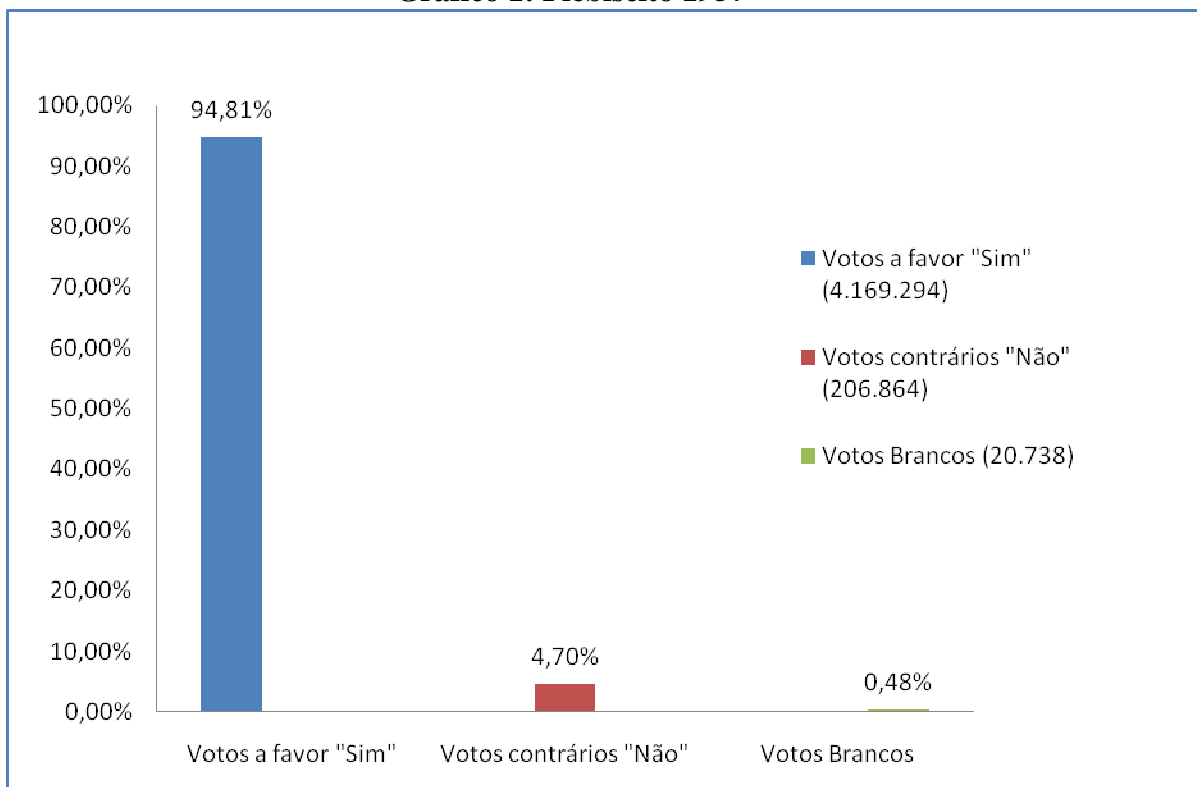
A TRAJETÓRIA DA DEMOCRACIA COLOMBIANA (1958-1982)

O contexto histórico e político analisado é o período que definimos como a moderna democracia moderna colombiana iniciada em 1958 após a superação da ditadura militar do general Rojas Pinilla e desenvolvida até o governo do presidente J. Turbay Ayala (1978-1982). Nesse período se encontra grande parte do contexto histórico-político do processo democrático e da oposição política analisada no presente trabalho.

A Colômbia ingressou numa situação social e política crítica com o assassinato do candidato à presidência Jorge Eliécer Gaitán em nove de abril de 1948. Esse assassinato foi o estopim que fez explodir os conflitos sociais, econômicos e políticos que vinham acumulando-se há mais de uma década (BORDA, 2009, p. 157). O país se viu envolto numa guerra civil que iniciou com a violência política do governo contra setores políticos de oposição e setores camponeses. As principais ações de repressão se dirigiram contra o Partido Comunista e contra a União Nacional de Izquierda Revolucionaria (UNIR), este último um movimento liderado por Jorge Eliécer Gaitán. Segundo vários pesquisadores os mortos na Colômbia no período de 1948-1957 foram mais de duzentas mil pessoas (CAMPOS, BORDA, LUNA, 2005; GUILLÉN, 2006, p. 40) Contudo para Kalmanovitz (2001) o número de assassinatos pôde ser de trezentos mil e o número de pessoas deslocadas pela violência, como refugiados internos, puderam superar três ou quatro vezes essa cifra (KALMANOVITZ, op. cit., p. 220)⁷.

Com essa situação caótica e de forte violência um setor militar liderado pelo general do exército Rojas Pinilla deu um golpe de estado. A ditadura que teve como justificativa a contenção da violência e pacificação do país conseguiu ter uma duração de quatro anos, 1953-1957 (ROJAS, 1983, p. 74). “Os dois grandes partidos [o Partido Liberal e o Partido Conservador] livraram-se de [Rojas Pinilla] depressa e, graças a um acordo de partilha dos cargos públicos entre ambos, voltaram ao poder de forma sólida” (TOURAINÉ, 1989, p. 355).

⁷ Um dado que toma conotações de uma barbárie incomensurável quando se tem em conta que em 1950 a Colômbia tinha uma população estimada de onze milhões de habitantes, é dizer que quase 10% de sua população se defrontou diretamente com essa violência.

Gráfico 1: Plebiscito 1957

Fonte: elaboração própria com dados retirados de GUARÍN, 2005, p. 26.

O Partido Liberal e o Partido Conservador assinaram um pacto que lhes permitiu recobrar o poder e governar em igualdade. O nome do pacto foi a Frente Nacional sendo referendado em plebiscito nacional no qual foi votado um conjunto de prerrogativas, além do posicionamento em relação à continuidade ou derrocada da ditadura militar (CUELLAR, 1977, p. 194; NEIRA, 1995, p. 71). Os votos a favor da superação da ditadura ultrapassaram 94% do total e desse modo foi aprovada a Frente Nacional (GUARÍN, 2005, p. 26).

A Frente Nacional poderia ser considerada como um “[...] sistema de hegemonia compartilhada” (GARCÍA, 1988, p. 110). García (1988) identificou os principais elementos que caracterizam a Frente Nacional:

Condomínio compartilhado pelos dois partidos oficiais sobre a totalidade de aparatos do Estado, tanto os de caráter representativo como operacional; [...] centralização crescente do poder do Estado no presidente da República por meio do funcionamento de um regime jurídico de exceção; abdicação pelo Congresso, de suas faculdades fundamentais de iniciativa em matéria econômica, administrativa, fiscal e financeira; paridade burocrática e orçamentária, como fundamento do condomínio liberal-conservador; [...] O suporte fundamental do sistema residia no monopólio bipartidário sobre a representação popular e sobre os aparatos eleitorais: ficavam assim marginalizadas ou eliminadas tanto as forças sociais revolucionárias como as reformistas, bloqueando todas as vias institucionais para o funcionamento da oposição, dentro ou fora dos partidos oficiais (GARCÍA, 1988, p. 110).

Quadro 2: Principais Medidas aprovadas no plebiscito da Frente Nacional

Sistema Partidário	<ul style="list-style-type: none"> - Somente se permite a participação democrática do partido Liberal e do partido Conservador; - O partido Liberal e o partido Conservador foram definidos em pé de igualdade para a partilha do poder; - Foi proscria a oposição democrática que não surgisse do partido Liberal ou do partido Conservador; - Na prática, obstaculizou-se a criação e permanência de terceiros partidos, porque se lhe impedia a participação eleitoral e o exercício da oposição;
Sistema Eleitoral	<ul style="list-style-type: none"> - Até 1968 as eleições que se realizam, para eleger qualquer cargo público tinham que adjudicar 50% para o partido Liberal e 50% para o partido Conservador. No caso das eleições presidenciais, o período de tempo foi definido até finalizar o governo de 1970- 1974; - Para as eleições, cada um dos dois partidos podia ter duas ou mais listas; - Quanto à forma de definir a representação entre as várias listas de um mesmo partido se estipulou que as cadeiras para cargos públicos pertencentes a cada partido (50%) fossem definidas segundo a votação obtida por maioria simples; - Se um terceiro partido participasse da contenda eleitoral seus votos obtidos nas eleições eram anulados;
Poder Executivo	<ul style="list-style-type: none"> - Foi feita uma divisão de sucessão presidencial por dezesseis anos entre os dois partidos, de 1958 até finalizar o governo de 1974; - Os períodos presidenciais ficaram definidos em quatro anos; - No gabinete presidencial o presidente podia eleger seus ministros, mas tinham que adjudicar 50% para o partido Liberal e 50% para o partido Conservador. - O governo tinha que ser exercido em nome dos dois partidos independentemente da filiação partidária do presidente; - Até 1968, a escolha de qualquer funcionário público que não seja concursado (Carrera administrativa), por parte do Executivo seria feita respeitando a paridade do bipartidarismo; - Estabeleceu-se para o Executivo a capacidade de decretar estado de sítio, emergência econômica com faculdades extraordinárias para governar;
Mecanismo de decisão no Poder Legislativo	<ul style="list-style-type: none"> - No Senado, na Câmara de Representantes, as assembléias legislativas departamentais e as Câmaras de Vereadores se estabeleceu que a maioria para definir qualquer medida seria de dois terços dos votos desses corpos.
Poder Judiciário	<ul style="list-style-type: none"> - A integração da Corte Suprema de Justiça foi definida com o mesmo critério de paridade liberal e conservadora; - No Conselho de Estado se desenvolveu o mesmo critério da paridade dos dois partidos; - Os magistrados das diferentes cortes se consideraram inamovíveis e tinham que pertencer ao Partido Liberal ou ao Partido Conservador.

Fonte: elaboração própria com dados retirados de GUARÍN, 2005, p. 24-27; CUELLAR, 1977, p. 194- 196.

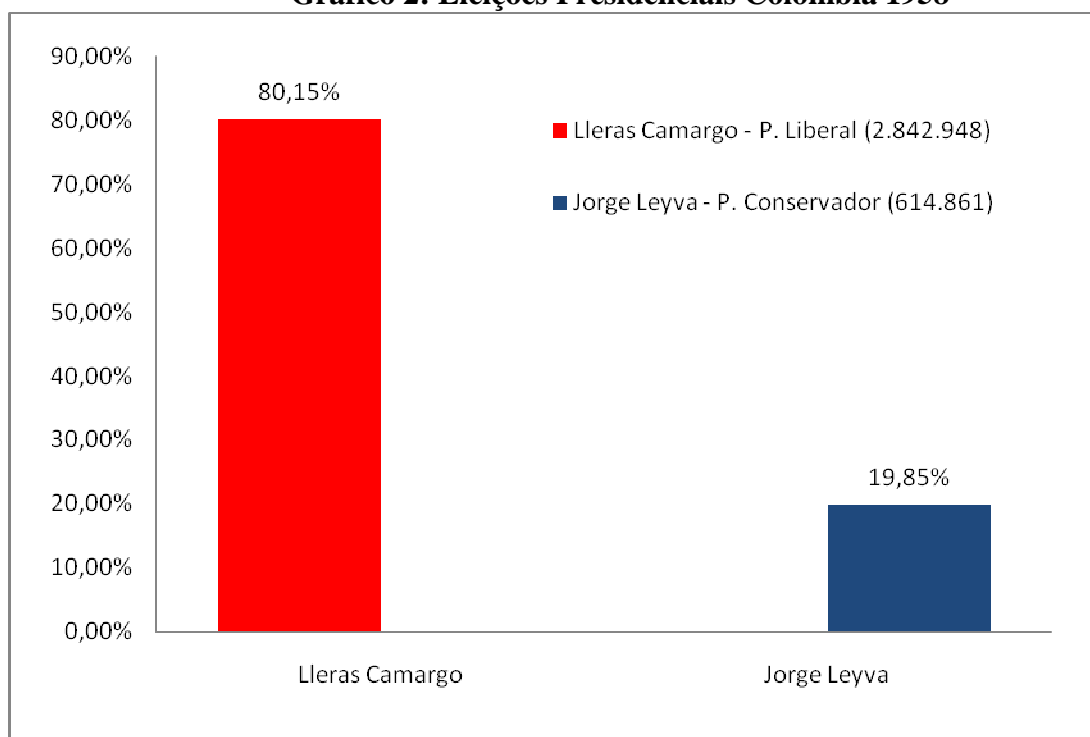
A Frente Nacional foi estruturada visando sua implementação por 16 anos nos quais haveria uma alternância de poder entre os partidos Liberal e Conservador, mas, finalizado esse prazo o acordo foi prorrogada e seu final adiado até 1986 (PÉCAUT, op.

cit., p. 43). Pécaut afirma ainda que por vinte e oito anos da Frente Nacional o governo, os poderes locais de prefeitos, governadores e todos os cargos administrativos públicos foram distribuídos entre esses dois partidos (1991, p. 43).

Em 1958 ocorreram as primeiras eleições presidências da democracia moderna colombiana já no regime da Frente Nacional. Os candidatos foram Alberto Lleras Camargo, pelo Partido Liberal e Jorge Leyva, pelo Partido Conservador. Foi eleito Lleras Camargo, com mais de oitenta por cento dos votos, a mais alta votação obtida na história das eleições presidenciais colombianas (GUARÍN, 2005, p. 27). Porém, teve um elevado abstencionismo que superou 42% (REGISTRADURÍA NACIONAL DEL ESTADO CIVIL, 2014).

Com o início da Frente Nacional com um presidente liberal ficou estabelecida a ordem de sucessão partidária. Essa ordem de sucessão dos dois partidos na Presidência da República foi institucionalizada pelo ato legislativo 01 de 1959. Essa situação gerou uma dissidência dentro do Partido Liberal, fazendo surgir o Movimento de Recuperação Liberal - MRL (DIAGO, 1995, p. 99). Também no ano de 1961 foi criada pelo grupo que seguia as idéias do General em reserva e ex-ditador Rojas Pinilla, o Partido Alianza Nacional Popular (ANAPO) uma organização nacionalista e populista (LUJAN, 1989, p. 188; DIAGO, 1996, p. 15).

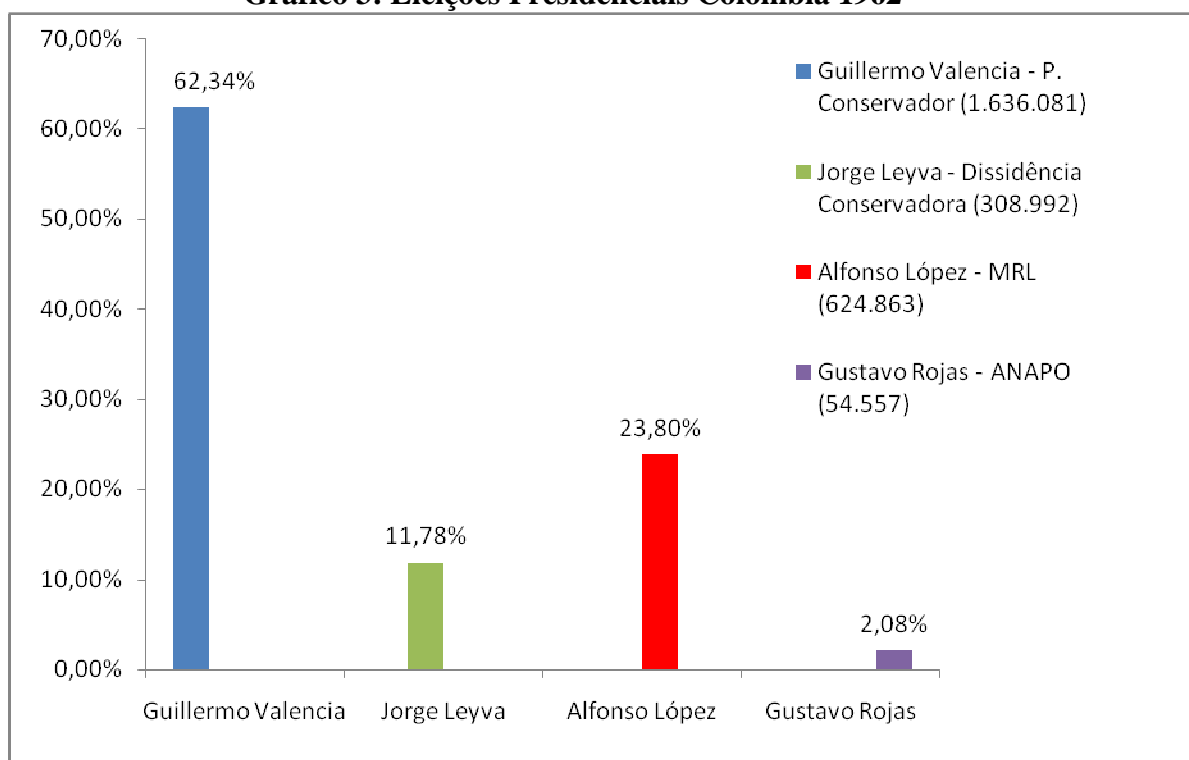
Gráfico 2: Eleições Presidenciais Colômbia 1958



Fonte: elaboração própria com dados retirados de GUARÍN, 2000; BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999a.

Seguindo com os acordos da Frente Nacional para as eleições presidências de 1962 o turno era do candidato do Partido Conservador que segundo o ato legislativo 01 de 1959 do regime da Frente Nacional governaria o período de 7 de agosto de 1962 até o 7 de agosto de 1966 (GUARÍN, 2005, p. 27). Os candidatos para a contenda eleitoral de 1962 foram Guillermo Valencia, apoiado pelo Partido Conservador e pelo Partido Liberal; Jorge Leyva Urdaneta que se candidatou novamente desacatando a orientação de Partido Conservador; A. López Michelsen representando o MRL a partir de uma lista do Partido Liberal; e pela ANAPO foi candidatado o ex-dictador Rojas Pinilla quem foi inscrito por uma lista do Partido Conservador. Isto foi possível porque a Frente Nacional permitia que o Partido Liberal e o Partido Conservador pudessem fazer mais de uma lista para as eleições e as facções destes partidos que não seguiram a disciplina partidária utilizaram esse espaço para inscrever a estes dois candidatos. (GUARÍN, 2005, p. 27; BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999a).

Gráfico 3: Eleições Presidenciais Colômbia 1962



Fonte: elaboração própria com dados retirados de GUARÍN, 2005, p. 26; BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999a.

Guillermo Valencia foi eleito com 62% dos votos. Os dois candidatos “não oficiais” obtiveram 25% dos votos. Mas, mediante o ato legislativo n. 1 de 1959 a Corte Eleitoral declarou como nulos todos os votos que foram depositados a favor desses dois

candidatos (GUARÍN, 2005, p. 27). O abstencionismo eleitoral subiu para 51% (REGISTRADURÍA NACIONAL DEL ESTADO CIVIL, 2014), como uma das reações contra o sistema político.

El Frente Nacional generó que todas las fuerzas que se consideraban excluidas del sistema político y que no optaron en primera instancia por la lucha armada contra el Estado, se unieran en agrupaciones políticas que constituyeron la oposición al bipartidismo. Dichas organizaciones asumieron su rol de oposición a través de las urnas y del control político en el legislativo, otros se convirtieron en colectivos políticos de agitación ciudadana que renunciaron a participar en las elecciones. [...] Todo esto, terminó alimentando una oposición restringida al ámbito de los dos partidos y que no dispondría nunca de la representación parlamentaria requerida para reformar la constitución y llevar al país al libre juego democrático (GUARÍN, 2005, p. 28).

Outra forma de oposição começou a constituir-se a partir de uma base camponesa formada por vítimas da violência de 1948. Um fenômeno muito marcante foi um grupo de famílias camponesas, de influência política comunista, que foram expulsas de suas terras e se refugiaram na floresta das regiões montanhosas entre os departamentos Tolima, Huila, Cauca, Valle e Caqueta, onde desbravaram e construíram quatro povoados – Marquetalia, Rio Chiquito, Pato e Guayabero.

O exército manteve permanentes operações para hostilizá-los e no ano de 1962, a situação da violência começou a tomar outro matiz (ALAPE, 1989, p. 182; PÉCAUT, 2010, p. 26). No congresso da República o Senador do Partido Conservador Á. Gómez Hurtado começou uma campanha de denúncia estigmatizando as referidas vilas fundadas pelos camponeses ao considerá-las “repúblicas independentes” influenciadas pelo Partido Comunista Colombiano, o que representaria uma suposta violação à soberania nacional em função de estarem sob a orientação de Moscou. Como solução a essa suposta situação, ele pediu para restaurar a soberania nacional com operações militares que destruíram com as referidas “repúblicas independentes” (ALAPE, 1989, p. 182).

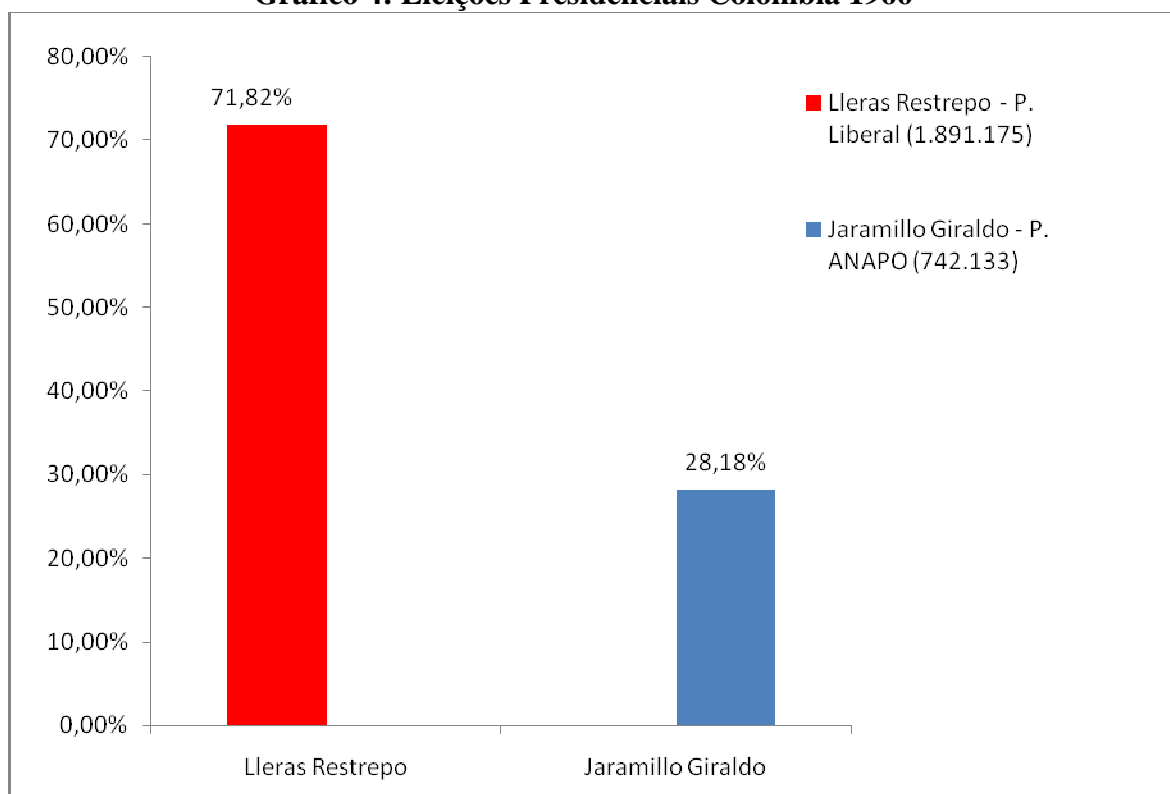
As famílias camponesas, com o apoio de vários setores da sociedade, pediram para negociar com o governo a fim de resolver a situação, sem ter uma resposta positiva (ALAPE, 1989, p. 185). No mês de maio de 1964, começou o ataque militar com dezesseis mil soldados, sendo que a operação contou com o apoio militar dos Estados Unidos no que veio a se chamar Plano LASO – *Latin American Security Operation* (MARULANDA, 2008, p. 48; ALAPE, 1989, 186). Sobre este acontecimento Borda sublinha que: “[...] aquel irracional y fútil ataque selló el nacimiento de las Fuerzas

Armadas Revolucionarias de Colombia [FARC] y de los reductos sureños de donde las FARC nunca volvieron a salir” (BORDA, 2009, p. 464). Os camponeses sobreviventes, que resistiram à operação militar constituíram a guerrilha com uma declaração pública da qual se destaca o seguinte fragmento:

Nosotros somos revolucionarios que luchamos por un cambio de régimen [...] usando la vía menos dolorosa para nuestro pueblo: la vía pacífica, la vía de la lucha democrática de las masas, las vías legales que la Constitución de Colombia señala. Esa vía nos fue cerrada violentamente, [...] obligados por las circunstancias nos tocó buscar la otra vía: la vía revolucionaria armada para la lucha del poder [...] (COLECTIVO DE ABOGADOS JOSÉ ALVEAR RESTREPO, 2001, p. 29).

Em 1966 realizaram-se as terceiras eleições presidenciais da Frente Nacional. Apresentaram-se dois candidatos: C. Lleras Restrepo pelo Partido Liberal e J. Jaramillo Giraldo pela ANAPO, mas inscrito por meio de uma lista do Partido Liberal. O liberal Lleras Restrepo foi eleito com quase 72% dos votos (GUARÍN, 2005, p. 29; BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999a; PÉCAUT, 2006, p. 44). A abstenção eleitoral ascendeu a 59%, (REGISTRADURÍA NACIONAL DEL ESTADO CIVIL, 2014).

Gráfico 4: Eleições Presidenciais Colômbia 1966



Fonte: elaboração própria com dados retirados de GUARÍN, 2005, p. 29; BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999a; PÉCAUT, 2006.

Sobre esse período é importante destacar que “a finales de 1968 el gobierno de Carlos Lleras Restrepo logro, no sin esfuerzo, la adopción de una reforma constitucional, que había presentado como condición necesaria para la modernización de las estructuras políticas” (PÉCAUT, 2006, p. 73). A reforma permitiu que a Frente Nacional se prolongasse por mais tempo e aumentou a concentração do poder no Executivo (PÉCUAT, 2006, p. 73).

Quadro 3: Principais Medidas Aprovadas na Reforma Constitucional de 1968

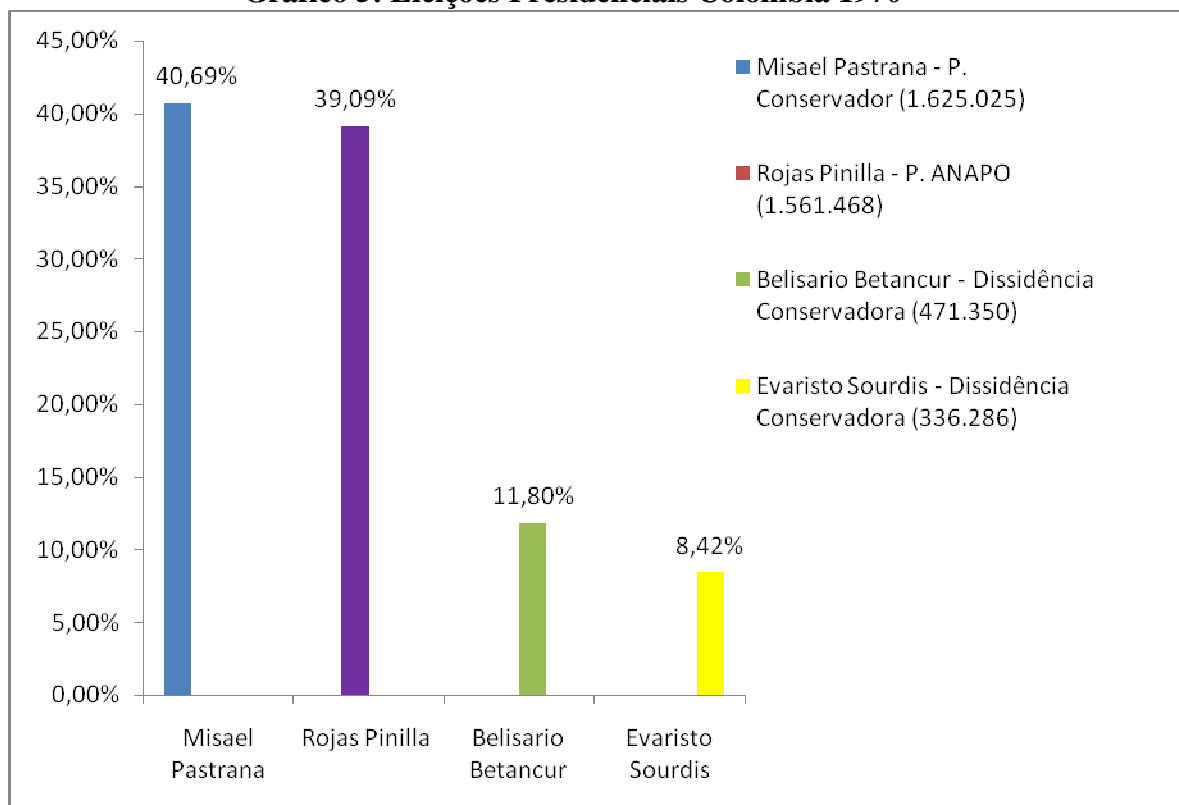
Poder Executivo	<ul style="list-style-type: none"> - O presidente da República eleito tinha que dar participação proporcional e equitativa ao partido que seja maioria, distinto do seu, e, quando a segunda força política não quiser participar do governo, o presidente podia constituir com liberdade seu gabinete e demais cargos; - Definiu-se que não havia obstáculos para que o presidente pudesse chamar a seu gabinete ou nomear em outras posições aos representantes dos partidos políticos diferentes do seu e membros da força pública;
Poder Legislativo	<ul style="list-style-type: none"> - No Legislativo, as decisões passaram a ser definidas por maioria simples excetuando-se as decisões sobre o regime eleitoral no qual se necessitava de duas terças partes de votos para definir qualquer medida;
Sistema Eleitoral	<ul style="list-style-type: none"> - Concedeu-se às minorias políticas participação nas mesas diretivas das corporações de eleição popular; - Permitiu-se o ingresso no cenário político eleitoral a novos partidos diferentes do Liberal e o do Conservador;
Composição dos cargos Burocráticos do Estado	<ul style="list-style-type: none"> - Estendeu-se até 7 de agosto de 1978, dia da posse presidencial, a paridade entre o Partido Liberal e o Partido Conservador em cargos administrativos que não sejam concursados e na designação de ministros, governadores e prefeitos;

Fonte: elaboração própria com dados retirados de GUARÍN, 2005, p. 33

Quanto a situação dos direitos humanos houve aumento das transgressões. Nos dois governos democráticos anteriores a figura do estado de sítio somente foi usada de forma parcial em algumas regiões, como aconteceu nas regiões onde se originaram as guerrilhas (MORENO, 1980). Mas no governo de C. Lleras Restrepo o uso do estado de sítio se estendeu a todo o território colombiano. Entre os anos de 1966 e 1967 todos os meses foi decretado estado de sítio e nos anos de 1968 e 1969 registrou-se o uso desta figura em onze dos doze meses do ano (BUENAVENTURA, 1988; AMNISTÍA INTERNACIONAL, 1994).

Nas eleições de 1970 o turno na alternância do poder foi para o Partido Conservador. Os candidatos a essa contenda eleitoral foram quatro: M. Pastrana Borrero como candidato do Partido Conservador; G. Rojas Pinilla como candidato da ANAPO, mas usando a legenda do Partido Conservador; e, além desse ainda se deram duas dissidências no Partido Conservador, a do B. Betancur Cuartas, e a do E. Sourdis Juliao. Por parte do Partido Liberal, não houve candidato e foi apoiada a candidatura oficial dos conservadores.

Gráfico 5: Eleições Presidenciais Colômbia 1970



Fonte: elaboração própria com dados retirados de GUARÍN, 2005, p. 29; BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999a; PÉCAUT, 2006, p. 98.

O candidato oficial, da Frente Nacional, M. Pastrana Borrero conseguiu a vitória por uma estreita margem de votos: 40,6% contra 39% de Rojas Pinilla. O abstencionismo eleitoral foi de 47% (GUARÍN, 2005, p. 29; BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999a; PÉCAUT, 2006, p. 98; REGISTRADURÍA NACIONAL DEL ESTADO CIVIL, 2014). Entretanto aconteceu um fato que levou a que o candidato Rojas Pinilla ficasse perto de tornar-se presidente eleito. Vários fatores são considerados como possíveis causas desse fato: o primeiro é que o Partido Conservador se apresentou nas eleições dividido, além da facção que emprestou a legenda para a ANAPO, foram apresentados outros três candidatos; o segundo foi que a

oposição política eleitoral ficou concentrada somente na ANAPO (GUARÍN, 2005, p. 44); um terceiro elemento é que os dirigentes do Partido Liberal e o Partido Conservador não consideraram como ameaça eleitoral a Rojas Pinilla sendo que as pesquisas eleitorais dos jornais colombianos, no final de 1969 e começos de 1970, apontavam poucas possibilidades de êxito para este candidato, somente se evidenciando uma ameaça real nas últimas semanas da campanha eleitoral (PÉCAUT, 2006, p. 106); e um quarto elemento foi a reforma constitucional de 1968, que prolongou por mais tempo a Frente Nacional fazendo com que alguns setores que não eram da oposição passassem a sê-lo, propiciando com que os antagonismos ficassem mais agudos (PÉCAUT, 2006, p. 171).

Os resultados eleitorais ocasionaram conflitos na Colômbia. Depois que foram anunciados os resultados das eleições no final do dia, 19 de abril de 1970, em muitos lugares do país se geraram distúrbios propalados por setores que apoiaram a Rojas Pinilla e por setores descontentes com as políticas da Frente Nacional. A estreita margem de votos que separou a um partido de oposição de vencer aos partidos da Frente Nacional gerou muitas suspeitas de uma possível fraude eleitoral.

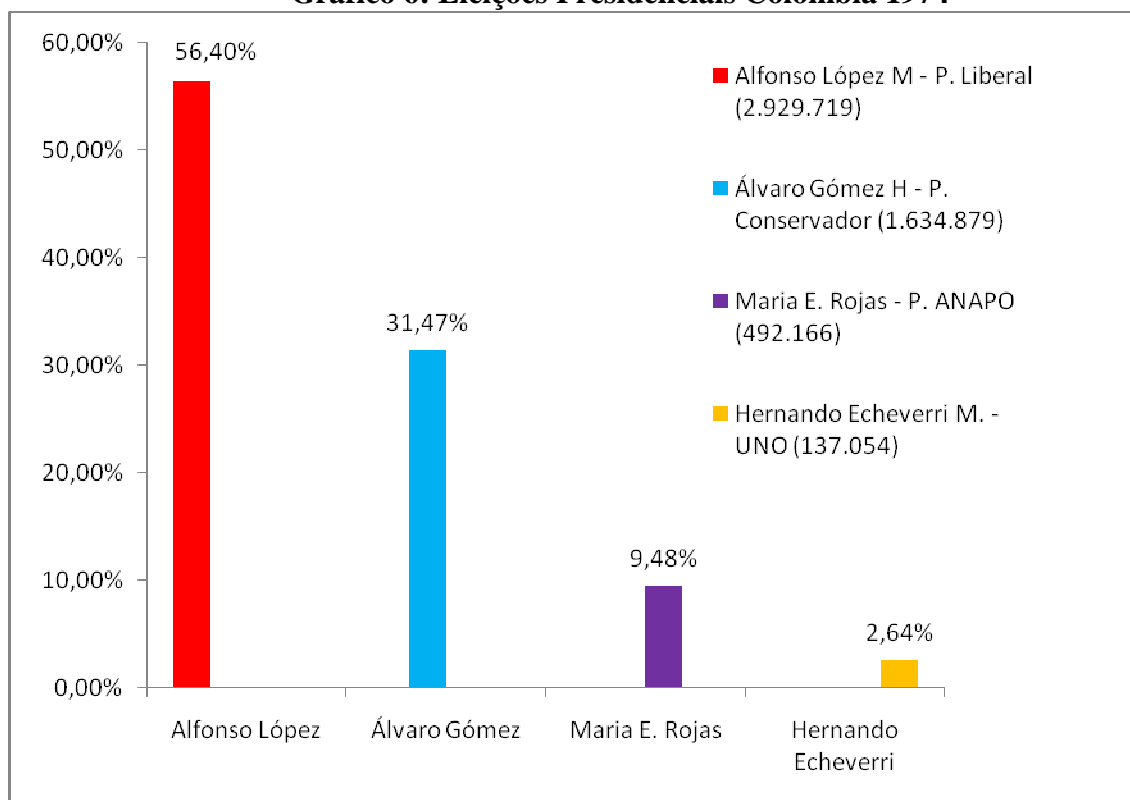
A ANAPO primeiramente não reconheceu os resultados eleitorais e ameaçou impedir a posse do candidato oficial da Frente Nacional, M. Patrana Borrero. Rojas Pinilla, na cabeça da ANAPO fez chamados à desobediência civil, mas, não obteve o apoio dos setores militares que aceitaram e reconheceram os resultados eleitorais (PÉCAUT, 2006, p. 114). Dois anos depois, em 1972, uma tendência mais radical da ANAPO de ideologia socialista, que não reconheceu o triunfo do Partido Conservador, retomou as denúncias de fraude e chamou novamente à desobediência civil. Desta tendência surgiu mais tarde a guerrilha Movimento 19 de Abril (M-19), fazendo alusão à data e aos fatos da contenda eleitoral de 1970 (PÉCAUT, 2006, p. 272).

Pela conturbada conjuntura gerada pelas eleições a situação da ordem pública e dos direitos humanos se viu afetada. O estado de sítio foi utilizado então em 1971 por onze meses; entre 1972 e a entrega do mandato em 1974 o estado de sítio foi permanente (BUENAVENTURA, 1988; AMNISTÍA INTERNACIONAL, 1994).

Para as eleições presidenciais de 1974 candidataram-se quatro postulantes de quatro partidos distintos. Pelo Partido Liberal se apresentou A. López Michelsen; pelo Partido Conservador se apresentou Á. Gómez Hurtado; pelo partido ANAPO se apresentou Maria Eugenia Rojas; e por uma coligação da esquerda Unión Nacional de Oposición – UNO se candidatou H. Echeverri Mejía. Os três primeiros candidatos eram

filhos de políticos que haviam sido presidentes da Colômbia (PÉCAUT, 1987; GUARÍN, 2005; BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1990a; GARCÍA, 1988). No caso de H. Echeverri ejía, sua candidatura foi fruto da coligação que “[...] surgió del Partido Comunista y de sectores de izquierda desmembrados de la ANAPO que se agruparon en el Movimiento Amplio Colombiano - MAC y a los que se juntó el Movimiento Obrero Independiente Revolucionario MOIR” (GUARÍN, 2005, p. 52).

Gráfico 6: Eleições Presidenciais Colômbia 1974



Fonte: elaboração própria com dados retirados de GUARÍN, 2005, p. 53; BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999a.

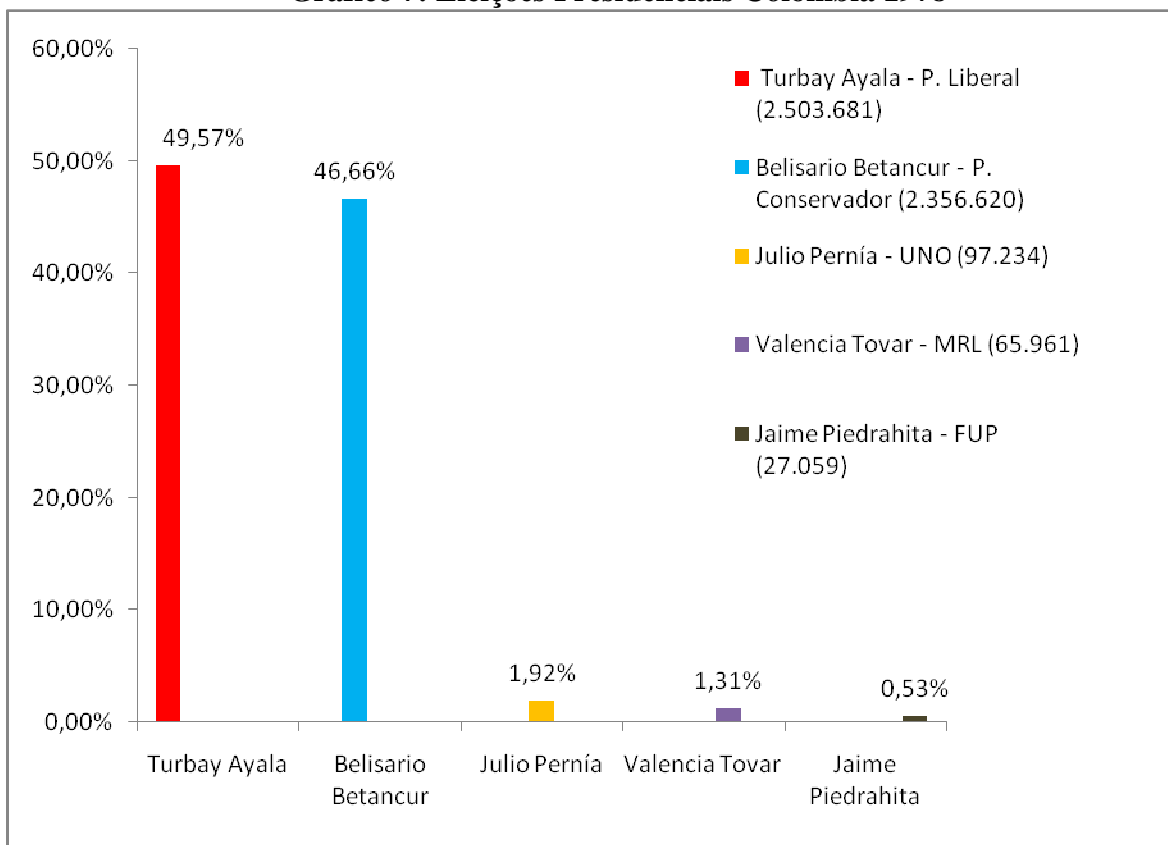
Os resultados eleitorais deram a Presidência ao candidato do Partido Liberal, na ordem de sucessão da Frente Nacional, com 56%. No caso da ANAPO sua capacidade eleitoral extinguiu-se tendo obtido somente 9% dos votos. Quanto aos setores de oposição de esquerda coligados na UNO, escassamente alcançaram 2,6% (GUARÍN, 2005, p. 52-53; BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999a). O abstencionismo eleitoral manteve sua dinâmica com mais 41%, do censo eleitoral (REGISTRADURÍA NACIONAL DEL ESTADO CIVIL, 2014).

Em 1977, no final do governo de López Michelsen, aconteceu uma greve geral que desestabilizou seu governo. “La ausencia de organizaciones políticas que representen el descontento ciudadano en las elecciones y la creciente inconformidad, facilitan la movilización popular, las marchas y los paros” (GUARÍN, 2005, p. 55). A resposta do governo a essa situação foi criminalizar o protesto social e implementar medidas repressivas como o estado de sítio, assim como empoderar as forças militares (BEJARANO; LEONGÓMEZ, 2002, p.9). “La magnitud de la manifestación impulsó a los militares a reclamar poderes adicionales para combatir la subversión y mantener el orden público, dando origen en el siguiente gobierno a una fuerte represión y a la criminalización de la protesta pacífica” (GUARÍN, 2005, p. 55).

Em 1978, as eleições presidenciais tiveram cinco candidatos: pelo Partido Liberal foi J. C. Turbay Ayala; pela facção liberal MRL, candidatou-se um general reformado, Á. Valencia Tovar; pelo Partido Conservador, o candidato foi B. Betancur Cuartas; e apareceram ainda dois candidatos vinculados a setores de oposição: a Unión Nacional de Oposición – UNO, candidatou a J. C. Pernía; e a Frente de Unidad Popular – FUP, como coligação surgida do Movimiento Obrero Independiente y Revolucionario - MOIR⁸ e de uma tendência da ANAPO, que tinha desaparecido como partido, seu candidato foi J. Piedrahita Cardona (GUARÍN, 2005, 56; MORALES, 1978, p. 70).

As eleições desse período foram as primeiras nas quais não existia a regra de sucessão entre os dois partidos da Frente Nacional. O ganhador da contenda eleitoral foi o candidato do Partido Liberal, J. C. Turbay Ayala, com 49%. O Partido Conservador teve 46% de votação. A tendência liberal MRL teve uma votação muito reduzida, de 1,3%. No caso dos setores da oposição, somando as duas candidaturas, representavam escassamente um 2,4% (GUARÍN, 2005, p. 56; BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999a). Além de tudo isso o abstencionismo eleitoral manteve sua dinâmica, superando 59% (REGISTRADURÍA NACIONAL DEL ESTADO CIVIL, 2014; PÉCAUT, 2006, p. 494).

⁸ O MOIR é um movimento surgido em 1969 das organizações sindicais, participou nas eleições de 1970, em conjunto com o Partido Comunista Colombiano, na coligação chamada de Unión Nacional de Oposición – UNO, depois retirou-se dessa coligação e, em 1978, constituiu a Frente de Unidad Popular – FUP (DUQUE DAZA, 2012, p. 126).

Gráfico 7: Eleições Presidenciais Colômbia 1978

Fonte: elaboração própria com dados retirados de GUARÍN, 2005, p. 56; BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999a.

No período presidencial de 1978 até 1982 a Frente Nacional já não era vigente legalmente, mas o pacto manteve-se de fato. O único que mudou foi a alternância no poder, contudo as medidas presentes na reforma constitucional de 1968 que garantiam que o segundo partido com mais votos tivesse uma representação proporcional no governo foi mantida. A proposta da Frente Nacional teve continuidade na medida em que somente o Partido Liberal e o Partido Conservador possuíam verdadeira capacidade de obter êxito eleitoral. O presidente Turbay Ayala deu cinco ministérios de seu gabinete ao Partido Conservador e nomeou como Ministro de Defesa a um militar linha dura, o general Camacho Leyva (GUARÍN, 2005, p. 56).

Um aspecto que caracterizou o Governo de Turbay Ayala é que “[...] encontró un ambiente social agitado, un reclamo de mayor autonomía de las fuerzas armadas y disposiciones de orden público adoptadas por el gobierno anterior bajo el estado de sitio” (GUARÍN, 2005, p. 56). Turbay Ayala governou os quatro anos de seu governo em permanente estado de sítio (BUENAVENTURA, 1988; AMNISTÍA INTERNACIONAL, 1994). Nesse mesmo tempo enquanto a repressão aumentava sobre

a sociedade as guerrilhas de esquerda, que existiam nesse então, começaram a ter mais ações militares e posições de ofensiva (GUARÍN, 2005, p. 57).

O Governo de Turbay Ayala priorizou as políticas de segurança para as quais se estabeleceu um aumento da repressão. “No buscaba solamente erradicar la delincuencia y los ataques que realizaban los grupos guerrilleros. El énfasis estaba en combatir el enemigo interno comunista [que para él] amenazaba la seguridad del Estado” (GUARÍN, 2005, p. 57). O Presidente Turbay Ayala governou os quatro anos em estado de sítio permanente, o que permitiu a implementação de faculdades especiais segundo a Constituição (GUARÍN, 2005, p. 58). Com essas faculdades criou um estatuto de segurança com o qual não só reprimiu as guerrilhas, mas também a oposição democrática: “[...] golpeó drásticamente a los movimientos subversivos, convirtió a la sociedad civil en punto de mira de la fuerza pública, perjudicó el goce de los derechos ciudadanos e impidió el surgimiento de fuerzas políticas de oposición al gobierno” (GUARÍN, 2005, p. 59).

Desta forma começa a década de 1980 com um sistema democrático que restringe a participação política aos setores de oposição sem permitir que se possam converter em atores políticos relevantes. Com um forte legado da Frente Nacional que de fato se manteve vigente, fortalecendo o Partido Liberal e o Partido Conservador, com organizações guerrilheiras que se tornavam cada vez mais ofensivas e se fortaleciam, uso do estado do sítio e de medidas de repressão assim como com uma situação social que se mostrava convulsionada.

Duverger, em seu livro *Os Partidos Políticos*, analisou alguns aspetos dos partidos de oposição. Ele explica que quando há um partido que hegemoniza e é amplamente dominante por um tempo prolongado suas consequências podem afetar o sistema partidário em sua capacidade de estabilidade competitiva para ter oposição política. O autor adverte que quando a oposição fica muito tempo afastada do poder pode temer-se uma atitude mais violenta e mais demagógica, da mesma forma que a sociedade pode desinteressar-se pela disputa política e pelas eleições (DUVERGER, 1987, p. 450). Na Colômbia não foi um partido hegemônico, foram dois, mas com a hegemonia e monopólio criado pela Frente Nacional as guerrilhas, como oposição armada, paulatinamente foram se fortalecendo e abstenção, como fenômeno eleitoral, mantiveram porcentagens que superavam 40% do censo eleitoral.

O contexto histórico e político da democracia colombiana, no período de 1958-1982 aponta para construção de uma democrática restringida. A Frente Nacional, como

pacto de governança entre o Partido Liberal e o Partido Conservador não permitiu a construção de partidos de oposição que pudessem consolidar-se dentro da arena eleitoral e no sistema partidário. Essa situação foi acompanhada pelo uso quase que permanente do estado de sítio como forma de manter a ordem pública em detrimento dos direitos humanos.

Em relação aos setores de oposição, o dirigente do Partido Comunista Colombiano, Gilberto Vieira, sintetizou a situação quando afirmou que todos os partidos que se criavam “[...] fracasaban ante el dominio liberal-conservador de la vida política. Fueron fundados innumerables partidos [...] pero no pudieron sostenerse más allá de 6 meses. Era muy difícil hacerlo, sobre todo cuando llegaban las elecciones” (HARNECKER, 1988, p. 16).

Como consequência da situação apresentada alguns setores sociais organizaram-se em guerrilhas esquerdistas para fazer oposição armada assim como também, pouco a pouco, foram aparecendo algumas tentativas de construção de uma oposição democrática. Esses aspectos foram desgastando a Frente Nacional sendo que no final da década de 1970 a ordem pública estava conturbada e cada vez mais as organizações de oposição exigiam a ampliação da democracia.

*Si cada hora viene con su muerte
si el tiempo es una cueva de ladrones
los aires ya no son los buenos aires
la vida es nada más que un blanco móvil*

usted preguntará por qué cantamos

*si nuestros bravos quedan sin abrazo
la patria se nos muere de tristeza
y el corazón del hombre se hace añicos
antes aún que explote la vergüenza*

usted preguntará por qué cantamos

*si estamos lejos como un horizonte
si allá quedaron árboles y cielo
si cada noche es siempre alguna ausencia
y cada despertar un desencuentro*

usted preguntará por que cantamos

*cantamos por qué el río está sonando
y cuando suena el río / suena el río
cantamos porque el cruel no tiene nombre
y en cambio tiene nombre su destino*

*cantamos por el niño y porque todo
y porque algún futuro y porque el pueblo
cantamos porque los sobrevivientes
y nuestros muertos quieren que cantemos*

*cantamos porque el grito no es bastante
y no es bastante el llanto ni la bronca
cantamos porque creemos en la gente
y porque venceremos la derrota*

*cantamos porque el sol nos reconoce
y porque el campo huele a primavera
y porque en este tallo en aquel fruto
cada pregunta tiene su respuesta*

*cantamos porque llueve sobre el surco
y somos militantes de la vida
y porque no podemos ni queremos
dejar que la canción se haga ceniza.*

Mario Benedetti – Por qué Cantamos?⁹

⁹ BENEDETTI, Mario. (1979) Por qué Cantamos? In. BENEDETTI, Mario. **Cotidianas**. Retratos y Canciones 1978-1979. 2. ed. México D. F. Siglo XXI.

CAPITULO IV

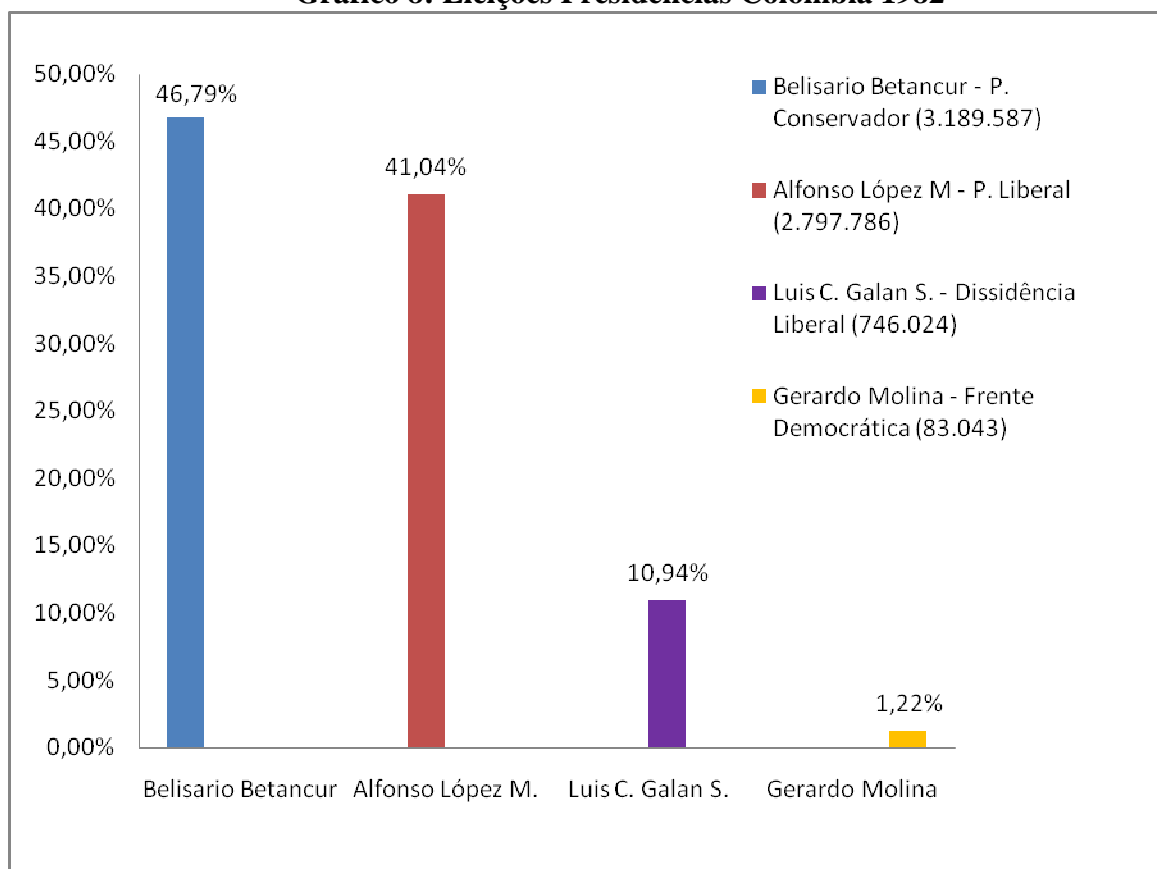
A ALIANZA DEMOCRÁTICA M -19 E A UNIÓN PATRIÓTICA

Suas trajetórias políticas nas décadas de oitenta e noventa

Nesta seção do trabalho são analisadas as trajetórias dos partidos políticos de oposição *Alianza Democrática M-19* e a *Unión Patriótica* em um período de tempo de duas décadas, mais exatamente desde o início do período presidencial de B. Betancur Cuartas em 1982 até 1998 onde há o registro da última participação eleitoral desses partidos. Ao mesmo tempo se analisará o modo como foi se desenvolvendo o sistema eleitoral, o sistema partidário e os direitos humanos na Colômbia.

Para as eleições presidenciais de 1982 apresentaram-se quatro candidatos: pelo Partido Liberal, candidatou-se o ex-presidente A. López Michelsen; por uma facção desse mesmo partido, chamada de Novo Liberalismo, se candidatou L. C. Galán Sarmiento; pelo Partido Conservador, candidatou-se B. Betancur Cuartas; e, pelo setor de esquerda, a Unión Nacional de Oposición – UNO, candidatou-se G. Molina Ramírez (GUARÍN, 2005, p. 60).

O candidato do Partido Conservador obteve 46,7% dos votos, sendo eleito. O Partido Liberal obteve 41% dos votos, e o candidato da facção liberal 10,9% das cédulas eleitorais validas. A esquerda, agrupada na UNO, em sua terceira participação eleitoral foi perdendo votantes somente conseguindo 1,2% da votação. Quanto ao abstencionismo, esse seguiu mantendo uma tendência que superou 50% dos eleitores registrados (PÉCAUT, 2006, p. 279, GUARÍN, 2005, p. 61; BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999a; REGISTRADURÍA NACIONAL DEL ESTADO CIVIL, 2014).

Gráfico 8: Eleições Presidências Colômbia 1982

Fonte: elaboração própria com dados retirados de GUARÍN, 2005, p. 61; BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999a.

O Governo de B. Betancur Cuartas recebeu um país com uma forte conturbação da ordem pública, com protestos que rechaçavam as políticas de repressão, com um crescimento das organizações guerrilheiras e muitos clamores de paz (GUARÍN, 2005). É por isso que suas propostas de governo se centraram na busca da paz:

Le prometió a los colombianos, luego de cuatro años en los que las políticas de orden público estaban bajo la discreción de las fuerzas militares, que su administración pacificaría el país y le proporcionaría los beneficios sociales y económicos hasta ahora esquivos (GUARÍN, 2005, p. 60).

Como medida para responder a esse panorama o Presidente Betancur Cuartas criou uma política de paz e anistia para as organizações guerrilheiras e constituiu uma Comissão de Paz com ampla participação de diferentes setores sociais, incluindo o Partido Comunista Colombiano (PÉCAUT, 2006, p. 306). Também propôs acolher os pedidos de abertura democrática que exigiam os setores de oposição.

Las garantías para la oposición política eran un reclamo permanente de la izquierda y de sectores académicos. El nuevo gobierno, se aproximaba al

tema desde la perspectiva de proponer “un estatuto claro y completo de los derechos, los medios, las obligaciones y las responsabilidades que tendría la oposición dentro del Estado de Derecho”, además de institucionalizar los partidos políticos, levantar el estado de sitio y observar las libertades y garantías propias del Estado de Derecho consagrado en la Constitución (GUARÍN, 2005, p. 62).

As medidas políticas tomadas pelo governo geraram respostas positivas. Em janeiro de 1984 as guerrilhas das FARC e o M-19 fizeram uma declaração conjunta a favor da paz e defesa de uma solução política ao conflito a partir de uma abertura democrática (BUENAVENTURA, 1988, p. 67). Dois meses depois, no dia 28 de março, a Comissão de Paz do Governo e o Estado Maior das FARC assinaram um documento de cessar fogo e começaram um processo de paz visando uma solução ao conflito armado colombiano (BUENAVENTURA, 1988, p. 67). Do documento que foi assinado no acordo destaca-se um parágrafo onde se especifica as exigências das FARC e o compromisso do governo na busca da abertura democrática:

Promover la modernización de las instituciones políticas, dirigidas a enriquecer la vida democrática de la Nación, e insistir ante las Cámaras en la pronta tramitación de los proyectos sobre reformas políticas, garantías a la oposición, elección popular de alcaldes, reforma electoral, acceso adecuado de las fuerzas políticas a los medios de información, control político de la actividad estatal, eficacia de la administración de justicia, impulso al proceso de mejoramiento de la administración pública y nuevas iniciativas encaminadas a fortalecer las funciones constitucionales del Estado y procurar la constante elevación de la moral pública (BUENAVENTURA, 1988, p. 68).

No mês de agosto de 1984 foram feitos acordos para iniciar processos de paz e cessar fogo com as guerrilhas M-19 e o EPL. Estas duas guerrilhas mostraram ter uma posição muito próxima à manifestada pela FARC na busca da paz e da abertura democrática (BUENAVENTURA, 1988, p. 72; PÉCAUT, 2006, p. 326).

En este contexto, en su XIV Congreso realizado en 1984, el PCC hace la invitación a la conformación de un frente democrático amplio que permite llevar a buen término el proceso de paz y a proponer un candidato presidencial en las elecciones de 1986 que logre aglutinar la oposición contra el predominio bipartidista. Estas iniciativas conducen a la creación de la Unión Patriótica, nueva agrupación de izquierda en la cual el PCC tiene un papel preponderante, con ciertos matices en sus posiciones y una mayor apertura a otros sectores políticos de izquierda. Este hecho cierra un periodo en la vida del PCC que se inicia con su participación en las elecciones cuando estas fueron restablecidas con el desmonte parcial del Frente Nacional y culmina con su inserción en el nuevo partido que aglutina, además, a diversas organizaciones sociales, a pequeños movimientos políticos, a integrantes de las FARC, a académicos e intelectuales (DUQUE DAZA, 2012, p.130).

É assim que no dia 11 de maio de 1985, em meio ao processo de paz e do cessar de confrontações, as FARC fazem um pronunciamento onde tornam público seu interesse em participar como organização política no debate eleitoral. Apresentam uma plataforma política de vinte pontos para a construção de uma organização política democrática a ser feita em conjunto com movimentos e partidos democráticos e de esquerda do país. Isso permitiu a construção da *Unión Patriótica* (BUENAVENTURA, 1988, p. 80): “su programa proponía una apertura hacia formas de democracia más reales y profundas, que incluyeran cambios tendentes a superar la inequidad [...] de la sociedad colombiana. Igualmente, proponía la elaboración de una nueva carta constitucional” (CASTRO; ORTIZ, 2006, p. 159).

Dentro do processo de paz entre o governo e as FARC-EP ficou estipulado o surgimento de um partido de oposição política - *Unión Patriótica* - como mecanismo que permitisse à guerrilha poder incorporar-se paulatinamente às vias legais: “[...] Los integrantes de las FARC tendrán derecho a organizarse política, económica y socialmente, según su libre decisión” (BUENAVENTURA, 1988, p. 81). Já o Governo comprometeu-se oficialmente com dois temas: garantir os direitos políticos das pessoas que conformassem o *Partido Unión Patriótica* e na realização de reformas no sistema democrático para que toda a cidadania pudesse exercer, sem restrições, seus direitos civis (CASTRO, 2006).

Entretanto logo após esse compromisso governamental militantes e dirigentes do Partido Unión Patriótica começaram ser assassinados por esquadrões da morte (CASTRO; ORTIZ, 2006, p. 159). O Governo de Betancour Cuartas, quem tinha acabado com o estado de sítio no começo de seu mandato, 1982, viu-se no meio de uma nova forma de repressão e violação aos direitos humanos contra os setores de oposição:

La administración Turbay dio culminación a la tendencia represiva que se había desarrollado a lo largo del Frente Nacional, no sólo contra los grupos alzados en armas sino también contra toda manifestación de protesta legítima. [...] Luego vino la administración Betancur, bajo cuyo discurso de diálogo y apertura se dio paso a una progresiva clandestinización de la lucha contrainsurgente (BEJARANO, 1990, p. 12).

Segundo Guarín (2005), isso aconteceu porque os militares não apostaram na paz e fizeram paralelamente outras formas de guerra: o governo de Betancour Cuartas “enfrentaba el sabotaje de sectores de ultraderecha” (GUARÍN, 2005, p. 61). Os militares promoveram a criação de grupos de paramilitares, como mercenários, para fazer todas as violações aos direitos humanos que eles não poderiam fazer. Fizeram uma

aliança com a federação nacional de pecuaristas e com o narcotráfico para que financiassem os grupos de extermínio (GUILLÉN, 2006, p. 38; CASTRO; ORTIZ, 2006, p. 154, AMNISTIA INTERNACIONAL, 1994, p. 44).

Amplios sectores de los mandos militares, como el ministro de Guerra, general Fernando Landazábal, consideraban el proceso de paz como parte de una estrategia continental de Gobiernos proizquierdistas que pretendían abrirle paso a la revolución comunista mediante la paralización de la respuesta armada del Ejército (BASTA YA, 2013, p. 137).

A essa mudança na dinâmica de violência política que associa grupos de extermínio com narcotráfico a chamaram como guerra suja que inicia no começo de 1980 quando inicia o processo de paz e é criada a *Unión Patriótica* (GUILLÉN, 2006, p. 37; BANCO DE DATOS DE VIOLENCIA POLÍTICA, 2005). Com o “pretexto de combatir la subversión se estaban violando los derechos humanos por parte de la fuerza pública, estimulo-se formas de criminalidad extralegal y clandestina. [...] Esta etapa puede ser catalogada como el inicio de la guerra sucia en Colombia” (CASTRO; ORTIZ, 2006, p. 153).

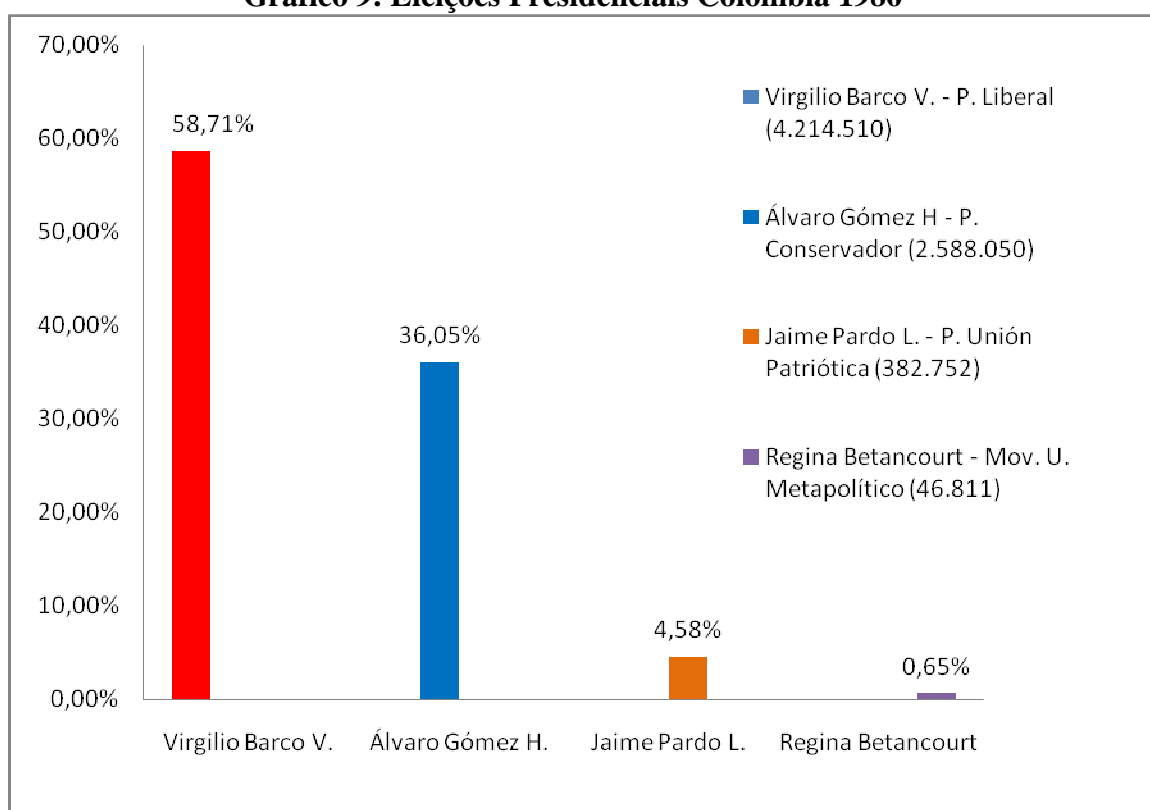
O governo de Betancour Cuartas avançou nos acordos do processo de paz com a criação de um estatuto básico para reger a forma de organizar-se os partidos políticos; na definição da forma de financiar as campanhas eleitorais foi promulgada a lei 58 de 1985 e em 1986 aprovado mediante o decreto 2241 o novo Código eleitoral. Nesse mesmo ano no Legislativo foi aprovada a eleição de prefeitos, mas não regulamentada pelo Executivo (GUARÍN, 2005, p. 63), o que significou que alguns pontos que estavam no processo de paz para a ampliação democrática não foram realizados como: “[...] las garantías para la oposición, [...] el desmonte de los rezagos del Frente Nacional en la Organización Electoral y la Rama Judicial y la creación de una carrera administrativa que eliminara la influencia clientelista del bipartidismo” (GUARÍN, 2005, p. 63).

As posições ambíguas do Governo no tema das garantias políticas para os setores de oposição e os assassinatos que cometiam os esquadrões da morte afetaram os processos de paz: O M-19 retirou-se do processo de paz e no mês de novembro de 1985 retomou suas ações armadas (PÉCAUT, 2006, p. 334); o *Exército Popular de Libertação - EPL* igualmente desistiu do processo de paz porque um de seus principais comandantes, O. W. Calvo, foi morto pelo Exército Nacional desrespeitando o cessar fogo após uma reunião com o governo da Colômbia na cidade de Bogotá (ZULUAGA,

1991, p. 71). A resposta oficial do Governo de Betancour Cuartas foi decretar o estado de sítio, no final de 1985 que persistiu por todo o ano de 1986 (BUENAVENTURA, 1988, 110, AMNISTÍA INTERNACIONAL, 1994).

Nas eleições presidenciais de 1986, apresentaram-se quatro candidatos de partidos diferentes: O Partido Liberal com seu candidato V. Barco Ruíz; o Partido Conservador com seu candidato Á. Gómez Hurtado; e dois novos partidos, o Movimiento Unitário Metapolítico, que era um partido que se considerava metafísico e cívico, com sua candidata R. Betancourt de Liska; e o *Partido Unión Patriótica*, que era um partido de oposição de esquerda, com seu candidato J. Pardo Leal (GUARÍN, 2005, p. 77).

Gráfico 9: Eleições Presidenciais Colômbia 1986



Fonte: elaboração própria com dados retirados de GUARÍN, 2005, p. 77; BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999a.

Nos resultados eleitorais o Partido Liberal foi o vencedor com 58,7%, dando a presidência a V. Barco Ruíz. O Partido Conservador obteve 36%. O Movimiento Unitário Metapolítico somente obteve 0,6% e a *Unión Patriótica* obteve 4,6% dos votos (GUARÍN, 2005, p. 77; BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999a), representando uma votação histórica para os setores de oposição na Colômbia.

A Unión Patriótica conseguiu multiplicar por quatro os resultados obtidos nos comícios anteriores para a presidência da República (BUENAVENTURA, 1988, p. 99; LEONGÓMEZ, 1997, p. 96). Leongómez destaca que “[...] la UP obtuvo en 1986 los resultados más significativos alcanzados hasta entonces por la izquierda en toda su historia” (1999, p. 96). Quanto a abstenção superou 53% do censo eleitoral (REGISTRADURÍA NACIONAL DEL ESTADO CIVIL, 2014).

Nesse mesmo ano de 1986, ocorreram as eleições Legislativas para o Senado e a Câmara de Representantes nas quais a *Unión Patriótica* obteve a eleição de cinco senadores: três diretamente pelo partido nos departamentos de Antioquia, Cundinamarca e Meta, e dois pela sua coligação com movimentos cívicos regionais nos departamentos de Huila e Valle Del Cauca; na Câmara de Representantes obteve nove cadeiras: seis diretamente pelo partido nos departamentos de Antioquia, Caquetá, Cundinamarca, Meta, Santander e Arauca, e três por coligação nos departamentos de Bolívar, Huila e Tolima (BUENAVENTURA, 1988, p. 95). Nas eleições das Assembléias Departamentais conseguiu dezesseis cadeiras em onze departamentos: Antioquia, Caquetá, Cauca, Cundinamarca, Chocó, Huila, Meta, Santander, Caldas, Tolima, Valle Del Cauca e Cesar; nas Câmaras de Vereadores obteve trezentos e cinquenta e cinco cadeiras em cento e noventa e dois municípios (BUENAVENTURA, 1988, p. 94). Vários dos candidatos eleitos foram comandantes guerrilheiros, anistiados pela administração do presidente Betancour Cuartas e sua ascensão eleitoral representou uma forma dessa guerrilha começar a voltar à vida civil (LEONGÓMEZ, 1999, p. 96).

No Governo V. Barco Ruíz, 1986 -1990, foi “[...] desmontado el Frente Nacional, [y] el gobierno hablaba de normalización de la democracia” (BEJARANO, 1990, p. 10). V. Barco Ruíz não referendou o pacto da Frente Nacional quanto à representação proporcional para os dois principais partidos. O presidente liberal somente ofereceu três ministérios de seu gabinete para o Partido Conservador fato que fez com que os conservadores rechassem fazer parte do governo (PÉCAUT, 2006, p. 379). Como nos municípios os prefeitos eram nomeados pelo presidente da República, o referido governo também distribuiu as prefeituras segundo a votação obtida em cada município e não segundo a fórmula proporcional da Frente Nacional (GUARÍN, 2005, p. 80); isso significou que “[...] El gobierno de Barco reconoce en 1986 un numero de 25 alcaldes como derecho de la Unión Patriótica [...]” (BUENAVENTURA, 1988, p. 102).

Em relação aos processos de paz herdados do governo passado, de Betancour Cuartas iniciados em 1984 com negociações envolvendo três grupos de guerrilha somente se mantinha um que era o processo com as FARC (GUARÍN, 2005, p. 67; ARENAS, 1987, p. 68).

Mas com a conformação das estruturas paramilitares, como forma de repressão contra os setores de oposição, o panorama da *Unión Patriótica* não era tão esperançoso. Segundo Buenaventura (1988) desde a aparição da *Unión Patriótica* como partido em 1985 até finais de 1986 aconteceram vários sequestros seguido de desaparecimentos e assassinatos de militantes e dirigentes desse partido perpetrados por forças paramilitares, somando mil e quarenta e oito mortes nesse curto período (BUENAVENTURA, 1988, 140). No ano de 1987 foi assassinado seu candidato à presidência J. Pardo Leal (LEONGÓMEZ, 1999, p. 95). Além do assassinato de Pardo Leal haviam assassinado quatro congressistas, cinco deputados departamentales, quatro prefeitos, quarenta e cinco vereadores e mais de meio milhão de militantes (FUNDACIÓN CEPS, 2006, p. 109). Para Bejarano (1990), no governo de V. Barco Ruíz as violações aos direitos humanos aumentaram contra os setores de oposição:

[...] hasta cubrir una amplísima gama de gentes a quienes se vincula directa o indirectamente con la oposición al statu quo. El asesinato selectivo que ha ido sustituyendo progresivamente las desapariciones, la detención arbitraria y la tortura, ha alcanzado niveles demenciales durante la presente administración. Como si ello fuera poco, durante 1988 el país vio aparecer una nueva modalidad de esta violencia: la masacre colectiva (BEJARANO, 1990, p. 13).

No governo de V. Barco Ruíz, o Legislativo conseguiu regulamentar as eleições para Prefeitos e buscou realizar novas reformas políticas (GUARÍN, 2005, p. 84). A *Unión Patriótica* participou das eleições municipais aumentando em quase 100% as Prefeituras que já possuía, obtendo quarenta e três prefeituras (ROMERO, 2014). Isso foi considerado como um fato importante para concretizar a ampliação da democracia na Colômbia:

La elección de alcaldes se configura en un importante mecanismo para inducir cambios en los comportamientos políticos locales. Inicia un proceso de modernización política y administrativa que se convierte en un mecanismo que deben usar gobierno, partidos y ciudadanos, con miras a conseguir una ampliación de la democracia en Colombia (OSPINA, 1988, p. 45).

Em 1989 o M-19 retomou o processo de paz com o governo e mostrou uma flexibilização de seu projeto político. Bejarano (1990) aponta varias razões que levaram a essa guerrilha a deixar as armas: a) o M-19 sofreu fortes golpes militares ficando

enfraquecida; b) nos anos de 1985-1987 foram mortos seus principais comandantes; e c) a deslegitimação política por causa dos erros em operações militares, como o assalto ao Palácio de Justiça onde foram assassinados os principais representantes do Poder Judicial. Essas razões conformaram um quadro que os levou a considerar que já não era viável a luta armada como forma de aceder ao poder.

As negociações do processo de paz com o M-19 centraram-se na busca de garantias para sua participação como partido nas contendas eleitorais. Após vários acordos com o governo entregaram suas armas em novembro de 1989 (PÉCAUT, 2006, p. 375), sendo o Movimento 19 de Abril o primeiro dos diversos grupos guerrilheiros colombianos que entrou num processo de negociação que concluiu em um acordo final de paz e a entrega de armas (ORMANZA, LOWENHERZ, DURÁN, 2009, p. 45).

O M-19 organizou o *partido político Alianza Democrática M-19* com um projeto político “[...] carente de definiciones concretas, [y con] un discurso [que] puede enmarcarse dentro de los parámetros de una corriente nacionalista de izquierda democrática y reformista, susceptible de ser integrada dentro de un régimen demoliberal” (BEJARANO, 1990, p. 17):

La democracia y no la revolución ha sido el motivo permanente en el discurso político del M-19. En palabras del Comandante General, "el 'eme' nunca se ha planteado el objetivo total de la revolución absoluta. No hay modelo. Por eso hemos podido variar, buscar nuestro propio camino". Esta ambigüedad, que a la vez explica buena parte de los virajes táctico-estratégicos del pasado, bien puede haberse convertido en un punto a favor a la hora de modificar el rumbo de acción hacia la paz (BEJARANO, 1990, p. 17).

Já para Ormanza e outros (2009) o processo de paz do M-19 foi influenciado pelas mudanças que aconteceram na América Latina no final da década de 1980:

Sobre la dirigencia del Eme tuvo efecto político el tránsito a la democracia que se vivió entonces en América Latina. De un lado, las transiciones de las dictaduras del Cono Sur hacia regímenes democráticos fortalecieron la percepción de la posibilidad e importancia de promover un fortalecimiento democrático en los países de la región. Esto coincidió con la apuesta estratégica del M-19 de lucha por la democracia (ORMANZA, LOWENHERZ, DURÁN, 2009, p. 70).

Em 1989 a *Unión Patriótica* se preparava para as eleições presidenciais que aconteceriam no mês de maio de 1990, mas seu pré-candidato José Antequera foi assassinado (LEONGÓMEZ, 1999, p. 95). A *Unión Patriótica* apresentou então a candidatura de B. Jaramillo Ossa, um candidato que segundo Castro (2006) perfilava-se como um dos favoritos, com intenção eleitoral de mais de um milhão de votos, mas este candidato também foi assassinado no mês de março de 1990, dois meses antes das

eleições (LEONGÓMEZ, 1999, p. 95, BASTA YA, 2013, p. 46). A Unión Patriótica decidiu então não participar nas eleições presidenciais e apoiar o candidato da *Alianza Democrática M-19* (TOBÓN, 1990, p. 47; SUÁREZ, 2011, p. 74). No mês de abril desse mesmo ano, o candidato à presidência pela *Alianza Democrática M-19*, Carlos Pizarro, igualmente foi assassinado (ORMANZA, LOWENHERZ, DURÁN, 2009, p. 84; BASTA YA, 2013, p. 46).

Sobre estes fatos Guarín (2005) afirma que as eleições presidenciais de 1990 foram as eleições mais violentas da história colombiana: “[...] la UP entró lentamente en el túnel oscuro de la guerra sucia. Decenas y decenas de sus dirigentes y militantes fueron exterminados sistemáticamente tanto por grupos de justicia privada como por parte de los servicios de inteligencia del Estado” (LEONGÓMEZ, 1999, p. 96).

Os fatos relatados de violações aos direitos humanos contra a *Unión Patriótica* não só significaram mortes contra sua militância, mas também um duro golpe na sua capacidade eleitoral. Nas eleições legislativas de 1990, por exemplo, a *Unión Patriótica* não teve nem mesmo uma votação suficiente para alcançar cadeiras no Senado, e na Câmara de Representantes somente alcançou uma cadeira (LEONGÓMEZ, 1997, p. 94; BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999c; BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999d).

A situação da violência no final de 1989 e durante o ano de 1990 gerou fortes mobilizações que questionavam a legitimidade do regime pela forma como não afrontava a violência e as violações aos direitos humanos (GONZÁLES, 2003), sendo que a única medida tomada pelo Governo de Barco Ruíz foi o uso da figura do estado de sítio de forma permanente (BUENAVENTURA, 1988; AMNISTÍA INTERNACIONAL, 1994).

Segundo dados de Giraldo (1991) na pesquisa feita com a organização Comissão Colombiana de Juristas entre 1970- 1979 foram registrados 105 assassinatos políticos e não há registros de sequestros políticos; já para a década de 1980-1989 o número das execuções extrajudiciais aumentou registrando-se 11.723, da mesma forma que se registraram 1080 desapareções de militantes políticos e sociais e 23.258 detenções arbitrárias (GIRALDO, 1991, p. 51).

Alguns autores como Leongómez (1992), atribuíram o aumento dessa violência ao narcotráfico. Nessa mesma linha Guarín (2005) explicou que esse foi o discurso do governo de V. Barco Ruíz para poder justificar como todos esses fatos de violência e violações aos direitos humanos aconteceram em seu governo. Giraldo (1991) contestou

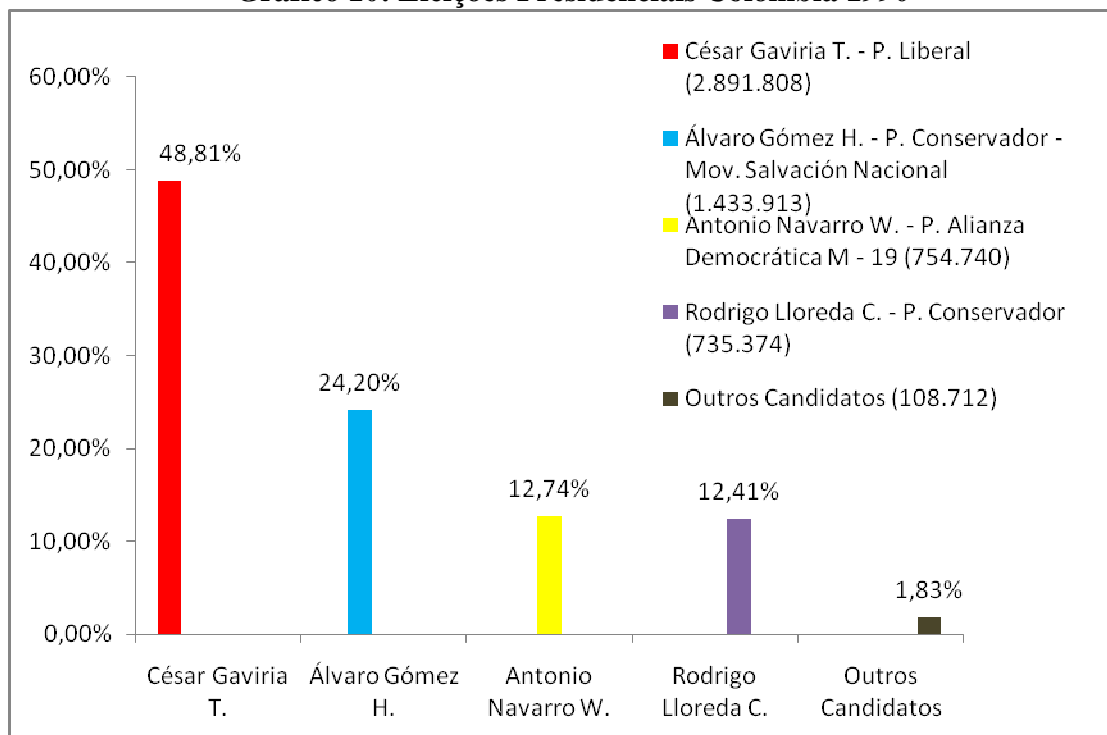
essas teses afirmando que o problema dos direitos humanos não é só o narcotráfico e que não se deveria usá-lo como desculpa para justificar os assassinatos políticos e ocultar perante a comunidade internacional a responsabilidade do Estado nas violações aos direitos humanos perpetrados contra a oposição política. Medina também criticou a proposta de tomar o narcotráfico como explicação para a crise de direitos humanos e a violência:

Aunque el narcotráfico apareció [con una] significación central en los últimos veinte años de la historia del país [y] si bien el fenómeno del tráfico de narcóticos atraviesa todos los aspectos del desarrollo nacional, el origen mismo de la larga crisis política no se asocia a la acción de los narcotraficantes. Estos, en la mayoría de los casos tomaron las trochas que ya estaban abiertas. No se sustenta la idea de una arcadia nacional conturbada de manera súbita por el terrible flagelo. Por supuesto es innegable que el narcotráfico ha contribuido a agravar y a dar a la crisis ingredientes específicos (MEDINA, 1997, p. 65).

Leongómez (1992) explica que a crise profunda dos anos de 1989 e 1990 mostrou os problemas criados pelas restrições democráticas e também pela violência, situação que levou ao Governo de V. Barco Ruíz a ter que aceitar a proposta feita dentro dos processos de paz pelos grupos guerrilheiros em fazer uma nova constituição política como solução às restrições democráticas e à violência (LEÓNGOMEZ, 1992, p. 39).

Essa proposta foi convertida em um plebiscito que se realizou junto às eleições presidenciais de 1990 no qual se perguntou ao eleitorado se queria ou não uma nova constituição política. A consulta teve uma resposta positiva da cidadania e por ampla maioria decidiu-se uma assembléia nacional constituinte (QUINTANA, 2007, p. 240).

Nas eleições presidenciais de 1990 se desenvolveu uma contenda eleitoral atípica por três motivos: o primeiro foi o aumento da violência e das violações aos direitos humanos; o segundo motivo foi o fortalecimento dos processos de paz com as guerrilhas do EPL, o Partido Revolucionário de los Trabajadores (PRT) que era uma organização surgida de uma divisão do EPL, o Movimiento Armado Quintín Lame, que era uma guerrilha indígena criada em 1984 (SUPELANO, 2010) e com as FARC que mantinham suas exigências de abertura democrática e garantias para converterem-se em um partido político (BUENAVENTURA, 1988); por fim o terceiro motivo foi o aumento de partidos políticos e de candidaturas presidenciais motivadas pelas reformas feitas ao Código Eleitoral no passado governo, de Betancour Cuartas, e pelo plebiscito sobre uma nova constituição política (SUÁREZ, 2011, p. 74).

Gráfico 10: Eleições Presidenciais Colômbia 1990

Fonte: elaboração própria com dados retirados de GUARÍN, 2005; BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999 (b).

As eleições presidenciais de 1990 tiveram doze candidaturas, que foram as seguintes: C. Gaviria Trujillo pelo Partido Liberal; R. Lloreda Caicedo pelo Partido Conservador; Á. Gómez Hurtado candidatou-se por uma facção do partido Conservador chamada de Movimento de Salvación Nacional; A. Navarro Wolf pelo *Partido Alianza Democrática M-19*, quem substituiu ao candidato assassinado C. Pizarro L; R. Betancourt de Liska pelo Partido Movimiento Unitário Metapolítico; C. Rodriguez, do Partido Nacional Cristiano; L. C. Valencia Sarria pelo Partido Socialista de los Trabajadores; J. A. Linares Patiño pelo Partido Demócrata Cristiano; G. Alemán pelo Partido Movimiento Orientación Ecológica; J. García pelo Partido Movimiento Amor por Colômbia; e J. H. Rodríguez León pelo Partido Movimiento Encuentro 88 (BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999b).

Na análise dos dados das eleições de 1990 somente foram considerados os candidatos que tiveram uma votação relevante, superior a cem mil votos, sendo esses somente quatro candidatos. C. Gaviria Trujillo pelo Partido Liberal obteve 48,8% dos votos sendo eleito presidente; Á. Gómez Hurtado da facção do Partido Conservador Movimento de Salvación Nacional obteve 24% dos votos; A. Navarro Wolff pelo Partido Alianza Democrática M-19 obteve 12,7% dos escrutínios; e, R. Lloreda Caicedo

do Partido Conservador, obteve 12%; as outras oito candidaturas somaram 1,8% dos votos (BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999b; GUARÍN, 2005, p. 89). O abstencionismo manteve sua dinâmica com mais 57%, do censo eleitoral (REGISTRADURÍA NACIONAL DEL ESTADO CIVIL, 2014).

C. Gaviria Trujillo em seu governo chamou a fazer parte do gabinete ao Partido Conservador, sua facção o Movimiento de Salvación Nacional e também ao *Partido Alianza Democrática M-19* para o qual deu o Ministério da Saúde, cargo que foi ocupado por A. Navarro Wolff. Era a primeira vez que um partido político que não tinha sua origem no bipartidarismo fazia parte do gabinete de governo e isso poderia ser visto como um passo adiante na ampliação da democrática colombiana, apesar do risco de cooptação.

(...) el AD M19 obtuvo su cuota de representación en el gobierno del Presidente Gaviria. No obstante, su desempeño en este gobierno no se caracterizó por el ejercicio de la acción política consecuente con las expectativas para la realización del cambio social esperado. Mas bien, reprodujo la línea de conducta de los partidos tradicionales atados al clientelismo y fue cuestionado por la opinión pública, la cual emitió un fallo condenatorio en las elecciones parlamentarias de marzo de 1994. (MURILLO; MEJÍA, 1998, p. 378).

O governo também criou um ato administrativo - um Decreto de Estado de Sitio - para descumprir o artigo 218 da Constituição Política de 1886 que era vigente e que estipulava que somente dois terços do Congresso poderiam modificar a Constituição. Este Decreto de estado de sítio teve dois eixos: o primeiro, onde a Corte Suprema de Justiça considera exequível as medidas tomadas dentro do Decreto, principalmente as que correspondiam a desconhecer o artigo 218 da Constituição (PÉCAUT, 2006, p. 409); o segundo eixo foram os acordos políticos feitos com o Partido Conservador, com a facção o Movimiento de Salvación Nacional e o *Partido Alianza Democrática M-19*, para definir o alcance e a forma em que seria o processo da Assembléia Nacional Constituinte. Nesse acordo definiram-se as temáticas que poderiam ser tratadas, os limites nas mudanças e o número de delegados a participar na Assembléia Nacional Constituinte (GUARÍN, 2005, p. 91).

Ya bajo la administración Gaviria, el Decreto de Estado de Sitio N° 1926 convocó a elecciones para la Asamblea y determinó los aspectos correspondientes a su conformación y funcionamiento. Con ello, la iniciativa popular perdió su naturaleza, para erigirse en bandera gubernamental y estrategia política de los poderes tradicionales y hegemónicos. El 22 de julio de 1990, César Gaviria emitió una comunicación en la que sentaba las bases

de la Asamblea Constitucional y señalaba un límite temático y ciertas prohibiciones para el organismo reformador (QUINTANA, 2007, 240).

As guerrilhas que estavam em processos de paz pediram para participar da Assembléia Constituinte. As FARC mostraram interesse em participar, mas discordaram com a limitação temática que se havia traçado e consideraram que o número de delegados não permitiria a representatividade de todos os setores sociais colombianos, da mesma forma exigiram ter vários delegados da sua organização (GALLEGO, 2010, p. 582). A resposta do governo aos pedidos das FARC foi uma operação militar no mesmo dia em que se fizeram as eleições para eleger os delegados da Assembléia Constituinte. “Esta ofensiva tenía como propósito mostrar la eficacia de la fuerza pública contra el movimiento Guerrillero, lo que terminó en un total fracaso, [...] según los informes de la Comandancia del ejército” (GALLEGO, 2010, p. 582).

A guerrilha do EPL entregou as armas, no dia quinze de fevereiro de 1991, com um acordo de paz que lhe permitia ter duas cadeiras na Assembléia Constituinte (ZULUAGA, 1991, p. 70). O PRT também entregou armas no dia vinte e seis de janeiro de 1991 a partir de um acordo no qual definiu-se que essa organização teria um delegado no processo de constituinte, porém sem direito de voto. O Movimento Armado Quintín Lame fez sua entrega de armas no dia dez de março de 1991 e em seu acordo de paz definiu-se que esta organização também teria um delegado no processo da constituição com direito a voz, mas sem voto (TOBÓM, 1991).

Para as eleições à Assembléia Constituinte apresentou-se um número muito significativo de listas de candidatos. Na Assembleia Nacional Constituinte podiam participar os partidos políticos reconhecidos pela Registraduría Nacional do Estado Civil e os movimentos sociais e políticos que tivessem cinquenta mil assinaturas que os respaldassem. Estabeleceu-se um número de setenta cadeiras para ser eleitas pelo sistema de representação proporcional das quais duas eram para os movimentos indígenas e duas para os movimentos religiosos, além das quatro vagas definidas para os grupos guerrilheiros que entregaram as armas (GUARÍN, 2005, p. 92).

Todavia a representação de delegados para a Assembléia Constituinte concentrou-se em três partidos: o Partido Liberal, com vinte e cinco delegados; o Partido Conservador e mais duas facções internas que apresentaram listas separadas, o Movimento de Salvação Nacional e a facção Conservador Independente, obteve vinte delegados; o *Partido Alianza Democrática M-19* com dezenove delegados, partido recompensado por deixar as armas com uma massiva votação (LEONGÓMEZ, 1999).

Depois seguiu na ordem o *Partido Unión Patriótica*, com duas cadeiras e também se fizeram representar setores das igrejas como a Unión Cristiana, que obteve dois delegados e o movimento indígena que conseguiu dois delegados. O abstencionismo eleitoral foi muito forte superando 70% dos eleitores (GUARÍN, 2005, p. 92; BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999e). Este fato mostrou um “[...] exíguo apoyo de la población a un proceso que apenas estaba comenzando. [...] El cambio constitucional se escindirá definitivamente del constituyente primario para quedar en manos de las elites partidistas y los nuevos actores de la escena política” (QUINTANA, 2007, p. 242).

A direção da Assembléia Constituinte teve uma presidência tripartite dos partidos majoritários: o Partido Liberal, com seu delegado H. Serpa Uribe; o Partido Conservador, com Á. Gómez Hurtado, que era o principal dirigente da facção Movimiento Salvación Nacional; e o terceiro Partido *Alianza Democrática M-19* com A. Navarro Wolff (BORDA, 1991, p. 61). Em suma uma presidência colegiada do processo da nova constituinte que surgiu de um acordo feito à portas fechadas entre as três forças majoritárias da Assembléia Constituinte (QUINTANA, 2007, p. 242).

Tabela 3: Resultados da Eleição para a Assembléia Nacional Constituinte

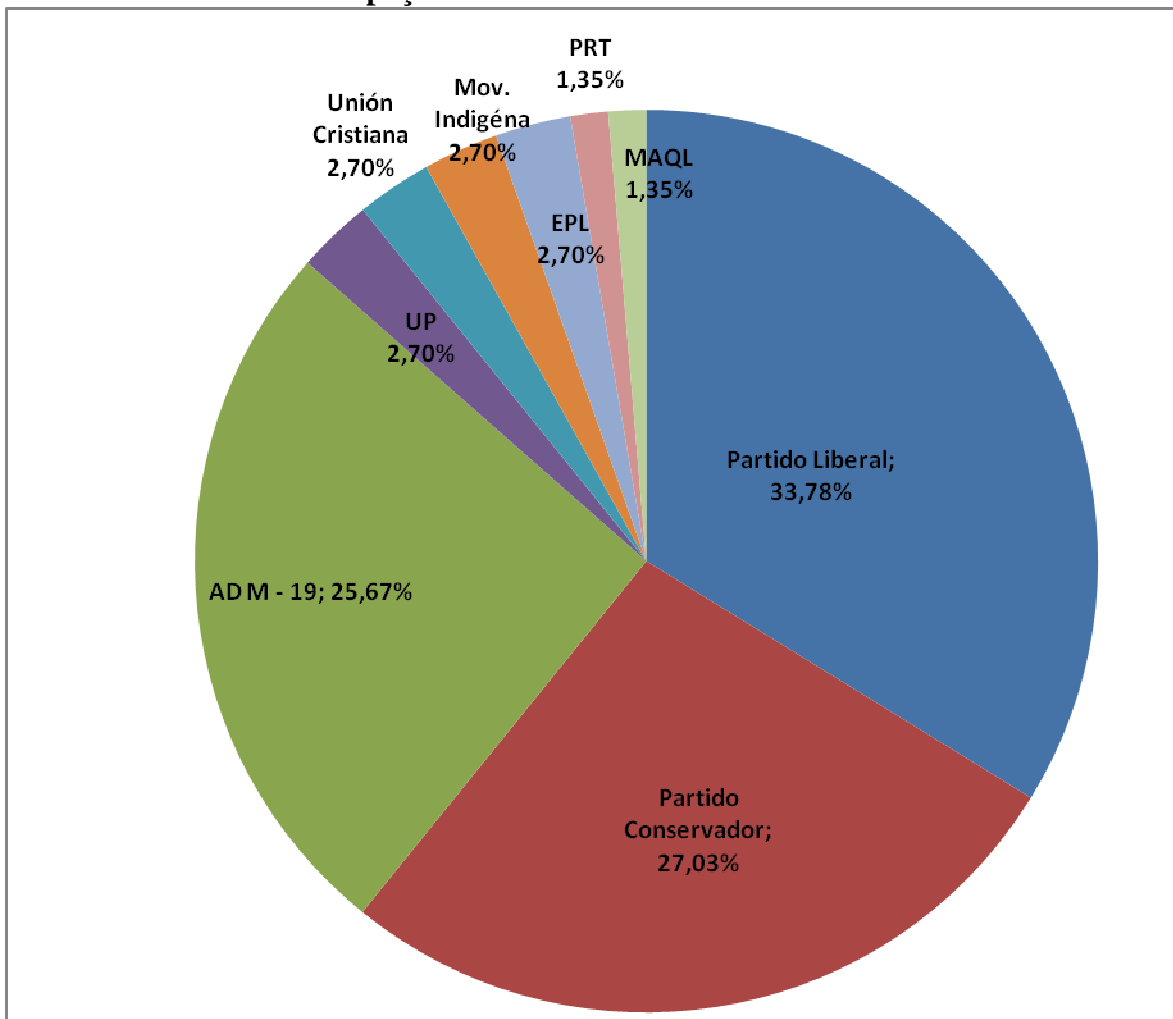
Partidos e Movimentos	Nº de delegados	Votos
Partido Liberal	25	1.158.344
Partido Conservador – Movimiento Salvación Nacional – Conservador Independiente	20	996.521
Alianza Democrática M – 19	19	992.613
Unión Cristiana	2	115.201
Unión Patriótica	2	95.088
Movimientos Indígenas	2	54.226
Outros Partidos e Movimentos	0	236.362
Votos em branco	--	37.735
EPL – Esperanza Paz y Libertad	2	Proceso de Paz
Partido Revolucionario de los Trabajadores – PRT	1	Proceso de Paz
Movimiento Armado Quintín Lame – MAQL	1	Proceso de Paz
Total	74	3.686.900

Fonte: elaboração própria com dados retirados de GUARÍN, 2005, p. 92; BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999e.

Com esses acordos no processo da construção da nova constituição política o *Partido Unión Patriótica* ficou liderando a oposição porque a guerrilha do EPL, que também tinha dois delegados com capacidade de voto, quando entregou armas converteu-se no *Partido Esperanza, Paz y Libertad* que logo depois se integrou ao *Partido Alianza Democrática M-19* (ZULUAGA, 1991, p. 70). Em termos das outras forças políticas, como já foi dito: o PRT e o Movimiento Armado Quintin Lame não possuíam direito a voto (TOBÓM, 1991) e os representantes das igrejas e do movimento indígena constituíram-se “[...] más en un elemento simbólico que efectivo en la toma de decisiones” (QUINTANA, 2007, p. 242).

O processo da Assembléia Constituinte deu significativos passos na modernização das instituições políticas e da ampliação democrática. Segundo Garizabal (1998) destacam-se as seguintes mudanças: a) no sistema eleitoral, a eleição para o Senado deixou de ser colégios departamentais para passar a ser de caráter nacional, (artigo 171); b) deu-se espaço para que as minorias étnicas, indígenas e afrodescendentes, tivessem representação no Senado com duas cadeiras, (artigo 171), e duas vagas, também, na Câmara de Representantes, (artigo 176); c) na eleição presidencial, passou-se do sistema de maioria simples para o sistema de maioria absoluta, mas se nenhum candidato obtiver 50% + 1, se dará um segundo turno com os dois candidatos que obtiveram mais votos, definir-se-ia por maioria simples, (artigo 190); d) criou-se a figura do vice-presidente, o qual se elege automaticamente com o presidente, fazendo parte da mesma lista, (artigo 202); e) aprovou-se a eleição popular de governadores, (artigo 103); f) sobre o financiamento das campanhas políticas, o Estado ficou comprometido a cobrir parcialmente os gastos, constituindo-se o financiamento misto das campanhas eleitorais, (artigo 109); g) definiram-se, também, dois organismos de controle eleitoral, o Consejo Nacional Electoral, encarregado do controle e vigilância do processo eleitoral, e a Registraduría Nacional del Estado Civil, encarregada da direção e organização das eleições, (artigos 120, 264 e 265).

De La Torre (2005), desde uma perspectiva econômica, afirma que a Constituição de 1991 produziu uma revolução inversa, “[...] la democracia ‘participativa’ y la implantación de una economía de mercado sacrificaron el Estado social para retornar al Estado liberal [...] el gobierno de César Gaviria entroniza el modelo neoliberal” (DE LA TORRES, 2005, p. 1).

Gráfico 11: Participação na Assembléia Nacional Constituinte 1991

Fonte: elaboração própria com dados retirados de GUARÍN, 2005, p. 92; BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999e.

Para Posso (2010) os resultados da Constituição quanto à construção de paz foram parciais e o processo constituinte não foi o suficientemente inclusivo como quiseram apontar.

El pacto reformista de 1991 no logró incluir a las organizaciones guerrilleras mayoritarias frente a las cuales el gobierno diseñó la “política de guerra integral”. Y estas organizaciones consideraron insuficientes los acuerdos de la Constituyente para entrar en un proceso de incorporación a la vida civil y desmonte de sus ejércitos guerrilleros; optaron por su estrategia de lucha armada por el poder y se alinearon tras el objetivo de formar un ejército capaz de derrotar a las fuerzas armadas regulares o imponer las condiciones en una solución negociada (POSSO, 2010, p. 26).

O processo eleitoral para a Assembleia Nacional Constituinte teve uma abstenção muito alta com grandes restrições em termos das temáticas tratadas e da quantidade de delegados eleitos; sendo que muitos de seus acordos foram praticamente definidos pelos três partidos majoritários em espaços que não foram os das reuniões da

Assembleia Constituinte. Da mesma forma não se permitiu a participação das guerrilhas das FARC e o ELN, que eram as guerrilhas com maior penetração política, apesar de que estas duas organizações fizessem esse pedido em uma que dirigiram à presidência da República e aos delegados da Assembléia Nacional Constituinte (GALLEGO, 2010, p. 681). Com tudo isto sobre o processo constituinte Quintana (2007) concluiu que:

En líneas generales, la Constitución fue producto de un pacto de elites que no garantizó la realización de su objeto esencial: la preservación de la paz; y, en esta medida, carece de la validez fáctica que intentó reivindicar. La exclusión de los actores armados y la escasa y manipulada participación de la ciudadanía dan muestras de lo poco participativo del proceso abanderado por las fuerzas políticas tradicionales. La lógica de la negociación a puertas cerradas que se dio entre las fuerzas mayoritarias de la Asamblea evidencia cómo los representantes de los indígenas, los cristianos, la Unión Patriótica y los ex guerrilleros fueron marginados de la discusión y expoliados de su capacidad decisoria (QUINTANA, 2007, p. 244).

Após da elaboração da nova Constituição o governo nacional usou medidas administrativas e de regulamentação dos artigos da Carta Política para limitar e moldar o texto constitucional (GONZÁLEZ, 2003). Nesta mesma linha Quintana (2007) aponta que foi feito um acordo entre o governo de C. Gaviria Trujillo e os partidos que conformavam a presidência tríplice da Assembléia Constituinte com o qual o presidente da República teve legitimidade para decretar um estado de sítio no mesmo dia em que entrava em vigor a nova Constituição, 4 de julho de 1991, e destituir o Congresso da República, deixando o país sem poder Legislativo até o mês de outubro desse mesmo ano.

Implicó una ruptura con el orden jurídico del país auspiciado por el gobierno. El compromiso suscripto por el presidente Gaviria, el jefe del Partido Liberal, Alfonso López Michelsen, y los tres presidentes conjuntos de la Asamblea (Horacio Serpa, Álvaro Gómez y Antonio Navarro) de revocar el mandato del Congreso en funciones y otorgar poderes extraordinarios al presidente [...]. Resulta evidente, entonces, que el presidente de la República y los tres presidentes de la Asamblea urdieron un golpe contra el poder constituyente a nombre de la democratización y modernización del país, camuflando su propósito en las expectativas populares que despertaba la nueva Constitución. Por su parte, los cristianos, los indígenas y la Unión Patriótica consideraron al acuerdo excluyente y reflejo de una dictadura que violaba sus derechos como minorías y ofrecía enormes garantías a los sectores dominantes (QUINTANA, 2007, p. 243).

No mês de outubro de 1991, quando se permitiu o restabelecimento do Poder Legislativo, foram realizadas eleições legislativas para eleger um novo congresso que substituísse o congresso que havia sido destituído (NORIEGA, 1994). O Partido Liberal seguiu sendo a força majoritária com cinquenta e oito cadeiras das cento e duas do

Senado, e oitenta e sete cadeiras na Câmara de Representantes das cento e sessenta e uma vagas para esta corporação; o Partido Conservador foi o segundo partido mais votado, com vinte e sete cadeiras no Senado e com quarenta e três cadeiras na Câmara de Representantes; o *Partido Alianza Democrática M-19* obteve nove vagas no Senado e treze na Câmara de Representantes; e o *Partido Unión Patriótica* elegeu um senador e três na Câmara de Representantes (NORIEGA, 1994; LEONGÓMEZ, 1997, p. 97; BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999h).

Outro fenômeno que aconteceu em termos de direitos humanos foi que as estruturas mercenárias do paramilitarismo começaram a fazer chacinas nas regiões onde os resultados eleitorais favoreciam aos partidos de esquerda. Segundo o informe Basta Ya (2013) nos anos de 1988-1992 os paramilitares implementaram uma nova modalidade de violação de direitos humanos com as chacinas onde foram assassinadas populações de vilas inteiras. Essas chacinas tinham como objeto “castigar” a mobilização social; conter o êxito político dos partidos de oposição, particularmente da *Unión Patriótica*; e estabelecer um controle social e territorial nas regiões onde os partidos de oposição tinham bases eleitorais. Milhares de pessoas foram assassinadas ao longo do território nacional e mais de três milhões de pessoas foram deslocadas de suas terras (CASTRO; ORTIZ, 2006, p.155- 156; ¡BASTA YA, 2013, p. 44). Anistia Internacional denunciava em seu informe de 1994, que:

Los grupos paramilitares respaldados por el ejército llevan más de una década sembrando el terror en las zonas rurales de Colombia, torturando, matando y perpetrando desapariciones forzadas con virtual impunidad. La aparición, a principios de la década de los ochenta, de estas organizaciones paramilitares supuestamente independientes coincide con un notable aumento de las “desapariciones” y los homicidios políticos (AMNISTÍA INTERNACIONAL, 1994, p. 46).

Com todo esse panorama, o processo de paz entre as FARC e o governo fracassou: “[...] Diversos actos de violación de los acuerdos condujeron al fracaso de la negociación. La guerrilla se replegó a sus zonas de influencia y en el espacio público quedó la *Unión Patriótica* a merced de la Guerra Sucia. (CASTRO; ORTIZ, 2006, p. 159). Perante os assassinatos dos dirigentes e militantes da *Unión Patriótica* e a exclusão da Assembléia Constitucional as FARC retomaram sua dinâmica de guerra de guerrilhas, reorganizaram sua capacidade militar e renunciaram a fazer parte da *Unión Patriótica* (BASTA YA, 2013, p. 154).

Os partidos de oposição *Unión Patriótica* e *Alianza Democrática M-19* participaram das eleições para vereadores, prefeitos, deputados estaduais e das primeiras

eleições para governador de 1992. No tocante ao primeiro partido citado pode-se afirmar que “la violencia contra la Unión Patriótica no cesó. En las elecciones de 1992 se agravó el declive en la representación política cuando eligió 175 concejales, 14 alcaldes y 10 diputados, reduciendo su presencia territorial a solo 88 municipios” (BASTA YA, 2013, p. 150). Já o *Partido Alianza Democrática M-19* do mesmo modo participou do processo e elegeu dezessete deputados estaduais, uma prefeitura, e duzentos e sessenta vereadores (ORMANZA, LOWENHERZ, DURÁN, 2009, p. 85), mas também sofreu com a violência política, pelo menos vinte quatro dirigentes desta organização foram assassinados, dos quais sete eram candidatos nessa contenda eleitoral (BANCO DE DATOS DE VIOLENCIA POLÍTICA, 2004).

A Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (2008) relata que um dos principais dirigentes da *Unión Patriótica* e membro do Comitê Central do Partido Comunista Colombiano, J. Miller Chacón foi assassinado no ano de 1993. Perante essa situação o senador da *Unión Patriótica* M. Cepeda Vargas denunciou que o Ministro da Defesa do Governo da Colômbia não tinha tomado as medidas de segurança necessárias para evitar a morte de Miller Chacón, isto porque dias antes desse crime uma delegação da *Unión Patriótica* alertou ao Ministro da Defesa sobre um plano para assassinar a essa liderança (COMISIÓN INTERAMERICANA DE LOS DERECHOS HUMANOS, 2008, p. 14). Nesse sentido, o Partido *Unión Patriótica* estava sofrendo um processo sistemático e permanente de violação de direitos humanos contra seus membros, contando, desde sua criação em 1985 com a triste cifra de mais de um militante morto por dia (FUNDACIÓN CEPS, 2006, p. 112).

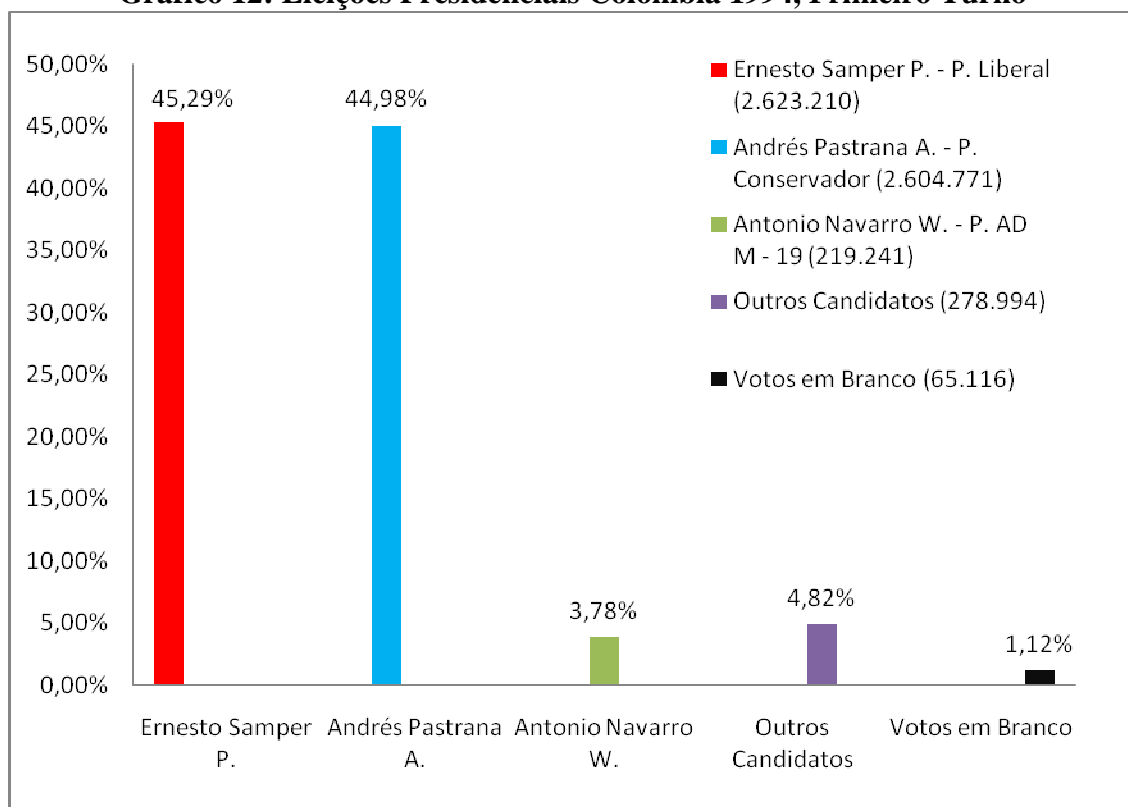
Quanto ao *Partido Alianza Democrática M-19*, Leongómez (1994) fez uma avaliação dos quatro primeiros anos como partido político e de sua atuação. O autor critica três aspectos desse partido:

[A Alianza Democrática M – 19] [...] optó por una construcción elitista del movimiento "desde arriba", descuidando por completo la lenta y difícil construcción de bases locales y regionales. Una vez proyectada a la arena de lo nacional, la Alianza no fue capaz de desarrollar una propuesta opositora coherente y creíble. Luego de haber participado en el gabinete de Gaviria, la Alianza se retiró del gobierno, pero desde fuera tampoco fue capaz de articular propuestas alternativas en lo político, lo económico o lo social (LEONGÓMEZ, 1994, p. 104).

Em 1994, deram-se as primeiras eleições presidenciais da nova Constituição Política. Nessas eleições refletiram-se na prática as reformas feitas na Constituição Política em matéria eleitoral, “[...] en vez de lograr un fortalecimiento del sistema de

partidos y la depuración de las costumbres políticas, se crearon los cimientos para la atomización y fragmentación partidista” (GUARÍN, 2005, p. 96). Muitas das facções do Partido Liberal e do Partido Conservador fizeram seus próprios registros eleitorais, mas não deixaram sua matriz ideológica nem programática, da mesma forma apareceram expressões cidadãos que participaram como candidatos na contenda eleitoral, mas que não chegam a constituir partidos (LEOGÓMEZ, 1994).

Gráfico 12: Eleições Presidenciais Colômbia 1994, Primeiro Turno



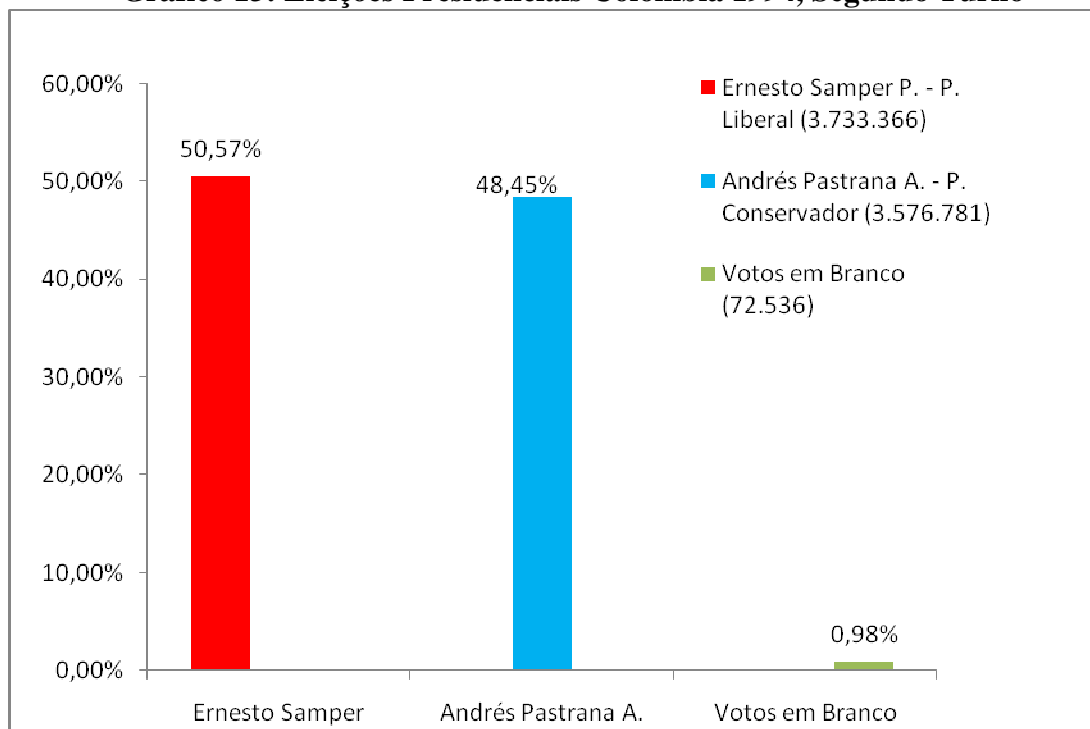
Fonte: elaboração própria com dados retirados de GUARÍN, 2005, p. 98; BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999 (f).

Nas eleições de 1994 para a Presidência da República houve dezoito candidaturas. Elas foram: E. Samper Pizano pelo Partido Liberal; A. Pastrana Arango pelo Partido Conservador; A. Navarro Wolff pelo Partido Alianza Democrática M-19; R. Betancourt de Liska partido Movimiento Unitário Metapolítico; M. A. Maza Marquez pelo Partido Movimiento Concentración Cívica Nacional; A. Mendoza Morales pela coligação Convergência Nacional, a Unión Patriótica apoiou em coligação esta candidatura; E. Parejo Gómez pelo Partido Movimiento Alternativa Democrática Nacional; G. Alemán pelo Partido Movimiento Orientación Ecológica; G. Gaitán pelo Partido JEGA; J. A. Cortes H pelo Partido Compromiso Cívico Cristiano; M. A. Zamora pelo Partido Protestemos; J. Galat pelo Partido Frente Moral; D. de Castro pelo

Partido Movimiento Cristiano Independiente; L. E. Rodríguez pelo Partido Movimiento Nacional Progresista; O. Rojas pelo Partido Somos Libres; J. G. Barbosa pelo Partido Organización para la Paz Nacional; M. Diazgranados pela organização sindical C.G.T. Cristiana; e, E. Torres P pelo Partido CREA – No a la Guerra. A Unión Patriótica não teve candidato à presidência à raiz do número elevado de assassinatos de suas lideranças (GUARÍN, 2005, p. 98; BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999f).

Na análise dos resultados eleitorais somente três candidatos tiveram uma votação superior aos cem mil, eles foram: E. Samper Pizano do Partido Liberal com 45,3% dos votos; o seguiu A. Pastrana Arango do Partido Conservador com 44,9%; e no terceiro lugar o candidato do Partido Alianza Democrática M-19 A. Navarro Wolff com 3,7%. Os quinze candidatos restantes tiveram uma votação de 4,8%. O voto em branco obteve 1,1% e o abstencionismo 66% (GUARÍN, 2005, p. 98; BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999f; REGISTRADURÍA NACIONAL DEL ESTADO CIVIL, 2014). Quanto ao candidato apoiado em coligação pela Unión Patriótica, A. Mendoza Morales da *Convergencia Nacional*, o mesmo obteve somente 0,59% (OSPINA, 2011, p. 163; BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999f).

Gráfico 13: Eleições Presidenciais Colômbia 1994, Segundo Turno



Fonte: elaboração própria com dados retirados de BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999 (g); REGISTRADURÍA NACIONAL DEL ESTADO CIVIL, 2014.

Com a nova regra eleitoral para as eleições presidenciais, de maioria absoluta (50% + 1), os candidatos do Partido Liberal e o Partido Conservador passaram a disputar um segundo turno. E. Samper Pizano do Partido Liberal foi eleito presidente por uma margem muito estreita, obteve 50,5%); contra A. Pastrana Arango, do Partido Conservador com 48,4% (BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999g). O abstencionismo manteve sua dinâmica com mais 56,6%, do censo eleitoral (REGISTRADURÍA NACIONAL DEL ESTADO CIVIL, 2014).

Três dias após as eleições do segundo turno, o candidato presidencial pelo Partido Conservador, A. Pastrana Arango deu a conhecer em uma coletiva de imprensa gravações que comprometiam a campanha do candidato do Partido Liberal, E. Samper Pizano, por um suposto recebimento de dinheiro do narcotráfico. Esta situação gerou uma crise institucional do regime político colombiano. O Congresso da República investigou a campanha presidencial de E. Samper Pizano, incluindo toda a direção da campanha da candidatura liberal assim como o próprio candidato depois de ter sido empossado como presidente (GUARÍN, 2005, p. 98; PÉCAUT, 2006. p. 258).

Essa situação gerou uma crise no Estado e na legitimidade do governo. Diante da experiência da Frente Nacional e sistemáticas violações aos direitos humanos as instituições democráticas colombianas já mostravam diversos sinais de fragilidade, porém a Constituição Política de 1991 tentou remediar esse problema. Com as denúncias das eleições presidências de 1994 novamente o processo democrático colombiano foi desestabilizado.

El hecho desencadenante fue la denuncia de infiltración de dineros del narcotráfico en la campaña política del electo presidente Ernesto Samper (1994-1998). El inicio en firme del proceso 8.000, como se llamó el proceso judicial, provocó una crisis de legitimidad y limitó el margen de gobernabilidad de Samper. La situación se agravó con el aferramiento del mandatario al poder, a pesar de la presión social y política que reclamaba su dimisión y con acontecimientos violentos desestabilizadores [...] en medio de crecientes rumores de un golpe de estado (BASTA YA, 2013, p. 156).

Nos quatro anos de governo do presidente Samper a situação política foi muito instável e sua legitimidade se viu comprometida pelos escândalos de corrupção. A Promotoria General da Nação denunciou perante a Corte Suprema de Justiça a quatorze congressistas por terem recebido dinheiro do narcotráfico para suas campanhas (GUARÍN, 2005, p. 99). O Partido Conservador assumiu uma posição de partido de oposição e liderou o processo de investigação do dinheiro do narcotráfico na campanha eleitoral do presidente eleito E. Samper Pizano, do Partido Liberal e também algumas

facções do mesmo Partido Liberal adotaram posturas de oposição no Congresso (GUARÍN, 2005, p. 101). Segundo o Guarín (2005) diante de um vazio em termos de uma verdadeira oposição política setores da sociedade civil como ONG's, a Igreja Católica e os militares tentaram preencher este espaço.

La falta de entendimiento institucional entre un partido de gobierno en cabeza del Presidente y un partido de oposición, ambos disciplinados y fuertemente aferrados a los instrumentos y procedimientos del Estado de Derecho para resolver el conflicto, generó espacio político a los militares que se dieron el lujo de vetar iniciativas gubernamentales y de albergar corrientes tentadas a intervenir para sacar a Samper del poder (GARÍN, 2005, p. 102).

Após mais de dois anos de escândalos, investigação por parte do Congresso e crise institucional o Presidente Samper foi absolvido por falta de provas que o comprometessem. Foi comprovado que sua campanha recebeu dinheiro do narcotráfico e muitos dos que dirigiram a campanha foram levados à cadeia, mas não foi comprovado que o Presidente Samper sabia da existência desse dinheiro e sua procedência o que lhe permitiu não sofrer um *impeachment* (GUARÍN, 2005, p. 103, PÉCAUT, 2006, p. 458).

Nas eleições legislativas de 1994, os resultados dos partidos *Alianza Democrática M-19* e da *Unión Patriótica* foram bastante limitados. *O Partido Alianza Democrática M-19* somente elegeu um senador, perdendo oito cadeiras no Senado e as treze da Câmara de Representantes que havia conseguido nas passadas eleições legislativas (ORMANZA, LOWENHERZ, DURÁN, 2009, p. 85). Esse foi um golpe forte contra essa organização, por quatro motivos principais: o primeiro era que seguiam assassinando suas lideranças, nesse processo eleitoral foram assassinadas pelo menos seis dirigentes, dos quais quatro eram candidatos, da mesma forma se reportou uma liderança desaparecida por seqüestro político, além de ameaças e torturas a outros militantes (BANCO DE DATOS DE VIOLENCIA POLÍTICA, 2004); o segundo motivo é que o partido teve uma considerável divisão em facções; o terceiro é que doze facções inscreveram seus próprios candidatos em listas separadas sem seguir uma disciplina partidária que os unificasse; e o quarto é que sua capacidade de convocação eleitoral diminuiu em quase trezentos mil votos; (LEONGÓMEZ, 1999, p. 97; ORMANZA, LOWENHERZ, DURÁN, 2009, p. 87).

[...] No se tuvo capacidad para responder a ese desafío. Antes bien, en el seno de la AD-M19 nacieron nuevos liderazgos individuales, aprovechan- do que la expresión colectiva y jerarquizada del aparato guerrillero había dejado de funcionar. La consecuencia apareció clara en las elecciones de 1994. La opción que entonces se adoptó no fue la una lista unificada sino la conocida

como “operación avispa”, es decir, la dispersión de listas de candidatos. Y ahí fue la debacle. Los 22 parlamentarios se redujeron a uno (ORMANZA, LOWENHERZ, DURÁN, 2009, p. 87).

Sobre essa situação da *Alianza Democrática M-19* Leongómez (1994) comentou que a estratégia política traçada por essa organização, “[...] optó por el ‘hara-kiri’ político y se evaporó casi totalmente su representación parlamentaria, que quedó reducida a un solo representante [...]” (LEONGÓMEZ, 1994, p. 104).

O *Partido Unión Patriótica* que também participou das eleições legislativas não obteve resultados superiores. A *Unión Patriótica* elegeu um senador, M. Cepeda Vargas, mas seu resultado eleitoral foi de 51.032 votos (LEONGÓMEZ, 1997, p. 97). Contudo o processo de assassinatos e demais violações aos direitos humanos contra este partido se acirrava cada vez mais. Na região do Urabá, entre os departamentos de Córdoba, Antioquia e Chocó, que era uma zona onde a *Unión Patriótica* era o partido mais votado, o paramilitarismo em ações conjuntas com o exército iniciaram chacinas que atingiram a base eleitoral desse partido: “de 1994 a 1998, los paramilitares exterminaron a la *Unión Patriótica* y a los simpatizantes del Partido Comunista en la región” (BASTA YA, 2013, p. 163). A mesma situação aconteceu nos dois departamentos colombianos de Caqueta e Meta, onde o *Partido Unión Patriótica* era o mais votado (CASTRO, 2006, p. 106; FUNDACIÓN CEPS, 2006, p. 111).

No mês de agosto de 1994 o único senador que tinha o *Partido Unión Patriótica*, M. Cepeda Vargas foi assassinado por uma equipe mista do Exército da Colômbia e mercenários paramilitares (BASTA YA, 2013, p. 150; COMISIÓN INTERAMERICANA DE LOS DERECHOS HUMANOS, 2008, p. 16). No ano de 1996 a vereadora, pelo Partido *Unión Patriótica* na cidade de Bogotá, Presidenta desse partido, A. Avella Esquivel sofreu um atentado com um lança foguetes *Rocket* perto da Câmara de Vereadores do qual saiu ileso (OSPINA, 2011, p. 173; CASTRO, 2006, p. 107). Dias depois a vereadora A. Avella Esquivel e o senador H. Motta Motta, quem substituiu ao senador assassinado M. Cepeda Vargas, tiveram que exilar-se para não seguir o mesmo destino (FUNDACIÓN CEPS, 2006, p. 113; OSPINA, 2011, p. 173). Após estes fatos, “[...] según las cifras del movimiento, en esta etapa se refugiaron cerca de 200 familias perseguidas, por el hecho de contar con uno o varios miembros de la organización (CASTRO, 2006, p. 107).

No mês de fevereiro de 1997 por ameaças de morte tiveram que se deslocar forçadamente até a capital do país vinte e cinco vereadores de distintos municípios da

região de Urabá, pertencentes ao *Partido Unión Patriótica* (OSPINA, 2011, p. 165). Entre 1988-1997 foram assassinados cento e quarenta e cinco vereadores do Partido Unión Patriótica. Nesse mesmo ano de 1997 deslocam-se, por ameaças de morte e de forma massiva, desde a região do Urabá até a cidade de Medellín, mil e trezentas pessoas militantes do *Partido Unión Patriótica* (OSPINA, 2011, p. 165).

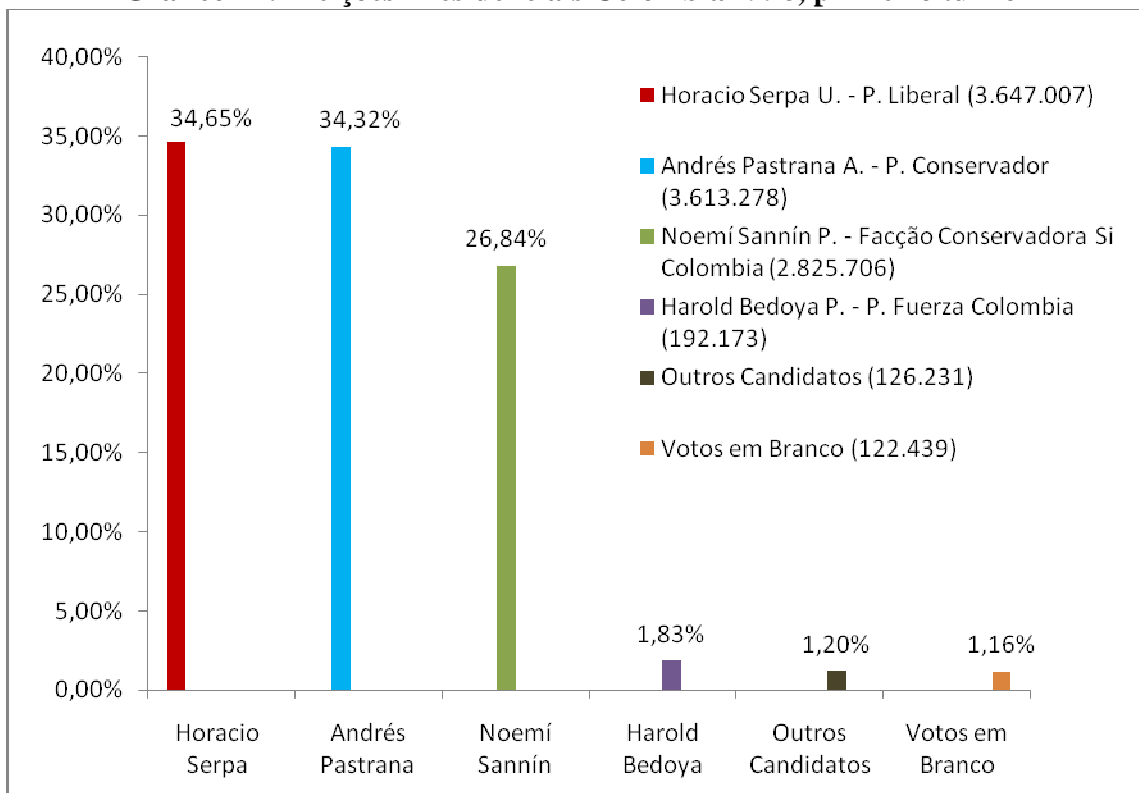
Essa situação fez que a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos - CIDH (2008) ativasse sua competência para investigar o caso do *Partido Unión Patriótica* na Colômbia porque encontrou fatos relevantes para considerar que havia uma sistematicidade de permanente violação dos direitos humanos contra os militantes dessa organização (FUNDACIÓN CEPS, 2006, p. 113). Castro (2006) ressalta que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em seu informe de 1997 no qual aceita investigar o caso do *Partido Unión Patriótica*, assinala que há uma situação semelhante à condição de genocídio, incluindo assassinatos políticos em massa e perseguição extrema:

[...] La Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) admitió el caso colectivo No. 11.227, que presentaron la dirección nacional de la UP, [...] la CIDH señaló: “Los hechos alegados por los peticionarios exponen una situación que comparte muchas características con el fenómeno de genocidio y se podría entender que sí lo constituyen, interpretando este término de conformidad con su uso corriente”. Y agregó que, los peticionarios han presentado argumentos que procuran establecer una práctica de asesinatos políticos en masa y la persecución extrema de los miembros de la Unión Patriótica con la intención de eliminar físicamente al partido y de diluir su fuerza política (CASTRO, 2006, p. 103).

Para as eleições presidenciais de 1998, o *Partido Unión Patriótica* não apresentou candidato e o *Partido Alianza Democrática M-19* não estabeleceu um candidato oficial, apesar de uma facção deste partido inscrever um candidato oficial (LEONGÓMEZ, 1999, p. 99). Nessa campanha eleitoral apresentaram-se treze candidaturas: H. Serpa Uribe pelo Partido Liberal; A. Pastrana Arango pelo Partido Conservador; N. Sanín Posada pela facção Si Colômbia, do Partido Conservador; H. Bedoya Pizarro pelo Partido Fuerza Colômbia; B. Cuéllar pelo Partido Unión Cristiana; G. Rojas Niño pela facção Movimiento 19 de Abril do Partido Alianza Democrática M-19; J. H. Betancourt pelo Movimiento Unitário Metapolítico; J. A. Lozano pelo Movimiento Nacional Comunidades Negras; J. Pulecio pelo Movimiento Participación Popular; G. Alemán pelo Partido Orientación Ecológica; E. Diaz Valderrama pelo Partido Ciudadanos en Formación; G. Nanneti pelo Movimiento Nacional Progressista;

e F. Córdoba Zartha pelo Movimiento Séptima Papeleta (REGISTRADURÍA NACIONAL DEL ESTADO CIVIL 1998a; Guarín, 2005, p. 103).

Gráfico 14: Eleições Presidenciais Colômbia 1998, primeiro turno



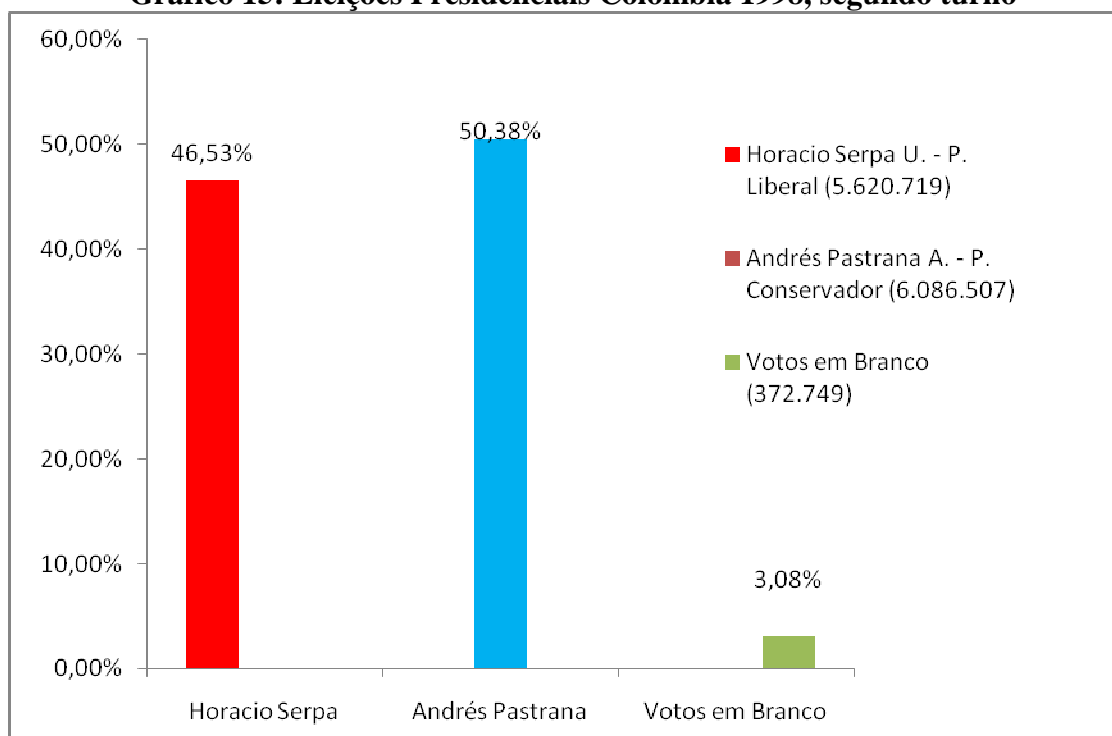
Fonte: elaboração própria com dados retirados da REGISTRADURÍA NACIONAL DEL ESTADO CIVIL, 1998; GUARÍN, 2005, p. 103.

Somente quatro candidatos tiveram uma votação superior aos cem mil, são eles: H. Serpa Uribe pelo Partido Liberal com 34,6%; A. Pastrana Arango pelo Partido Conservador com 32,3%; N. Sannín Posada, pela facção Sí Colômbia do Partido Conservador com 26,8%; e H. Bedoya Pizarro pelo Partido Fuerza Colômbia com 1,8%. Os outros nove candidatos tiveram uma votação inferior aos cinquenta mil votos representando 1,2%; e o abstencionismo foi 48,45. O Candidato da facção Movimiento 19 de Abril da *Alianza Democrática M-19* G. Rojas Niño obteve 16.939 votos (REGISTRADURIA NACIONAL DEL ESTADO CIVIL, 1998a; e 2014; GUARÍN, 2005, p. 103).

No segundo turno, o Partido Conservador com seu candidato A. Pastrana Arango conquistou a presidência da Colômbia para o período de 1998-2002 com 50,38% dos votos; o Partido Liberal com seu candidato H. Serpa Uribe obteve 46,53%. O abstencionismo eleitoral subiu para 59% do censo eleitoral (PÉCAUT, 2006, p. 413;

GUARÍN, 2005, p. 104; REGISTRADURÍA NACIONAL DEL ESTADO CIVIL, 2014).

Gráfico 15: Eleições Presidenciais Colômbia 1998, segundo turno



Fonte: elaboração própria com dados retirados da REGISTRADURÍA NACIONAL DEL ESTADO CIVIL, 1998; GUARÍN, 2005, p. 104.

No caso das eleições legislativas de 1998 o *Partido Unión Patriótica* obteve 23.613 votos, equivalente a 0,2% dos escrutínios e não elegeu nenhum candidato (REGISTRADURIA NACIONAL DEL ESTADO CIVIL, 1998b). Posteriormente esse partido perdeu seu registro eleitoral por não cumprir com os requisitos mínimos para ser reconhecido como partido, lei 130 de 1994, que definia como barreira eleitoral uma votação mínima de cinqüenta mil votos (CASTRO, 2006, p. 104).

Carrillo (2013) no informe sobre o processo que cursa na Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH como Caso 11.227 que trata do extermínio da *Unión Patriótica* com a conivência do Estado Colombiano e enuncia que foram identificadas 6528 vítimas de múltiplas violações dos direitos humanos. Lamentavelmente esses dados não estão disponíveis porque fazem parte do compêndio de provas tramitadas na CIDH.

Existe outra compilação de dados sobre violações contra a *Unión Patriótica* no livro *Unión Patriótica, expedientes contra el olvido* (OSPINA, 2011) que são consideradas parciais porque suas fontes são limitadas, os dados vão até o ano 1997 e só

registram três tipos de violações dos direitos humanos. Porém mesmo assim esses dados permitem identificar a relação das violações com a dinâmica eleitoral desse partido como o revela a Tabela 4 e a Tabela 5 que mostra a dinâmica eleitoral nas contendas presidenciais.

Tabela 4: Relação das Violações dos Direitos Humanos e a Dinâmica Eleitoral Departamental da Unión Patriótica

Departamento	Cargos Eleitos	Mortes	Chacinas	Desaparições (Sequestro Político)
Antioquia	1 senador (1986); 1 Representante à Câmara (1986) e (1991), Deputados Departamentais, Prefeituras e Vereadores em varias contendas.	458	142	10
Arauca	Teve Deputados Departamentais, Prefeituras e Vereadores.	28	3	4
Atlántico	Teve vereadores.	3		1
Bogotá	Teve vereadores e como faz parte do departamento de Cundinamarca elegeram senadores e representante à Câmara, além ter a sede nacional desse partido.	45	4	2
Bolívar	Teve representante à câmara por coligação e teve vereadores.	12		3
Boyaca	Teve vereadores.	27	11	7
Caldas	Teve um deputado departamental por coligação.	9		
Caqueta	Teve um representante à câmara, teve deputados departamentais, Prefeituras e vereadores.	38	3	
Casanaere	Teve militância.	4		
Cauca	Teve deputados departamentais por coligação, prefeituras e vereadores.	40		8
César	Teve vereadores	30		1
Chocó	Teve deputados departamentais por coligação e vereadores.	14	6	
Córdoba	Teve vereadores.	26		5
Cundinamarca	1 Senador (1986), (1991), e (1994); 1 Representante à Câmara (1986) e (1991); Teve Deputados departamentais, Prefeituras e vereadores.	76	29	2

Guaviare	Teve deputados departamentais, Prefeituras e vereadores.	13		1
Huila	Teve um senador e um representante à câmara por coligação; deputados departamentais, Prefeituras e vereadores.	69	21	7
Magdalena	Teve vereadores.	19		2
Meta	1 Senador (1986) e 1 Representante à Câmara (1986) e (1991); deputados departamentais, Prefeituras e Vereadores.	385	146	48
Nariño	Teve vereadores.	1		
Norte de Santander	Teve prefeituras e vereadores.	18	9	3
Putumayo	Teve militância.	5		
Quindio	Teve vereadores.	5		
Risaralda	Teve vereadores.	12		
Santander	1 Representante à Câmara (1986), deputados departamentais, Prefeituras e vereadores.	98	25	3
Sucre	Teve vereadores.	5		
Tolima	1 Representante à Câmara por coligação (1986); deputados departamentais, prefeituras e vereadores.	62	9	4
Valle	1 Senador por coligação (1986); deputados departamentais e vereadores.	73	10	11
Vichada	Teve deputados departamentais e vereadores.	4		
Sem registro de Lugar		18		
Em outro país		1		
Total		1598	318	122
Violações Totais				2438

Fonte: elaboração própria com dados retirados de OSPINA, 2011, BUENAVENTURA, 1988; BASTA YA, 2013.

O quadro anterior aponta que: a) a *Unión Patriótica* sofreu violações em vinte e oito departamentos dos trinta e dois que há na Colômbia caracterizando uma perseguição em todo o território nacional; b) o número de chacinas, assassinatos e desaparecimentos forçados foi maior nos departamentos onde a *Unión Patriótica* teve maior votação, fato que convergiu para a diminuição da votação da *Unión Patriótica* e sua relação direta com as violações dos direitos humanos que o partidos sofreu.

Tabela 5: Votação do Partido Unión Patriótica nas Eleições Presidenciais

Votação para a presidência			
Ano	Candidato	Votos	%
1986	J. Pardo Leal	382.752	4,6
1990	B. Jaramillo Ossa (assassinado)	---	---
1994	A. Mendoza Morales (Coligação Convergência Nacional)	34.457	0,59
1998	Não teve candidato	--	--

Fonte: elaboração própria com dados retirados de LEONGÓMEZ, 1997; OSPINA, 2011; BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999; GUARÍN, 2005

Essa mesma situação é também observada nas eleições para o legislativo como o mostra a Tabela 6:

Tabela 6: Votação do Partido Unión Patriótica nas Eleições Legislativas

Votação para o Senado e a Câmara de Representantes				
Ano	Nº de votos	%	Cadeiras Senado	Cadeiras Câmara R.
1986	328.752	4,3	5	9
1990	35.274	0,5	0	1
1991	79.753	1,6%	1	3
1994	51.032	0,9%	1	0
1998	23.613	0,2%	0	0

Fonte: elaboração própria com dados retirados de LEONGÓMEZ, 1997; OSPINA, 2011; BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999; GUARÍN, 2005.

O *Partido Unión Patriótica* reduziu seu número de parlamentares de nove parlamentares em 1986 para um só no ano de 1990, após serem assassinados um pré-

candidato presidencial e dois candidatos presidenciais. No ano de 1991 esse partido tentou novamente ser uma alternativa democrática nas eleições legislativas, mas as perseguições, mortes e ameaças não o permitiram, fazendo que os votos fossem diminuindo até não obter em 1998 os votos exigidos na barreira eleitoral para serem reconhecidos como partido. Sobre essa situação Castro (2006) afirmou que *o Partido Unión Patriótica* passou por um processo de extermínio como produto de violações múltiplas dos direitos humanos:

[...] actos atroces perpetrados en su contra [de] personas asesinadas, “desaparecidas” y torturadas, entre quienes se cuentan dos candidatos a la presidencia, ocho congresistas, cientos de alcaldes y concejales, y miles de activistas locales. De ese mismo cuadro hacen parte detenciones masivas y arbitrarias contra los miembros sobrevivientes del movimiento, poblaciones desplazadas de sus zonas de influencia, decenas de atentados dinamiteros contra sus oficinas y familias enteras exiliadas (CASTRO, 2006, p. 104).

No caso do *Partido Alianza Democrática M-19*, nas eleições de 1998 o mesmo não compareceu oficialmente como partido, somente se apresentando uma de suas facções Movimento 19 de abril, obtendo treze mil, cento e sessenta e seis votos, equivalente a 0,1% de todos os escrutínios das eleições legislativas (ORMANZA, DURÁN, 2009, p. 87). Mesmo sem apresentar candidatos oficiais nesse período anterior às eleições de 1998 pelo menos foram assassinadas doze lideranças dessa organização, das quais quatro eram vereadores (BANCO DE DADOS DE VIOLENCIA POLÍTICA, 2004).

Para Leongómez (1999), as causas desse fracasso do *Partido Alianza Democrática M-19* se devem a que politicamente não foi um partido de oposição, mas um partido de elite que não construiu bases sociais e teve sua direção desestruturada após a morte de C. Pizarro. Outro aspecto, desta vez apontado por Villarraga (2006), foram os assassinatos das lideranças que se mantiveram numa posição de esquerda mais radical:

En el M-19 fue paradigmático el asesinato de Carlos Pizarro, pero hubo más militantes asesinados luego de la firma de los acuerdos de paz. Entre 1989 y 2005 se contabilizan 160 homicidios de militantes que pertenecieron al M-19, que corresponden al 17,8% de sus miembros desmovilizados y al 20% de todos los homicidios cometidos contra los guerrilleros desmovilizados de los distintos grupos en los años noventa (VILLARRAGA, 2006: 80-81).

Não se conta com uma base de dados que tenha uma sistematização mais rigorosa do processo de perseguição política contra o Partido Alianza Democrática M - 19, mas dos dados que há no Banco de Datos de Violencia Política (2004) se pode inferir que este partido sofreu perseguição principalmente em suas bases e como afirma Villarraga (2006) em suas lideranças mais radicais.

Tabela 7: Assassinatos de Militantes Políticos e Candidatos do Partido Alianza Democrática M – 19 1990-1998.

Forma de Militância	ASSASSINATOS POR ANO									
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	
Lideranças	2	6	12	3	1	1	8		2	
Vereadores ou candidatos a Vereadores		2	2			1	2	1	1	
Candidato a Deputado Estadual	2		1	1		1				
Candidato a Prefeitura			1	2						
Candidato ao Senado			1							
Candidato à Presidência	1									
Total X Ano	5	8	17	6	1	3	10	1	3	
TOTAL ASSASSINATOS										54

Fonte: elaboração própria com dados retirados de BANCO DE DATOS DE VIOLENCIA POLÍTICA, 2004.

Na Tabela 8 aparece a dinâmica nas eleições presidenciais, de 1990, 1994 e 1998 do *Partido Alianza Democrática M-19*. Após o assassinato de sua principal liderança, Carlos Pizarro, em 1990, quando era o candidato presidencial, a direção do partido ficou centrada na figura de A. Navarro Wolff. Com Navarro Wolff o *Partido Alianza Democrática M-19* passou de oposição a fazer parte do gabinete do governo de C. Gaviria Trujillo 1990-1994 e a compartilhar a presidência da Assembléia Constituinte com o Partido Liberal e o Partido Conservador. Contudo, as violações aos direitos humanos contra sua militância e as mudanças de linha política - passando de partido de posição a partido de situação - afetaram sua capacidade eleitoral.

Tabela 8: Votação do Partido Alianza Democrática M-19 nas Eleições Presidenciais

Votação para a presidência			
Ano	Candidato	Votos	%
1990	A. Navarro Wolff	754.740	12,74
1994	A. Navarro Wolff	219.241	3,78
1998	G. Rojas Niño - facção Movimiento 19 de Abril	16.939	0,16

Fonte: elaboração própria com dados retirados de LEONGÓMEZ, 1997; ORMANZA, LOWENHERZ, DURÁN, 2009; GUARÍN, 2005, BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999.

Na Tabela 9 que vem a seguir, das eleições legislativas, mostra-se com mais clareza a dinâmica que foi tomando o *Partido Alianza Democrática M-19*. Nas primeiras eleições legislativas de que participa em 1991 sua votação permitiu ter vinte e dois parlamentares; mas no ano de 1994 essa capacidade eleitoral reduz-se quase 70% e por suas divisões internas em facções, fato que levou a que com uma votação de cento e cinquenta e três mil votos somente elege-se um senador.

Tabela 9: Votação do Partido Alianza Democrática M-19 nas Eleições Legislativas 1990 – 1998

Votação para o Senado e a Câmara de Representantes 1991 – 1998				
Ano	Nº de votos	%	Cadeiras Senado	Cadeiras Câmara R.
1991	454.467	8,3%	9	13
1994	153.185	2,6%	1	0
1998	13.166	0,1	0	0

Fonte: elaboração própria com dados retirados de LEONGÓMEZ, 1997; ORMANZA, LOWENHERZ, DURÁN, 2009; GUARÍN, 2005, BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMERICAS, 1999.

Para Nieto (1999), essa situação levou a que várias das lideranças desse partido passassem a ser parte de outras organizações políticas e assim desaparecesse como

partido. O *Partido Alianza Democrática M -19* teve uma vida curta na qual passou de ser a terceira força política do país, como oposição, para ser um partido aliado do governo até chegar a sua rápida implosão, sendo oficialmente extinto.

Os partidos políticos de oposição *Unión Patriótica* e *Alianza Democrática M-19* desenvolveram-se a partir dos processos de paz, no início da década de 1980, quando se geraram condições para sua participação política. Entretanto a medida que esses partidos foram fortalecendo-se na arena eleitoral, as violações aos direitos humanos foram aumentando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho tentou-se demonstrar a complexa situação do processo democrático colombiano, país que, embora seja considerada como uma das democracias mais antigas da América Latina, também se encontra submerso numa tradição de violência que é concomitante com sua construção democrática.

R. Dahl (2009) considerou que a Colômbia se encaminhava para ser uma poliarquia, quando superasse os arranjos institucionais definidos na Frente Nacional. Mas, para Dahl a situação de violência com a aparição das guerrilhas, a situação das violações aos direitos humanos e a promulgação de sucessivos estados de sítio não foram relevantes na hora de avaliar a construção democrática na Colômbia.

A. Lijphart (2008) e S. Mainwaring (1997) seguiram o mesmo caminho de análise traçado por R. Dahl. Para A. Lijphart, a Colômbia, da década de 1990 era uma democracia plena e discordando com R. Dahl os arranjos institucionais da Frente Nacional eram um exemplo de construção democrática e capacidade de governança. No caso de S. Mainwaring, o mesmo considerou que o sistema partidário colombiano, da década dos anos de 1980 e meados da década de 1990 era um sistema partidário institucionalizado. Destoante dessa caracterização é precisamente O'Donnell (2013) quem em suas últimas análises sobre as democracias da América Latina, denuncia o impacto político das violações dos direitos humanos na Colômbia contra os militantes dos partidos de oposição e fala da necessidade de considerar de forma diferente a este país.

Analisada a qualidade democrática colombiana, nas décadas de 1980 e 1990, que foi o período de tempo em que se desenvolveram os partidos de oposição Alianza Democrática M-19 e a Unión Patriótica, mostrou-se que, nas análises feitas da democracia colombiana por parte de S. Mainwaring (1997) e A. Lijphart (2008), não consideram as situações de violações dos direitos humanos como um fator que influenciou a dinâmica política do país. Esse aspecto levou a que as análises feitas da democracia colombiana, a partir de parâmetros institucionais, como o sistema partidário e o sistema eleitoral, não refletissem em uma dimensão ampla a realidade política nacional. Não foi considerado que as violações aos direitos humanos não aconteceram de forma isolada, mas que essas violações foram fatos permanentes e sistemáticos que influenciaram a dinâmica política colombiana em escala nacional.

No presente trabalho incluiu-se os direitos humanos como um parâmetro para mensurar a qualidade democrática colombiana o que levou a concluir que: o sistema democrático colombiano, de 1958 a 1982, estabeleceu mecanismos, mediante arranjos institucionais, da Frente Nacional para excluir da participação política democrática aos setores de oposição e não permitir que pudessem consolidar-se novos partidos políticos. Essa situação levou a que concomitantemente com a construção democrática aparecessem as guerrilhas esquerdistas.

Para as décadas de 1980 e 1990 os novos partidos de oposição de esquerda, Unión Patriótica e Alianza Democrática M-19, ganharam espaço e relevância política. Entretanto, o mecanismo usado para frear a consolidação dos partidos de oposição de esquerda foram as violações aos direitos humanos de forma permanente e sistemática. Com isso o Partido Unión Patriótica foi exterminado e o Partido Alianza Democrática M-19 perdeu assassinadas a suas principais lideranças, situação que levou a este partido a ser cooptado e seguidamente a dissolver-se.

O'Donnell (2013) e Mejía (1987) mostraram que há uma estreita relação entre a democracia e os direitos humanos, sendo que para que a democracia possa desenvolver-se é necessário que os direitos humanos sejam respeitados e promovidos. Nos países democráticos, onde há elevadas situações de violência e de violações aos direitos humanos, torna-se intrincado mensurar a qualidade da democracia utilizando somente parâmetros institucionais. A partir deste estudo, pode-se considerar que a utilização dos direitos humanos, como parâmetro, ajudaria a entender melhor processos democráticos como o do caso colombiano.

REFERÊNCIAS

- ALAPE, Arturo. (1989). El 9 de abril, asesinato de una esperanza. In: MEJÍA, Álvaro T. (Org.). **Nueva Historia de Colombia**. V. 2. Bogotá: Planeta. p. 33-56.
- ALAPE, Arturo. (1989). **Las vidas de Pedro Antonio Marin**, Manuel Marulanda Velez, Tiro Fijo. Bogotá: Planeta.
- ALCÁNTARA, Manuel S. (2001). **El origen de los partidos políticos en América Latina**. Barcelona: Universidad de Barcelona – Institut de Ciències Politiques i socials,
- ALDANA, Luis Alberto M. (2002). **Poder capitalista y violencia política en Colombia**. Terrorismo de Estado y Genocidio contra la Unión Patriótica. Bogotá: Ideas y Soluciones Gráficas.
- AMNISTIA INTERNACIONAL. (1994). **Violencia política en Colombia: mito y realidad**. Madrid: EDAI.
- ARANGO, J. V.; MORENO, G. R. (1980). **Libro negro de la represión 1958-1980**. 2. ed. Bogotá: Fundación para la investigación y la cultura.
- ARENAS, Jacobo. (1985). **Cese al Fuego: una historia política de las Farc**. Bogotá: Oveja Negra.
- ARISTOTELES. (2006). **Obras completas**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- BADARACO, Gabriel; BRIGHENTI, Ivana. (2010). **El sueño de Camilo**. Buenos Aires: Luxemburg.
- BANCO DE DATOS DE VIOLENCIA POLÍTICA. **Deuda con la humanidad**. Paramilitarismo de Estado en Colombia 1988 -2003. Bogotá: CINEP, 2004.
- BASE de datos políticos de las Américas**. (1999a). Colombia: elecciones presidenciales 1826 – 1990. Washington: Georgetown University – Organización de Estados Americanos. Disponible em: < http://pdba.georgetown.edu/Elecdata/Col/pres1826_1990.html>, Acceso: 03 Set. 2014.
- _____. (1999b). Colombia: Elección presidencial de 1990. Washington: Georgetown University – Organización de Estados Americanos. Disponible em: < <http://pdba.georgetown.edu/Elecdata/Col/pres90.html> >, Acceso: 04 Set. 2014.
- _____. (1999c). Colombia: Elecciones legislativas de 1990 (Cámara de Representantes). Washington: Georgetown University – Organización de Estados Americanos. Disponible em: < <http://pdba.georgetown.edu/Elecdata/Col/Elecamara90.html> >, Acceso: 04 Set. 2014.
- _____. (1999d). Colombia: Elecciones legislativas de 1990 (Senado). Washington: Georgetown University – Organización de Estados Americanos. Disponible em: < <http://pdba.georgetown.edu/Elecdata/Col/Elesenado90.html> >, Acceso: 04 Set. 2014.
- _____. (1999e). Colombia: Elecciones para Asamblea Constitucional de 1990. Washington: Georgetown University – Organización de Estados Americanos. Disponible em: < <http://pdba.georgetown.edu/Elecdata/Col/coelasa.html> >, Acceso: 04 Set. 2014.

_____. (1999bf). Colombia: 1994 Elecciones Presidenciales, Primera Vuelta, Resultados Nacionales. Washington: Georgetown University – Organización de Estados Americanos. Disponible em: < http://pdba.georgetown.edu/Elecdata/Col/pres94_1.html >, Acceso: 04 Set. 2014.

_____. (1999g). Colombia: 1994 Elecciones Presidenciales, Segunda Vuelta, Resultados Nacionales. Washington: Georgetown University – Organización de Estados Americanos. Disponible em: < http://pdba.georgetown.edu/Elecdata/Col/pres94_2.html >, Acceso: 04 Set. 2014.

_____. (1999h). Colombia: Elecciones legislativas de 1991(Senado). Washington: Georgetown University – Organización de Estados Americanos. Disponible em: < <http://pdba.georgetown.edu/Elecdata/Col/elesenado91.html> >, Acceso: 04 Set. 2014.

BASTA YA! Colombia: Memorias de guerra y dignidad. (2013). Bogotá: Imprenta Nacional.

BEJARANO, Ana María. La paz en la administración Barco: de la rehabilitación social a la negociación política. **Análisis político**, Bogotá: n. 9, p. 3 - 33. Ene – abr, 1990.

BEJARANO, Ana Maria; LEONGÓMEZ, Eduardo P. **From “restricted” to “besieged”**: the changing nature of the limits to democracy in Colombia. Working paper. In. Notre Dame – The Helen Kellogg Institute for International Studies. Indiana: n. 296. 2002.

BENEDETTI, Mario. (1979). Por qué Cantamos?. In. BENEDETTI, Mario. **Cotidianas**. Retratos y Canciones 1978-1979. México D. F. Siglo XXI.

BORDA, Orlando F. (1991). La accidentada marcha hacia la democracia participativa en Colombia. **Análisis político**, Bogotá: n. 14, Sept- Dic. p. 49 – 66.

_____. (2009). **Una sociología sentipensante para América latina**. Buenos Aires: Clacso.

BRECHT. Bertolt. (1995). A Exceção e a regra. In: **Teatro completo**. V. 12. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BUENAVENTURA, Nicolás. (1988). **Unión Patriótica**: Poder Popular. Bogotá: CEIS.

BUENAVENTURA, Nicolás; FAJARDO, Nelson. (1985). **Tregua y Unión Patriótica**. Bogotá: CEIS.

CAMPOS, Germán G; BORDA, Orlando. F.; LUNA, Eduardo U. (2005). **La Violencia en Colombia**. 13. ed. Bogotá: Taurus.

CARRILLO, Jahel Q. (2013). Informe del caso de la Unión Patriótica. Bogotá: Corporación Reiniciar. Disponible Em: < <https://www.reiniciar.org/node/480>>, Acceso em: 4 Set. 2014.

CASTRO, Iván C. **Genocidio político**: el caso de la Unión Patriótica en Colombia. Revista Cejil, [S.L.: s.n.] Año 1, p. 101-112. 2006.

CASTRO, Iván C; ORTIZ, Claudia G. (2006). La “guerra sucia” contra los opositores políticos en Colombia. In: CARRILLO, Vladimir; KUCHARZ, Tom. **Colombia terrorismo de Estado**: testimonios de la guerra sucia contra los movimientos populares. Barcelona: Icaria, p. 147 – 172.

CAYCEDO, Jaime. (2007) **Paz democracia y emancipación**: Colombia en la hora latinoamericana. Bogotá: Izquierda viva.

CODHES. (2011). **Consolidación de qué?**. Informe sobre desplazamiento, conflicto armado y derechos humanos en Colombia 2010. Bogotá: CODHES.

COLECTIVO DE ABOGADOS JOSÉ ALVEAR RESTREPO (2001). **Terrorismo o rebelión?** Propuestas de regulación del conflicto armado. Bogotá: Corporación CAJAR.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE LOS DERECHOS HUMANOS. (2008) **Demanda ante la Corte Interamericana de Derechos Humanos en el caso de Manuel Cepeda Vargas** (Caso 12.531). Washington D. C: OEA – CIDH. Disponible em:

<http://www.cidh.org/demandas/12.531%20Manuel%20Cepeda%20Vargas%20Colombia%202014%20nov%202008%20ESP.pdf> >, Acceso em: 02 Set. 2014.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE LOS DERECHOS HUMANOS. (1997). **Relatório anual 1996, Relatório N° 5/97**, Caso 11.227: Admissibilidade. Colombia. Washington: OEA-CIDH. Disponible em: <
<http://cidh.oas.org/annualrep/96port/Caso11227.htm>>, Acceso 02 Set. 2014.

CONSEJO DE ESTADO. **Se declara la nulidad de las resoluciones del Consejo Nacional Electoral que declararon la pérdida de la personería jurídica del partido político Unión Patriótica**. Boletín del Consejo de Estado. Bogotá: Consejo de Estado, n. 127, p. 29-30, Agosto, 2013.

CUELLAR, Edgar B. (2008). **De Macondo a Mancuso**: conflicto, violencia política y guerra psicológica en Colombia. Bogotá: Corporación cátedra libre Ignacio Martín Baró; Fundación América Nuestra.

CUELLAR, D. M. (1977). **Colombia país formal y país real**. 3. ed. Bogotá: Presencia.

DAHL, Robert A. (2009). **La poliarquía**: participación y oposición. Madrid: Tecnos.

_____. (1997). **Poliarquia**: participação e oposição. 1.ed. São Paulo: EDUSP.

_____. (2001). **Sobre a democracia**. 2.ed. Brasília: Universidade de Brasília.

DAZA, Javier D. Comunistas: El Partido Comunista Colombiano en el post Frente Nacional. **Estudios Políticos**, Medellín: n. 41, p. 124-148, 2012.

_____. Divided political parties, fragmented leadership. *The Liberal*

and Conservative Colombian political parties 1974-2006. **Convergencia**, México: n. 41, p. 155-192, Mayo – Agosto, 2006.

DE LA TORRE, Cristina. (2005). **Álvaro Uribe o El Neopopulismo en Colombia**. Medellín, La Carreta.

DE REMENTERIA, Iban. La descertificación de Colombia y la certificación del Perú. **Análisis Político**, Bogotá: n. 27, p. 71-76, Enero – Abril, 1996.

DIAGO, César Augusto A. El origen del MRL (1957 -1960) y su conversión en disidencia radical del liberalismo colombiano. **Anuario Colombiano de la historia social y de la cultura**, Bogotá: n. 22, p. 95-121, 1995.

_____. (1996). **Resistencia y oposición al establecimiento del Frente Nacional**: los orígenes de la Alianza Nacional Popular, ANAPO. Colombia 1953 -1964. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias Humanas, Departamento de Historia.

DUVERGER, Maurice. (1967). **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Guanabara.

- FLICK, Uwe. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed.
- FUNDACIÓN CEPS. (2006). **Colombia**, un país formal y otro real. Valencia: Fundación CEPD.
- GAITÁN, María del Pilar. La elección popular de alcaldes: un desafío para la democracia. **Análisis Político**, Bogotá: n. 3, p. 116-126, Enero – Abril, 1988.
- GALLEGO, Carlos M. (2010). **Farc- Ep y ELN una historia política comparada (1958 – 2006)**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias Humanas, Departamento de Historia.
- GARCÍA, Antonio. (1988). Colômbia: meio século de história contemporânea. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **América Latina: história de meio século**. Brasília: Universidade de Brasília, p. 75 – 132.
- GARIZABAL, Mario Madrid M. (1998). **Constitución Política de Colombia**, comentada por la Comisión Colombiana de Juristas. Bogotá: Comisión Colombiana de Juristas.
- GIRALDO, Gustavo G. (Comp.). (1991). **Guerra y constituyente**. Bogotá: Comisión Andina de Juristas Seccional Colombia.
- _____. (1979). **Quince años de Estado de Sitio en Colombia: 1958 – 1978**. Bogotá: América Latina.
- GOERTZ, G. **Social science concepts: a user's guide**. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- GÓMEZ, Diana H. Evolución del sistema de partidos en Colombia 1972-2000. Una mirada local y regional. **Análisis político**, Bogotá: n. 55, p. 45-59, septiembre-diciembre, 2005.
- GONZÁLES, Fernán E. Colapso parcial o presencia diferenciada del Estado en Colombia? Una mirada desde la historia. In. **Colombia Internacional**, Bogotá: n. 58, p. 124-127, Julio – Diciembre, 2003.
- GUARÍN G. Rafael C. (2005). Colombia democracia incompleta: introducción a la oposición política. In: BARAJAS O. Jaime; DELGADO, Diana Pilar. **Proyecto Integral para la Modernización del Sistema Electoral Colombiano: estudios complementares**. Tomo II. Bogotá: DAE-Registraduría Nacional del Estado Civil, PNUD, p. 17 – 242.
- GUGLIANO, Alfredo A. Apontamentos sobre o conceito de qualidade da democracia. In: **Dossiê qualidade da democracia**. Revista debates, Porto Alegre: n. 1, V. 7, p. 229 - 243, Janeiro – Abril, 2013,.
- GUILLÉN, Carlos L. (2006). **Guerra o paz en Colombia? Cincuenta años de un conflicto sin solución**. Bogotá: Izquierda Viva.
- _____. (2013). **La paz sí es posible**. Bogotá: Izquierda Viva; Fundación Semanario Voz.
- _____. (2010). **Ochenta años del Partido Comunista Colombiano**. Disponible em: < <http://carloslozanoguillen1.blogspot.com.br/2010/07/ochenta-anos-del-partido-comunista.html> >. Acceso: 04 Set. 2014.
- _____. (2002). (prólogo) **Poder capitalista y violencia política en Colombia**. Bogotá.

HARNECKER, Martha. (1988). **Colombia**: combinación de todas las formas de lucha. Entrevista a Gilberto Vieira, secretario general del Partido Comunista Colombiano sobre el origen de las guerrillas en ese país y la relación del PC de Colombia con las FARC. Havana: Biblioteca Popular.

HERNANDEZ, Milton. (2004). **Rojo y negro**: aproximación a la historia del ELN. [S.l.: s.n.].

HUNTINGTON, Samuel P. (1994). **A terceira onda**: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática.

KALMANOVITZ, Salomón (2001). El desarrollo histórico del campo colombiano. In: MELO GONZÁLEZ, J. O. (Org.). **Colombia Hoy**. Bogotá: Biblioteca Luis Ángel Arango - Banco de la República, Biblioteca Andina, p. 201 – 239.

LEONGÓMEZ, Eduardo P. Colombia: hacia una salida democrática a la crisis nacional? **Análisis Político**, Bogotá: n. 17, p. 37-55, Septiembre – Diciembre, 1992.

_____. Elecciones, partidos y nuevo marco institucional: En que estamos? **Análisis Político**, Bogotá: n. 22, p. 92-113, Mayo – Agosto, 1994.

_____. Hacia un sistema multipartidista? Las terceras fuerzas en Colombia hoy. **Análisis político**, Bogotá: n. 31, p. 85-108, Mayo – Agosto, 1997.

_____. (2006). **Uma democracia sitiada**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

LIJPHART, Arend. (2008). **Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países**. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

LUJÁN, G. S. (1989). El origen Del Frente Nacional y el gobierno de la Junta Militar. In: MEJÍA, Álvaro Tirado (Org.). **Nueva Historia de Colombia**. Bogotá: Planeta Colombiana, v. 2 p. 179-210.

MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy R. La institucionalización de los sistemas de partidos en América latina. **América Latina Hoy**, Salamanca: n. 16, v. 16, p. 91-108, 1997.

MAINWARING, Scott. Presidencialismo, multipartidismo y democracia: la difícil combinación. **Revista de Estudios Políticos Nueva Época**, Salamanca: n. 88, p. 115-144, Abril – Junho, 1995.

MANUEL MARULANDA VÉLEZ (2008). **El héroe insurgente de la Colombia de Bolívar**. [S.l.: s.n.].

MÁRQUEZ, Gabriel G. (1983). La Soledad de América Latina. Discurso de Gabriel Garcia Marquez Premio Nobel de Literatura de 1982. In. ODELBERG, Wilhelm. **The Nobel Prizes**. Stockholm: Nobel Foundation.

MEDINA, Medófilo. (1997). Dos décadas de crisis política en Colombia, 1977-1997. In: **La crisis sociopolítica colombiana**. Un análisis coyuntural de la coyuntura. Bogotá: Universidad nacional de Colombia, CES, p. 29 – 65.

MEJÍA, Álvaro T. Democracia y derechos Humanos en Colombia. **Análisis Político**, Bogotá: n. 2, p. 62-68, Septiembre – Diciembre, 1987.

_____. (1996). Siglo y medio de bipartidismo. In: MELO, Jorge. **Colombia hoy perspectivas hacia el siglo XXI**, Bogotá: Siglo Veintiuno.

MOISÉS, Jose Álvaro. (1995). **Os brasileiros e a democracia**, bases sócio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática.

- MORALES, Alberto. Colombia: elecciones y crisis política. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires: n. 34, p. 56-73, enero –febrero, 1978.
- MORENO, Gerardo R. (1980). **Libro negro de la represión 1958 – 1980**. Bogotá: FICA.
- MUNCK, Gerardo L. (2009). **Measuring democracy**: a bridge between scholarship and politics. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- MURILLO Gabriel; MEJÍA, Juliana. (1998). Elecciones en Colombia, 1992 – 1996. In: RIAL, Juan; Zovatto G. Daniel. **Elecciones y democracia en América Latina**, 1992 – 1996, Urnas y desencanto político. San José de Costa Rica: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, CAPEL, p. 373 – 388.
- NEIRA, Mauricio A. Protestas sociales en Colombia, 1946-1958. **Revista Historia Crítica**, Bogotá: n. 11, p. 63-77, julio – diciembre, 1995.
- NIETO, Jaime Z. (1999). De guerrillas a movimientos políticos. Análisis de la experiencia colombiana: el caso del M-19. In: PEÑARANDA, Ricardo; GUERRERO, Javier Guerrero (comp). **De las armas a la política**. Bogotá: Tercer Mundo Editores - IEPRI.
- NORIEGA, Carlos Augusto. Las elecciones en Colombia: Siglo XX, comentario a los resultados electorales. **Credencial Historia**, Política y diplomacia en la historia de Colombia, Bogotá: n. 50, fevereiro, 1994.
- O'DONNELL, Guilherme. Democracia desenvolvimento humano e direitos humanos. **Dossiê qualidade da democracia**. Revista debates, Porto Alegre: n. 1, v. 7, p. 15-114, Janeiro – Abril, 2013.
- _____. Acerca del Estado, la democratización y algunos problemas conceptuales. Una perspectiva latinoamericana con referencias a países poscomunistas. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires: n. 130, v. XXXIII, 1993.
- ORMANZA, Otty P; LOEWNHERRZ, Vera G; DURÁN, Mauricio G. (2009). El camino del M19 de la lucha armada a la democracia: una búsqueda de cómo hacer política en sintonía con el país. In: .GARCIA DURÁN, Mauricio (Org.). **De la insurgencia a la democracia**. Bogotá: CINEP.
- OSPINA, Carlos M. La reforma municipal: descentralización o centralismo? **Análisis Político**, Bogotá: n. 3, p. 38-60, Enero – Abril, 1988.
- OSPINA, Roberto R. (2014). Pasamos toda la noche levantando cadáveres. Un relato de la ex alcaldesa de Segovia y líder de la UP, Rita Ivonne Tobón. In: **Centro de Memoria**. In: < <http://centromemoria.gov.co/pasamos-toda-la-noche-levantando-cadaveres-un-relato-de-la-ex-alcaldesa-de-segovia-y-lider-de-la-up-rita-ivonne-tobon/?lang=sp>>, Acceso: 12, Mai. 2014.
- _____. (2011). **Unión Patriótica**, expedientes contra El olvido. Bogotá: Centro de Memoria Paz y Reconciliación – Agencia Catalana de Cooperación al desarrollo.
- PALACIO, Ivan David O. (1998). **Memoria narrada**, narración de una historia: El genocidio político contra la Unión Patriótica. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- PALACIOS, Marco. Presencia y ausencia de populismos: um contrapunto colombovenezolano. **Análisis Político**, Bogotá: n. 39, p. 33-53 Enero – Abril, 2000.
- PÉCAUT, Daniel. (2010). **As FARC: uma guerrilha sem fins?** São Paulo: Paz e Terra.

_____. Colombia: violencia y democracia. **Análisis Político**, Bogotá: n. 13, p. 40-59, mayo- agosto, 1991.

_____. (2006). **Crónica de cuatro décadas de política colombiana**. Bogotá: Norma.

_____. (1987). **L'ordre ET la violence**: évolution socio-politique de la Colombia entre 1930 – 1953. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.

PLATON. (1993). **Obras completas**. Madrid: Aguilera.

POSSO, Camilo G; HERBOLZHEIMER, Kristian; MESTIZO, Tathiana M. (2010). **La vía ciudadana para construir la paz** ¿Cómo terminar la guerra? Más allá de la derrota o la negociación: 20 años de los acuerdos de Paz, de la Séptima Papeleta y de la elección de la Asamblea Nacional Constituyente por la Paz de Colombia 1990-2010. Bogotá: Punto de Encuentro.

PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA DE COLOMBIA. (1991). **Constitución Política de Colombia**. Bogotá: Imprenta Nacional de la Presidencia de la República.

QUINTANA, Oscar M. (2007). Elites, eticidades y Constitución. Cultura política y poder constituyente en Colombia. In: HOYOS VÁSQUEZ, Guillermo. **Filosofía y teorías políticas entre la crítica y la utopía**. Buenos Aires: CLACSO, p. 235 -256.

REGISTRADURÍA NACIONAL DEL ESTADO CIVIL. (2014). **Así participan los colombianos en las elecciones presidenciales**. Bogotá: Registraduría Nacional del Estado Civil. Disponible em: < <http://www.registraduria.gov.co/Asi-participan-los-colombianos-en.html>>, Acceso: 02 Set. 2014.

_____. (1998a). **Votación presidente nacional**, 1998. In. Registraduría Nacional del Estado Civil, Organización electora. Bogotá: Registraduría Nacional del Estado Civil de la República. Disponible em: < <http://web.registraduria.gov.co/2002PRP1/historico.htm>>, Acceso 02 Set. 2014.

_____.(1998b). **Elecciones Legislativas de Colombia 1998**. Bogotá: Registraduría Nacional del Estado Civil de la República. Disponible em: < http://web.registraduria.gov.co/elecciones2002/98/98_senado0.htm>, Acceso: 03 Set. 2014.

ROJAS, Carlos H. U. (1983). **Rojas y la manipulación del poder**. Bogotá: Carlos Valencia Editores.

ROMERO, Mauricio. Democratización Política y Contrarreforma Paramilitar en Colombia. **Política y Sociedad**, Madrid: n. 1, v. 39, p. 273-292, 2002.

SÁNCHEZ G. Gonzalo. (1983). **Los días de la revolución**: Gaitanismo y 9 de abril en provincia. Bogotá, Centro Jorge Eliécer Gaitán.

_____. (1989). La Violencia: de Rojas al Frente Nacional. In: TIRADO MEJÍA, Álvaro (Org.) **Nueva Historia de Colombia**. Bogotá: Planeta Colombiana, p. 153-178. v. 2.

SANCHEZ, Miguel G. Elección popular de alcaldes y terceras fuerzas: el sistema de partidos en el ámbito municipal, 1988 – 1997. **Análisis Político**, Bogotá: n. 41, p. 87-103, Septiembre – Diciembre, 2000.

SARTORI, Giovanni. (1977). **Partidos e Sistemas Partidários**. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Editora da UnB.

SCHRADER, Achim. (2002). **Método de pesquisa social empírica e indicadores sociais**. Porto Alegre UFRGS.

STEPAN, Alfred C. (1986). **Os Militares**: da abertura à Nova República. Rio de Janeiro: Paz e terra.

SUÁREZ, Andrei G. (2011). **A genocidal geopolitical conjuncture**: contextualizing the destruction of the Union Patriótica in Colombia (1980s – 2010). Tese (Doutorado) Philosophy in International Relations, University of Sussex, Brighton – Inglaterra.

SUPELANO, Daniel Ricardo P. (2010). **Actores armados y población civil**. El Movimiento Armado Quintín Lame (MAQL): Una guerra dentro de otra guerra. Bogotá: CNAI, ASDI, OIM.

TOBÓN, Willian R. Las fértiles cenizas de la izquierda. **Análisis Político**, Bogotá: n. 10, p. 42-52, mayo- agosto, 1990.

_____. Las nuevas ceremonias de la paz. **Análisis Político**, Bogotá: n. 14, p. 3-35, Septiembre – Diciembre, 1991.

_____. Violencia y democracia en Colombia. **Análisis Político**, Bogotá: n. 3, p. 80-98, 1988.

TOURAINÉ, Alain. (1989). **Palavra e sangue**. São Paulo: Unicamp.

UMAÑA LUNA, Eduardo. (2003). **Camilo y el nuevo humanismo**: paz con justicia social. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.

VILLA, Hernando V. Una Atenas sin Sócrates. Sufragio y analfabetismo en Colombia. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires: n. 38, p. 111-120, Septiembre – octubre, 1978.

VILLARAGA, Álvaro (ed.). (2006). **La reinserción en Colombia**. Experiencias, crisis humanitaria y política pública. Bogotá: Fundación Cultura Democrática - Asociación de Constructores de Paz.

YIN, Robert K. (2003). **Estudo de caso**: planejamento e métodos. São Paulo: Bookman.

ZULUAGA, Jaime. Para hacer de los sueños una realidad. **Análisis Político**, Bogotá: n. 12, p. 70-76, 1991.